

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

CEMIG

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
NOSSOS NEGÓCIOS.....	7
DESEMPENHO OPERACIONAL.....	17
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	19
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	37
MERCADO DE CAPITAIS.....	38
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES.....	40
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG.....	53
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS.....	78
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO.....	82
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	84
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	86
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	87
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	88
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	89
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	91
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	92
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	92
2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	95
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	102
4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	107
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	109
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	113
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	114
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	115
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	117
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	118
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	125
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	125
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	126
14. ATIVOS DE CONTRATO.....	132
15. INVESTIMENTOS.....	138
16. IMOBILIZADO.....	155
17. INTANGÍVEL.....	158
18. ARRENDAMENTOS.....	162
19. FORNECEDORES.....	166
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	166
21. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	167
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	172
23. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES.....	172
24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	173
25. PROVISÕES.....	181
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	192
27. RECEITA LÍQUIDA.....	200
28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	206
29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	209
30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	209
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	214
32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	229
33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	231
34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	231
35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	232
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	235
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	241
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA.....	242
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	243
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	244
ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	247

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em nosso encontro anual com os investidores em março de 2023, demos destaque em nossos objetivos de acelerar o processo de transformação da Cemig, com criação de valor aos acionistas e sociedade. Entendemos que esses objetivos somente são alcançados por meio de uma gestão sustentável, buscando sempre a maximização dos resultados e com foco no cliente.

Nossos resultados em 2023 são uma evidência do nosso acerto na implementação de nossa estratégia. Obtivemos um lucro líquido de R\$5,8 bilhões, um crescimento de 41,46% em relação a 2022, e um Lajida de R\$8,5 bilhões, um aumento expressivo de 23,16%.

No que se refere a gestão da nossa dívida, continuamos na execução da estratégia de redução da nossa exposição cambial, considerando os bonds que emitimos no mercado internacional em 2017/2018, com a recompra em 2023 de mais US\$375 milhões, reduzindo a nossa exposição cambial para US\$381 milhões. Nossa alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida/Lajida ajustado, fechou o ano em 0,89 vez, o que dá espaço para alavancarmos o relevante programa de investimentos previstos para os próximos anos e ao mesmo tempo, manter uma remuneração adequada e atrativa aos nossos acionistas.

Consolidamos a nossa posição como uma das empresas do setor elétrico que melhor remunera os seus acionistas. Declaramos dividendos e juros sobre capital próprio de R\$3,1 bilhões em relação ao lucro de 2023, o que representa um relevante e atrativo *Dividend Yield* de 12,4%.

Importante destacarmos a disciplina na alocação de capital. Priorizamos os investimentos em Minas Gerais, em nossos negócios mais regulados e com maior segurança de retorno dos recursos aplicados. Em 2023, investimos o expressivo montante de R\$4,8 bilhões, destacando-se o nosso investimento no negócio de distribuição, cerca de R\$3,34 bilhões, que serão incorporados na Base de Remuneração Regulatória - BRR na próxima revisão tarifária, mas com efeitos positivos imediatos no crescimento do mercado e qualidade do atendimento aos nossos clientes.

Em nosso negócio de distribuição, obtivemos êxito pela revisão tarifária em maio de 2023, com o reconhecimento integral em nossa BRR dos investimentos que fizemos no último ciclo tarifário, de 2018 a 2023. Estamos confiantes no crescimento expressivo dos resultados da Cemig Distribuição S.A. (Cemig D) para os próximos anos, considerando os investimentos relevantes previstos para o próximo ciclo tarifário, de 2023 a 2028, ressaltando mais uma vez a importância desses investimentos para os nossos clientes, que passarão a ter acesso a maior oferta de energia e com maior qualidade.

No setor de geração de energia, a implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024. Com investimentos estimados em R\$850 milhões, adicionando 188 MWp ao nosso portfólio de geração. No que se refere à geração distribuída, investimos R\$95 milhões em 2023. Temos um volume expressivo de investimento na Cemig SIM, para os próximos anos, que certamente consolidarão a Empresa como uma das protagonistas do setor de GD em Minas Gerais e no Brasil.

Mais uma vez tivemos as nossas despesas operacionais totalmente cobertas pelas tarifas nos negócios de distribuição e transmissão, também apresentando Lajida nesses negócios superiores às referências regulatórias, resultados também esperados para 2024.

Somos a maior comercializadora brasileira de energia para os clientes do mercado livre, com um histórico de lucratividade relevante e de sucesso em nossas estratégias de gestão do balanço de energia elétrica. Mas mesmo considerando esse histórico de sucesso, 2023 foi um ano que deve ser comemorado de forma especial. Atingimos um Lajida ajustado de R\$1,28 bilhão, fruto da estratégia adequada de comercialização, com antecipação na atuação em relação aos movimentos de mercado, aliado às condições climáticas favoráveis.

Estamos bem posicionados para atuar no mercado de comercialização de energia nos próximos anos, buscando o protagonismo através de participação relevante no mercado varejista de energia, com início do fornecimento a partir de 2024, mesmo em um cenário desafiador, com preços depreciados em função do atual desequilíbrio de mercado, com excesso relevante de oferta.

Encerramos o ano com um valor de mercado próximo a R\$28 bilhões, número próximo ao observado ao final de 2022, mesmo considerando um relevante pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no ano, de cerca de R\$1,8 bilhão e o impacto no quarto trimestre das notícias relacionadas a uma possível federalização da Companhia. Nos últimos anos temos entregado ganhos relevantes aos nossos acionistas, retribuindo à confiança depositada na Administração.

Somos uma empresa reconhecida pela sociedade pela sustentabilidade de suas operações, com 100% de geração de energia de fontes renováveis e participante dos principais índices de sustentabilidade em nível internacional e nacional, sendo a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade e de forma consecutiva há 24 anos.

Todos esses resultados que estamos apresentando nos últimos anos nos trazem otimismo com o futuro, demonstram que estamos no caminho certo e que a estratégia que adotamos de focar os investimentos em Minas Gerais, em negócios em que temos o controle das operações, com disciplina na alocação de capital e eficiência operacional vem se mostrando acertada, com benefícios para a sociedade e criação de valor para os nossos acionistas.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas, na soma de esforços para garantir o protagonismo da Cemig no setor elétrico brasileiro.

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

A Cemig é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado, ao final de 2023, era de aproximadamente R\$27,9 bilhões.

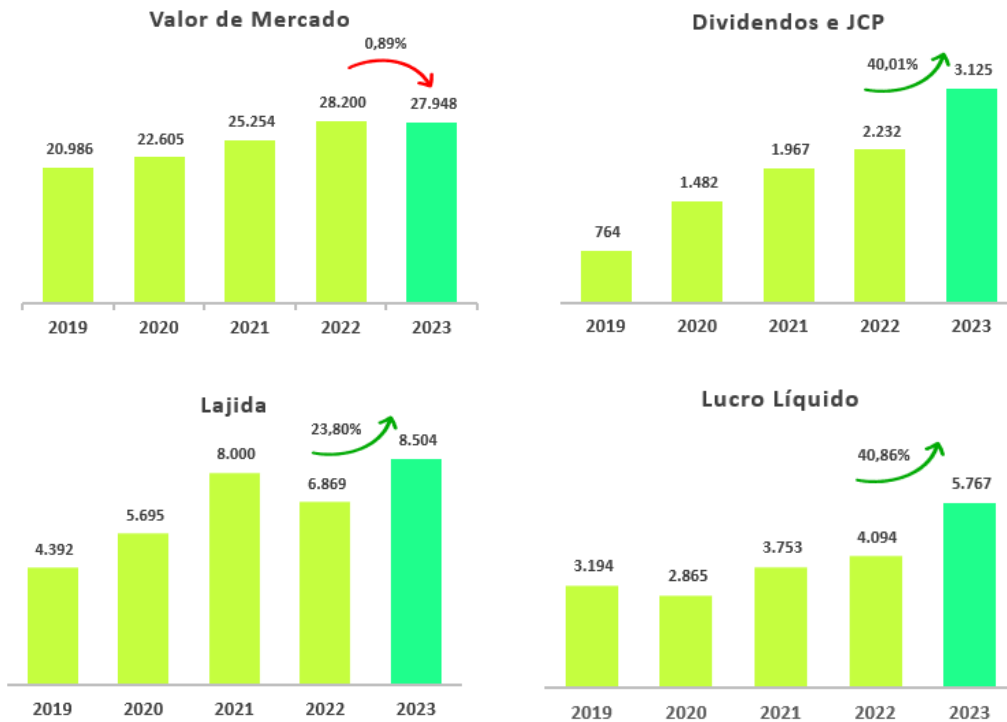
Pelo 24º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2023/2024 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

Criada há mais de 70 anos, a Cemig é responsável por gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia elétrica, proporcionar soluções energéticas e distribuir gás natural. Sua operação está presente em vários Estados do Brasil, tendo como foco a operação no Estado de Minas Gerais. Atualmente, ocupa a posição de maior comercializadora de energia para clientes livres do País, é um dos maiores grupos integrados de energia e é a maior distribuidora de energia da América Latina.

O grupo é constituído pela holding Cemig, pelas controladas Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (Sete Lagoas) e pela Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), incluindo suas controladas e controladas em conjunto, totalizando 95 Sociedades e 48 Consórcios, com ativos e negócios em vários Estados do Brasil.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento das controladas e controladas em conjunto por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

Principais indicadores (R\$ Milhões):



Outros indicadores:

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
GWh faturados	42.214	39.402	43.263	44.895	45.799
Receita líquida (R\$ Milhões)	25.487	25.228	33.646	34.463	36.855
Lucro por ação – PN (R\$)	2,10	1,69	2,22	1,86	2,62
Quantidade de clientes faturados (em milhares)	8.514	8.697	8.885	9.037	9.217
Quantidade de empregados	5.596	5.254	5.025	4.969	4.918

Nossa missão, visão e valores

MISSÃO

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

VISÃO

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

VALORES

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

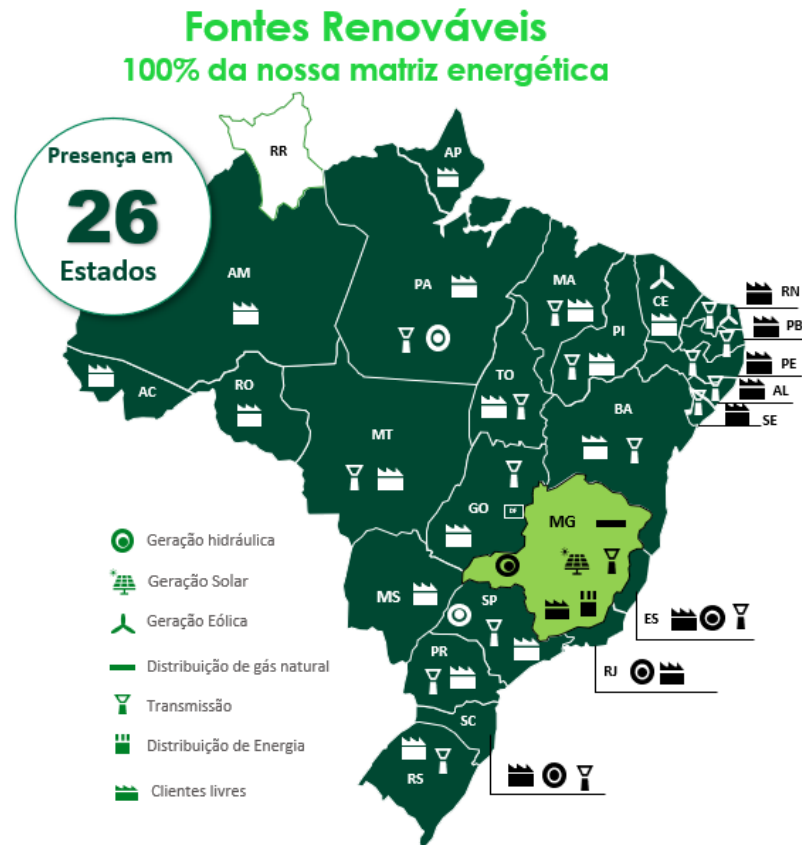
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSOS NEGÓCIOS

Área de atuação

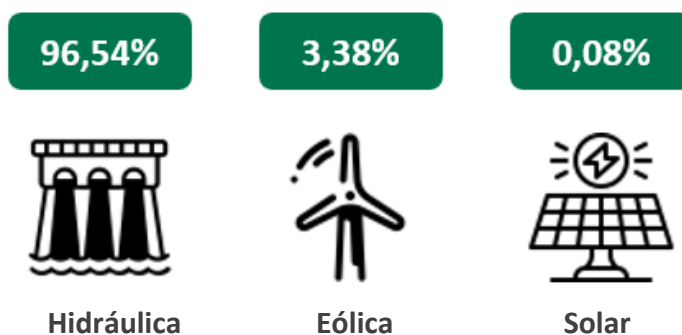
A Cemig atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.



Geração de energia elétrica

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.

Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando sua controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui participação em 68 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 9 eólicas e 2 solares, com capacidade instalada de 5.190 MW, conforme segue:

Usina	Capacidade instalada (MW) ¹
Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Três Marias	396
Salto Grande	102
Queimado	86,6
Rosal	55
Sá Carvalho	78
Itutinga	52
Camargos	46
Belo Monte	1.313
Aimorés	148,5
Amador Aguiar I	94,3
Amador Aguiar II	82,6
Funil	81
Igarapava	49,7
Eólicas	175,5
Outras	328,8
Total	5.190

A capacidade instalada está apresentada em sua cota de participação da Cemig no empreendimento.

Transmissão de energia elétrica

A Companhia opera e mantém 41 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, possui ativos, os quais opera e mantém, em outras 11 subestações de outros agentes de transmissão.

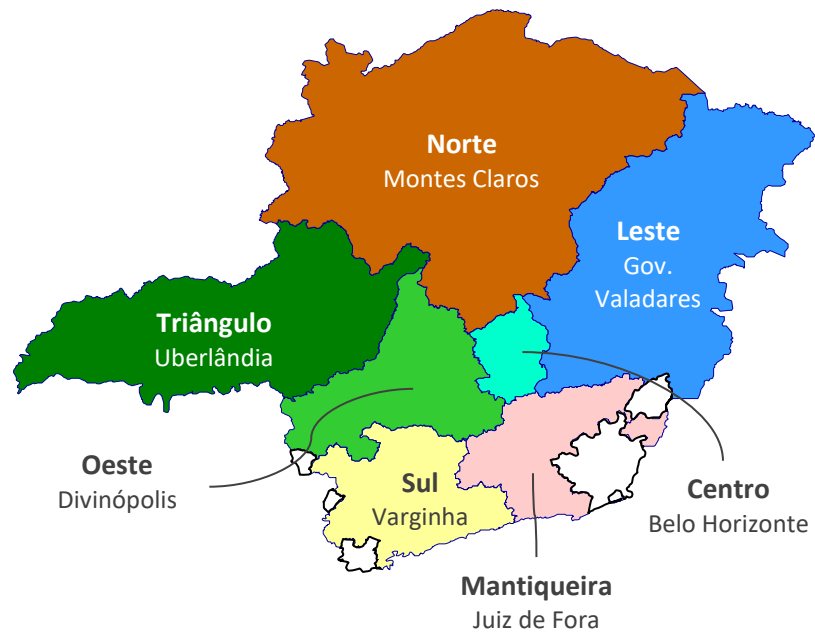
Em 2023, a Cemig teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 10 empresas, em 14 subestações e 95 km de linhas de transmissão.

Distribuição de energia elétrica

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.180 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 16% do total de consumidores da classe residencial.

Área de atuação



Número de consumidores por categoria

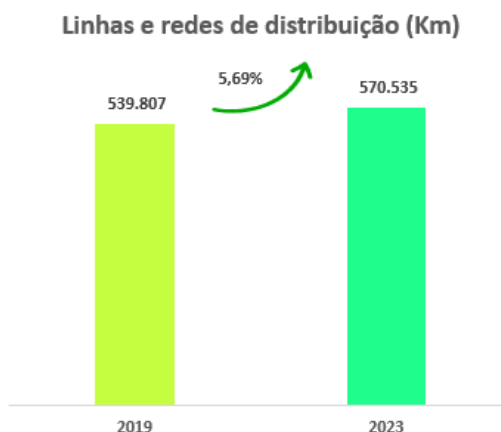
Classe	Número de Consumidores				
	2023	2022	2021	2020	2019
Cientes Cativos					
Residencial	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837	6.966.696
Industrial	28.437	29.201	29.580	29.525	29.875
Comercial	943.831	948.615	793.708	776.942	805.811
Rural	422.829	462.142	673.008	688.201	647.064
Poder público	69.670	69.302	67.584	66.388	66.855
Iluminação pública	6.659	7.194	6.831	6.144	6.677
Serviço público	13.703	13.586	13.678	13.676	11.906
Subtotal	9.210.965	9.031.744	8.881.563	8.694.713	8.534.884
Variação %	1,98	1,69	2,15	1,87	1,52
Cientes Livres					
Industrial	1.221	1.079	965	847	707
Comercial	1.714	1.462	1.263	907	724
Rural	22	14	23	17	7
Serviço Público	22	12	6	-	-
Concessionária (Distribuidora)	8	3	3	3	3
Subtotal	2.987	2.570	2.260	1.774	1.441
Total (*)	9.213.952	9.034.314	8.883.823	8.696.487	8.536.325
Variação %	1,99	1,69	2,15	1,88	1,52

* Exclui o consumo próprio.

Linhas e redes de distribuição

Sua área de concessão abrange 567.478 km², aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, com 570.535 km de linhas e redes de distribuição, sendo 129.704 km em área urbana, 421.675 km de redes rurais e 19.156 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9,120 milhões clientes em 2023.

Com o aumento dos nossos investimentos na Cemig D, percebemos o crescimento em linhas e redes de distribuição ao longo dos últimos 5 anos.



Comercialização de energia elétrica

A Cemig é líder no atendimento ao mercado livre no País. Expandimos nossa área de atuação para outros Estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos Estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 25 Estados.

A Cemig, líder de vendas a clientes finais no mercado livre com 15% de participação, ultrapassou recentemente o montante de 1.700 MW médios de energia vendida no mercado incentivado, o que representa quase 17% desse segmento, conforme dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Companhia, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010.

Energia Livre Cemig

Com foco em novos mercados, a Cemig inova com o lançamento do “Energia Livre Cemig”, um sistema de e-commerce inovador que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável podendo gerar desconto na fatura de energia do cliente.

A nova plataforma, que revoluciona o setor, foi planejada para tornar a jornada simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Atenderá clientes, de todas as regiões do País, que desejam migrar para o Mercado Livre de Energia – ambiente em que a Cemig é líder e referência no setor.

Distribuição e comercialização de gás natural

A Cemig atua no segmento de distribuição e comercialização de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o Estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Gasmig contava com 95.887 clientes (82.582 em 31 de dezembro de 2022), sendo 98% de clientes residenciais (98% em 31 de dezembro de 2022).

Categoria	Número de clientes	
	2023	2022
Residencial	94.367	81.201
Industrial	100	101
Comercial	1.339	1.201
Automotivo	63	59
Outros	18	20
Total	95.887	82.582

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2023 começou sob a expectativa de baixo crescimento e inflação anual superior a 5% (Pesquisa Focus indicavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente). A perspectiva era de que a recomposição tributária afetaria preços administrados (especialmente combustíveis), mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa (2,9% e 4,5%, respectivamente, de acordo com a pesquisa Focus mais recente).

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de *commodities*, tanto para a desinflação global como para a brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2pp) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A oferta agrícola também ajudou a reduzir dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos. Em 2023 houve deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA (-0,58%). Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,12%), a inflação encerrou o ano em 4,62%, dentro do intervalo de metas (cujo teto é 4,75%).

O processo de desaceleração da inflação no ano, com sinais de descompressão dos núcleos de preços, permitiu o início da redução da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária – a taxa iniciou o ano em 13,75% e terminou o ano no patamar de 11,75%.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no final do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a simplificação do sistema, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu upgrade da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

No ano de 2023, a hidrologia foi próxima da média histórica, ficando a Energia Natural Afluente (ENA) do ano em 102% da média de longo termo (MLT) no sistema interligado nacional (SIN). Contudo, o grande destaque foi a elevada ENA verificada na região sul (171% da MLT), devido a formação do fenômeno EL Niño. Por outro lado, o EL Niño impactou negativamente a região Nordeste com 63% da MLT.

Neste cenário hidrológico e com as medidas para preservação do armazenamento, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) juntamente com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), coordenaram a operação do sistema com as térmicas em seus valores mínimos operativos ao longo do ano. Ao longo do ano o armazenamento do sistema caminhou próximo aos valores máximos históricos chegando a 88% no final do mês de abril. No final de dezembro os reservatórios fecharam o ano com 60% do seu volume útil, dentre os melhores do histórico recente.

Com uma boa hidrologia, armazenamento elevado e uma grande sobreoferta estrutural o PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste/Centro-Oeste em 2023 foi de R\$72,17/MWh, comparado a R\$58,99/MWh em 2022. O PLD permaneceu no seu valor piso (R\$69,04/MWh) em 8 meses do ano, sendo que o maior valor foi verificado no mês de novembro, R\$84,40/MWh, devido a necessidade de despacho térmico para atender a elevada demanda de ponta durante ondas de calor. A melhora hidrológica de 2023 levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a apresentar um valor médio maior quando comparado a 2022, sendo 0,90 em 2023 em comparação a 0,86 em 2022.

Revisão de garantia física

Por meio da Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, foram revistos os valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no SIN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Dentre as usinas elegíveis, 10 usinas da Cemig tiveram suas garantias físicas revistas, com efeito pouco relevante, conforme abaixo.

Usina	Empresa	Garantia física anterior (MW médios) (1)	Garantia física revisada (MW médios) (1)	Variação %
Theodomiro Carneiro Santiago	Cemig Geração e Transmissão	499,70	474,80	(4,98)
Nova Ponte	Cemig Geração e Transmissão	270,10	256,60	(5,00)
Três Marias	Cemig Geração e Transmissão	239,00	227,10	(4,98)
Irapé	Cemig Geração e Transmissão	207,90	197,90	(4,81)
Salto Grande	Cemig Geração e Transmissão	75,00	73,80	(1,60)
Queimado (Consórcio)	Cemig Geração e Transmissão	67,90	64,60	(4,86)
Sá Carvalho	Sá Carvalho	56,10	54,40	(3,03)
Rosal	Rosal Energia	29,10	27,70	(4,81)
Itutinga	Cemig Geração Itutinga	28,00	26,60	(5,00)
Camargos	Cemig Geração Camargos	21,00	21,60	2,86
Total		1.493,80	1.425,10	(4,60)

(1) Os valores apresentados são integrais, não tendo sido ajustados considerando a participação da Companhia.

Distribuição de energia elétrica

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisarão ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os consumidores que optarem pela migração ao mercado livre de energia irão realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e os encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e irão realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e os tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

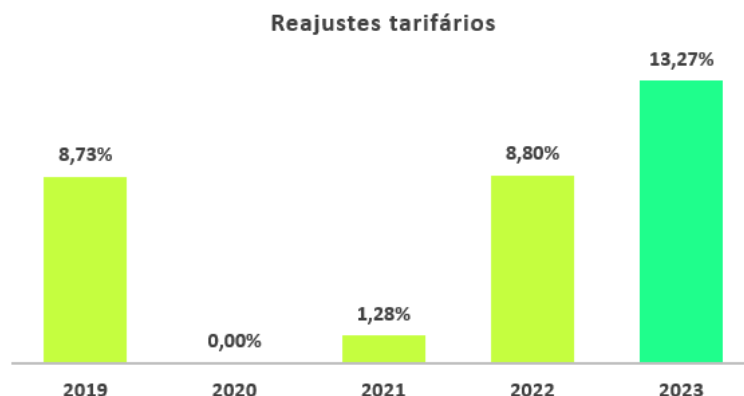
Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Quinta Revisão Tarifária periódica da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2023 a 27 de maio de 2024, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,27%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 14,91%.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 0,66%, e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasesp/Cofins, contribuíram com os demais 12,61%.

A remuneração do capital sofreu variação de 15,5% em relação aos valores hoje existentes nas tarifas. Esse acréscimo se deve, principalmente, do incremento da Base de Remuneração Líquida, em vista dos investimentos realizados pela Cemig Distribuição desde sua última revisão tarifária.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão. Eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR^1 (-) juros da dívida² ≥ 0 ; e,
- $\{Dívida líquida^4 / [LAJIDA^3 (-) QRR]\} \leq 1 / (111\% \text{ da Selic})$ (até o término de 2028).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;
2. Dívida líquida x 111% da Selic;
3. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;
4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela Aneel, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

Em 2023, deveria ter ocorrido o processo de Revisão Tarifária Periódica da RAP, no entanto, foi postergado pela Aneel para 2024, conforme Despacho nº 402/2023. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, que tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. Este último componente da receita, por sua vez, consiste em um componente financeiro referente a ajustes na RAP de ciclos anteriores.

O resultado do Reajuste Anual da RAP do ciclo 2023-2024, ocorrido em 1º de julho de 2023, foi publicado pela Resolução Homologatória (ReH) nº 3.216/2023. A RAP da Cemig GT (contrato de concessão 006/1997) recebeu reajuste de 31%, composto pelo efeito do reperfilamento do Componente Financeiro da RAP, do Custo Anual dos Ativos da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), da aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e reconhecimento dos novos reforços.

A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000) e da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais – Centroeste (contrato 004/2005) foram reajustadas em -4,44% no ciclo 2023-2024 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período.

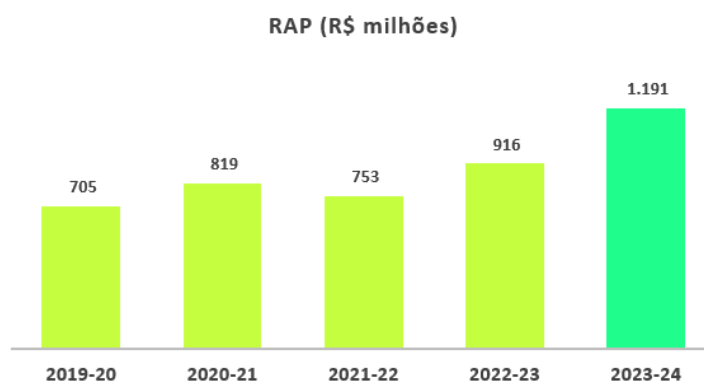
Em dezembro 2023, a Agência julgou os pedidos de reconsideração à ReH nº 3.216/2023, resultando na publicação do Despacho nº 4.675/2023, que reconheceu ajustes na RAP e nas parcelas de ajustes homologadas, notadamente para as receitas do contrato 006/1997. Os efeitos financeiros destes ajustes serão percebidos no ano de 2024, quando do efetivo recebimento das RAPs e parcelas de ajustes – PA.

RAP homologada

Por meio da ReH nº 3.216 de 2023, a Aneel estabeleceu as RAPs para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2023-24, com vigência a partir de 1º julho de 2023.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2022-2023 R\$ milhões	RAP ciclo 2023-2024 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	825,6	1.084,6	31,4%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	45	43	(4,4)%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	31,5	30,1	(4,4)%
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	8,9	9,2	3,4
		911	1.166,9	28,1%

O acréscimo deveu-se principalmente ao efeito do reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes (RBSE) da Cemig GT – 006/1997, cujo valor referente ao ciclo 2023-24 foi 120% superior ao do ciclo de 2022-23, além da entrada de novas obras e correção da receita pelo índice do contrato de concessão.



DESEMPENHO OPERACIONAL

Distribuição

Balço energético

Em MWh	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de energia	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962	25.600.022
Fornecimento	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962	25.600.022
Suprimento p/ agentes distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618	19.350.933
Mercado atendido	52.033.887	49.407.613	48.494.692	45.553.580	44.950.955
Perdas na rede básica	419.740	501.407	470.140	466.904	508.504
Perdas na distribuição	6.239.227	6.172.362	6.135.258	6.545.110	7.004.818
Perdas técnicas	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971	4.414.282
Perdas não técnicas - PNT	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139	2.590.536
PNT / energia requerida total %	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%	4,94%
Perdas totais - PT	6.658.967	6.673.769	6.605.398	7.012.014	7.513.322
PT / energia requerida total %	11,30%	11,90%	11,99%	13,34%	14,32%
Energia requerida total	58.692.854	56.081.382	55.100.090	52.565.594	52.464.277

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A Companhia vem apresetando FIDs crescentes nos últimos anos, atingindo 96,50% em dezembro de 2023. Esse resultado é consequência da busca por paradas programadas cada vez mais eficientes e baixos índices de paradas forçadas.

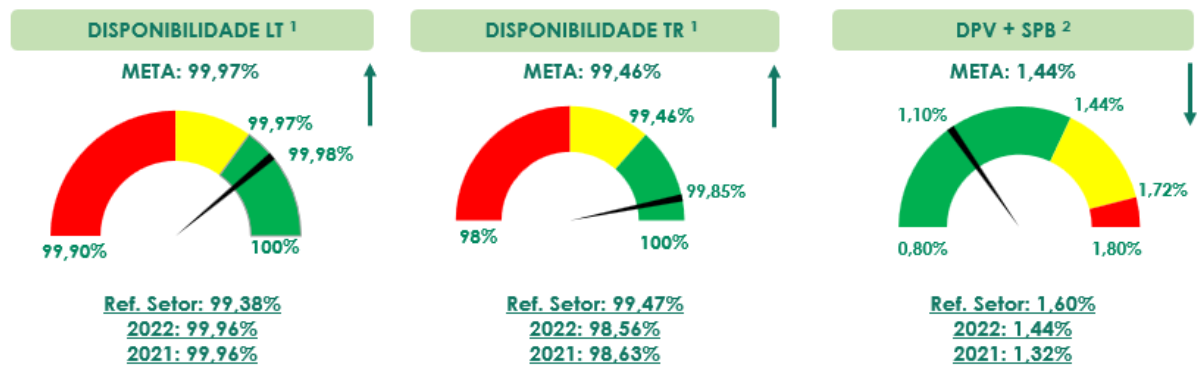
Volume de geração de energia

Geração em GWh	Total 2023	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	47.878,80	13.807,06
UHE não despachadas centralizadamente	1.179,87	943,43
Usinas eólicas	821,02	491,42
Usinas fotovoltaicas	7,29	7,29
Total	49.886,98	15.249,20

(1) Para as usinas UHE Baguari, UHE Retiro Baixo e UHE Santo Antônio foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação detida pela Cemig GT nessas usinas. Mais detalhes sobre a alienação na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

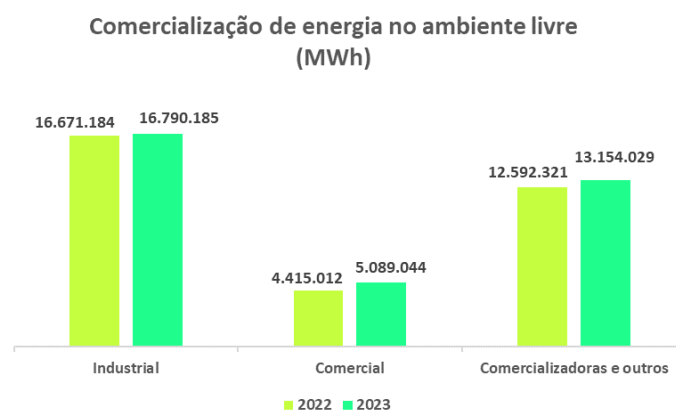
Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão



Comercialização

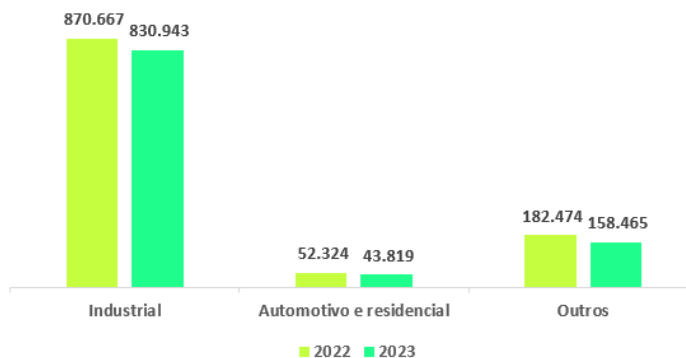
No exercício de 2023, a Cemig comercializou o total de 35.033.258 MWh (33.678.517 MWh no exercício de 2022) de energia no ambiente livre, segregados conforme o gráfico abaixo:



Gás

No ano de 2023, a Gasmig comercializou o total de 1.033.227 mil m³ de gás (1.105.465 mil m³ em 2022), segregados conforme gráfico abaixo:

Comercialização e distribuição de gás (mil m³)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Desempenho Consolidado

Resultado do exercício

A Cemig teve um crescimento de 40,86% em seu lucro líquido, sendo R\$5.767 milhões em 2023 em comparação a R\$4.094 milhões em 2022.

As principais variações em receita, custos, despesas e resultado financeiro, de forma consolidada e segregada por segmento, estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida consolidado da Cemig, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, aumentou 23,80% em 2023, em comparação a 2022, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 19,93% em 2022 para 23,08% em 2023.

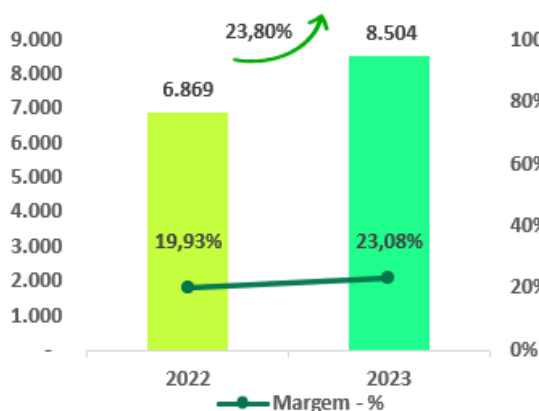
O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 16,58% em 2023, em comparação a 2022, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 20,10% em 2022 para 21,92% em 2023.

Lajida - 2023 - R\$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do período	1.387	465	959	1.611	596	749	5.767
Despesa de imposto de renda e contribuição social	326	114	428	405	248	(437)	1.084
Resultado financeiro	12	47	(82)	253	9	140	379
Depreciação e amortização	327	1	-	834	94	18	1.274
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.052	627	1.305	3.103	947	470	8.504
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Ganho na alienação de investimento (Nota 15)	-	-	-	-	-	(344)	(344)
Remensuração do passivo de pós-emprego (nota 24)	(11)	(7)	(1)	(34)	-	(4)	(57)
Outros	-	-	(22)	-	-	-	(22)
Lajida ajustado (2)	2.041	620	1.282	3.069	944	122	8.078

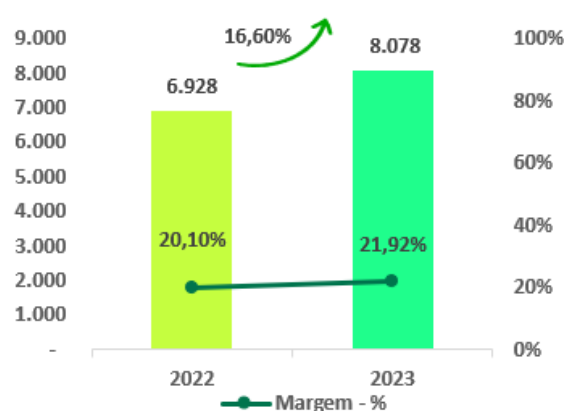
Lajida - 2022 - R\$ Milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição	Gás	Holding / Participações	Total
Resultado do período	888	350	684	443	478	1.251	4.094
Despesa de imposto de renda e contribuição social	307	174	314	(67)	199	(901)	26
Resultado financeiro	150	96	(34)	1.115	9	231	1.567
Depreciação e amortização	328	-	-	738	91	25	1.182
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	1.673	620	964	2.229	777	606	6.869
Efeitos não recorrentes e não caixa							
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	(105)	(105)
Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR	(29)	(27)	(5)	(42)	-	(33)	(136)
Provisões tributárias - Indenização do anuênio	14	13	2	98	-	9	136
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	(35)	(35)
Mudança de estimativa de perdas esperadas (3)	-	-	-	(131)	-	-	(131)
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	-	-	-	830	-	-	830
Ajuste de valor justo de ativo financeiro	172	-	-	-	-	-	172
TARD relativo à infraestrutura	-	-	-	(145)	-	-	(145)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	-	(162)	(162)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	7	7
Resultado da combinação de negócios (nota 15)	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Ganho no MVE - Mecanismo de Venda de Excedentes, líquido de tributos	-	-	-	(204)	-	-	(204)
Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	-	-	-	-	-	(161)	(161)
Lajida ajustado (2)	1.830	606	961	2.635	775	121	6.928

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Lajida (R\$ Milhões)



Lajida Ajustado (R\$ Milhões)

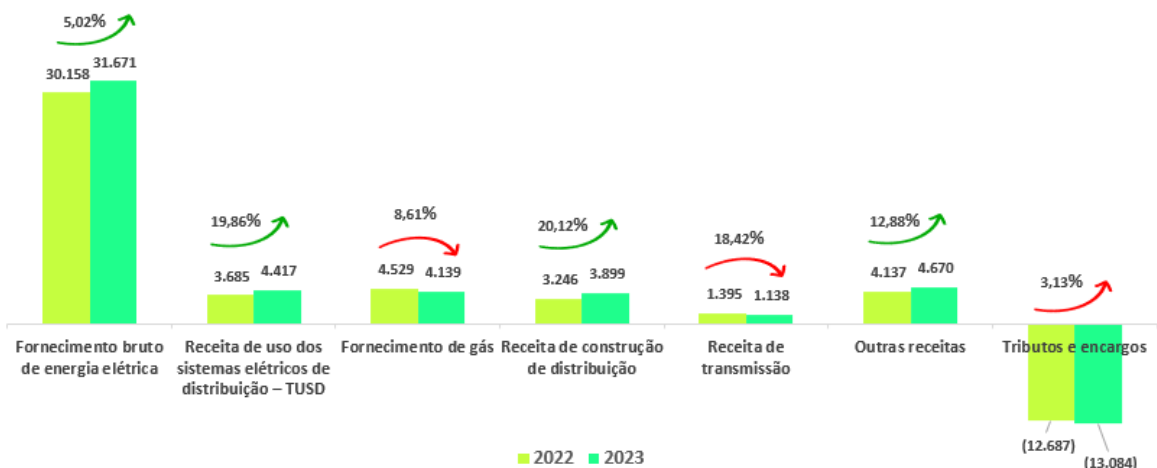


Receita líquida

A composição da receita é conforme segue:

	Consolidado (R\$ Milhões)	
	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica	31.671	30.158
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	4.417	3.685
CVA e outros componentes financeiros	(213)	(1.147)
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	1.909	2.360
Receita de transmissão	-	-
Receita de operação e manutenção	373	413
Receita de construção de transmissão	241	407
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	524	575
Receita de indenização da geração	93	47
Receita de construção de distribuição	3.899	3.246
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	149	39
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	412	467
Liquidação na CCEE	146	183
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE	(4)	453
Fornecimento de gás	4.139	4.529
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(139)	(94)
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores	-	(830)
Outras receitas	2.317	2.659
Tributos e encargos incidentes sobre a receita	(13.084)	(12.687)
Receita líquida	36.850	34.463

Receita líquida (R\$ Milhões)



Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica cresceu 5,02% em 2023 em comparação a 2022, sendo R\$31.671 milhões em 2023 e R\$30.158 milhões em 2022.

	2023			2022			Variação %	
	MWh (3)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (3)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (3)	R\$
Residencial	12.092.422	10.794	892,63	11.216.803	10.133	903,38	7,81	6,52
Industrial	18.087.784	5.903	326,35	18.203.746	5.991	329,11	(0,64)	(1,47)
Comércio, serviços e outros	9.469.095	6.314	666,80	8.956.518	6.155	687,21	5,72	2,58
Rural	3.063.035	2.238	730,65	3.092.932	2.050	662,80	(0,97)	9,17
Poder público	955.889	786	822,27	855.672	660	771,32	11,71	19,09
Iluminação pública	1.055.562	498	471,79	1.138.039	535	470,11	(7,25)	(6,92)
Serviço público	1.045.141	744	711,87	1.400.256	841	600,60	(25,36)	(11,53)
Subtotal	45.768.928	27.277	595,97	44.863.966	26.365	587,67	2,02	3,46
Consumo Próprio	29.703	-	-	30.942	-	-	(4,00)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	166	-	-	(189)	-	-	(187,83)
	45.798.631	27.443	599,21	44.894.908	26.176	583,05	2,01	4,84
Suprimento a outras concessionárias (2)	17.328.482	4.183	241,39	16.776.567	3.894	232,11	3,29	7,42
Suprimento não faturado líquido	-	45	-	-	88	-	-	(48,86)
Total	63.127.113	31.671	501,70	61.671.475	30.158	489,01	2,36	5,02

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(3) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

O consumo residencial aumentou em 7,81% em 2023 comparado a 2022. Este aumento está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores:

- I) aumento de 3,00% na quantidade de consumidores;
- II) aumento de 4,60% no consumo médio mensal por consumidor (passando de 124,6 kWh/mês no exercício de 2022 para 130,4 kWh/mês em 2023);
- III) temperaturas mais elevadas;
- IV) ações de recuperação de perda.

Industrial

A redução de 15,33% na quantidade de energia faturada para os consumidores industriais deve-se, principalmente, à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre e para mini e micro geração distribuída.

Poder público

A energia faturada aumentou 11,71% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior, devido principalmente à lenta recuperação no nível de consumo dessa classe após a pandemia de Covid-19, o que fez com que o exercício anterior ainda estivesse com baixo nível de consumo.

Iluminação Pública

A quantidade de energia faturada reduziu 7,25% no exercício de 2023 em comparação ao exercício anterior devido à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.

Adicionalmente aos comentários acima, deve ser também destacada a redução significativa do ICMS constante das tarifas de energia elétrica a partir do segundo semestre de 2022 até fevereiro de 2023. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo.

Receita de uso da rede – Consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$4.417 milhões, comparado a R\$3.685 milhões em 2022, representando um crescimento de 19,86%.

Esta variação decorre, principalmente, dos efeitos na base de cálculo do ICMS citados acima, bem como do aumento de 1,62% na tarifa média sobre os clientes livres no exercício de 2023, comparado ao exercício de 2022.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 4,62% na energia transportada no exercício de 2023, em comparação ao exercício anterior.

	MWh (1)		
	2023	2022	Var %
Industrial	20.996.914	20.666.410	1,60
Comercial	2.035.821	1.760.697	15,63
Rural	45.673	40.142	13,78
Serviço Público	439.225	13.130	3.245,20
Poder Público	1.622	2.662	(39,07)
Concessionárias	317.569	300.924	5,53
Total de energia transportada	23.836.824	22.783.965	4,62

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Cemig D reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Cemig D nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2023, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$213 milhões, em comparação a R\$1.146 milhões em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia comprada para revenda e dos encargos de uso da Rede Básica, aliado à redução de receita obtida pelo Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE.

Ver mais informações na nota explicativa nº 13.4 destas demonstrações financeiras.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização

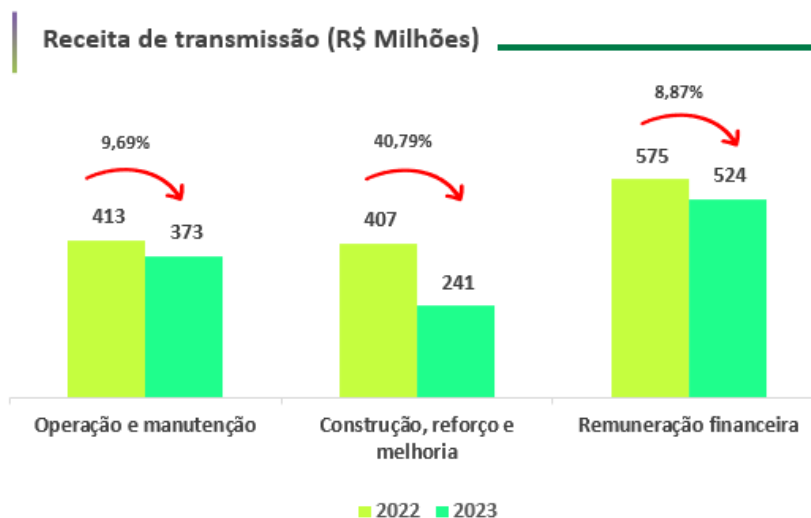
A Companhia registrou uma receita de realização da restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores no montante de R\$1.909 milhões em 2023 comparada a R\$2.360 milhões no exercício anterior. Essa recomposição da receita decorre da Cemig considerar o desconto dos valores que estão sendo devolvidos aos consumidores referente aos créditos de Pis/Pasep e Cofins.

Receita de construção de distribuição

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram R\$3.899 milhões em 2023, comparado a R\$3.246 milhões em 2022, demonstrando um crescimento de 20,12%. Tal aumento reflete uma maior execução do plano de investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior, destacando-se a realização de um grande volume de obras de atendimento a clientes, em função do aquecimento do mercado, em especial do agronegócio, e a alta dos preços dos insumos das obras (materiais e serviços).

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Cemig D, no exercício, em ativos da concessão.

Receita de concessão da transmissão



As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- as receitas de **construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R\$241 milhões em 2023, comparados a R\$407 milhões em 2022, sendo uma redução de 40,79%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.
- redução de 8,87% na receita de **remuneração financeira** do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$524 milhões e R\$575 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 4,62% em 2023 comparada à uma variação positiva de 5,79% em 2022, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de transações com energia na CCEE

A receita de transações com energia na CCEE foi de R\$146 milhões em 2023 em comparação a R\$183 milhões em 2022, representando uma redução de 20,22%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução das sobras de energia nesse período que são liquidadas na CCEE.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

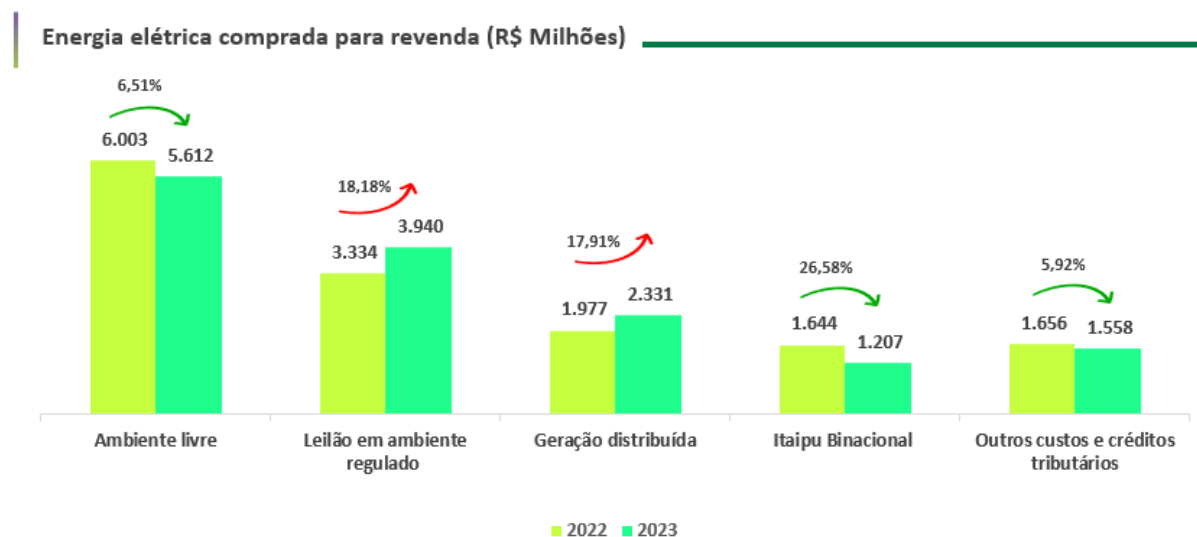
Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$13.084 milhões em 2023 comparado a R\$12.687 milhões em 2022, representando um aumento de 3,13%. Esse aumento é reflexo, principalmente, do crescimento da receita quando comparados os exercícios de 2022 e 2023.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$30.061 milhões em 2023, comparados a R\$29.624 milhões em 2022.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações financeiras.

Energia elétrica comprada para revenda



O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$14.648 milhões em 2023, comparado a R\$14.614 milhões em 2022. Os principais impactos decorrem principalmente dos seguintes fatores:

- redução no custo com compra de energia no **ambiente livre**, sendo R\$5.612 milhões em 2023, comparado a R\$6.003 milhões em 2022;
- aumento no custo com energia adquirida em **leilão em ambiente regulado**, sendo de R\$3.940 milhões em 2023, comparado a R\$3.334 milhões em 2022. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento no custo com **geração distribuída**, sendo de R\$2.331 milhões em 2023 comparado a R\$1.977 milhões em 2022. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em

dezembro de 2022) com impacto no aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022);

- redução no custo com **energia de curto prazo**, sendo de R\$478 milhões em 2023, comparado a R\$530 milhões em 2022; e
- redução no custo com energia de **Itaipu Binacional**, sendo de R\$1.207 milhões em 2023, comparado a R\$1.644 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da redução de 35% no preço da demanda de Itaipu, em dólar, de US\$24,73KW no exercício de 2022 para US\$16,19KW (abril de 2023) e nova alteração regulatória para US\$20,23 em maio de 2023, definida por resolução.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$3.215 milhões em 2023, comparado a R\$2.925 milhões em 2022, representando um aumento de 9,91%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior necessidade de despachos térmicos em 2023 em decorrência de altas temperaturas, além da entrada em operação dos contratos de energia de reserva decorrentes do Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 (PCS), com consequente aumento dos encargos de energia de reserva no exercício de 2023.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14b destas demonstrações financeiras.

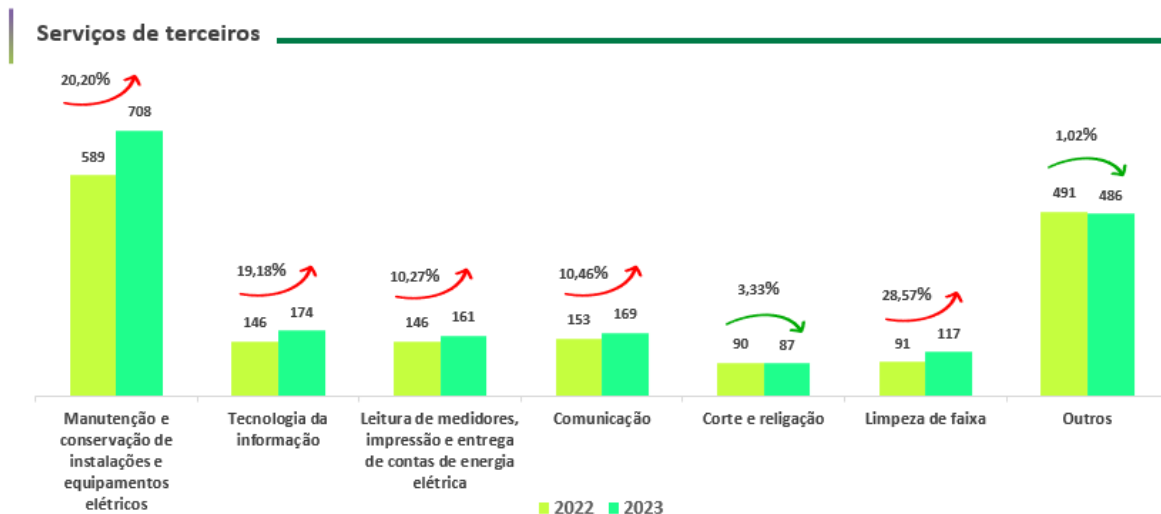
Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$157 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$83 milhões em 2022, representando um aumento de 89,20%. Esta variação decorre, basicamente, da adesão total dos sindicatos ao acordo coletivo de 2023 comparativamente a 2022, ano em que alguns sindicatos não aderiram ao acordo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado de 2023 foi uma despesa no montante de R\$591 milhões, em comparação a R\$626 milhões em 2022. Essa variação decorre, principalmente, da adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, denominado Plano Premium, ofertado pela Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 23 destas demonstrações financeiras).

Serviço de terceiros



A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.902 milhões em 2023, comparada a R\$1.706 milhões em 2022, representando um aumento de 11,49%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- aumento de 20,20% nas despesas com **manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos**, sendo de R\$708 milhões em 2023, comparado a R\$589 milhões em 2022;
- aumento de 19,18% nas despesas com **tecnologia da informação**, sendo de R\$174 milhões em 2023, comparado a R\$146 milhões em 2022.

Provisões para contingências

As provisões operacionais foram de R\$652 milhões em 2023 comparado a R\$455 milhões em 2022, representando um aumento de 43,30%. As principais variações que explicam esse aumento são:

- variação nas **provisões para contingências tributárias**, que apresentou constituição líquida de R\$145 milhões no exercício de 2023, em comparação a R\$182 milhões no exercício de 2022. Essa redução deve-se, principalmente, à constituição, no terceiro trimestre de 2022, de provisão relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios pagos aos colaboradores em 2006 (mais informações na nota explicativa nº 24);
- aumento nas **provisões para contingências trabalhistas**, que apresentou constituição líquida de R\$120 milhões no exercício de 2023, em comparação a R\$98 milhões no exercício de 2022. Essa variação decorre, principalmente, de recentes decisões judiciais desfavoráveis à Companhia, em processos que discutem sobre assuntos diversos.

Perdas de créditos esperadas (PCE)

Aumento na perda esperada de créditos, que representou uma constituição de R\$217 milhões em 2023 em comparação a R\$109 milhões em 2022. Essa variação decorre da alteração, em agosto de 2022, do limite para o reconhecimento integral de perdas, passando de 12 para 24 meses, a fim de refletir de forma mais adequada a estimativa das perdas de crédito esperadas referentes aos saldos vencidos de clientes.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$432 milhões em 2023 em comparação a R\$843 milhões em 2022.

A redução está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- reconhecimento de recebível no montante de R\$161 milhões, em 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016; e
- reversão, em 2022, da provisão referente às obrigações contratuais da Cemig GT assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionistas no montante de R\$162 milhões. Referida provisão foi constituída em 2021, afetando negativamente o resultado com equivalência patrimonial daquele período.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 15.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$379 milhões em 2023 em comparação a R\$1.566.621 milhões em 2022. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

Atualização de tributos a restituir a consumidores

A Companhia teve em 2023 uma menor despesa financeira líquida com atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo de R\$41 milhões no exercício de 2023, comparada a R\$1.294 milhões no exercício anterior.

Essa variação decorre do complemento, no segundo trimestre de 2022, da atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, em cumprimento à determinação legal de destinação integral pelas distribuidoras, em proveito dos consumidores, dos valores objeto da repetição do indébito.

Variação cambial

A variação negativa do dólar em relação ao Real em 2023, de 7,21%, em comparação à variação negativa de 6,5% em 2022, gerou um registro de variação cambial negativa em 2023 no montante de R\$277 milhões, em comparação ao registro de variação cambial negativa em 2022, no montante de R\$338 milhões.

Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da redução na curva de juros em relação a expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou perdas de R\$177 milhões em 2023, em comparação ao registro de perdas de R\$438 milhões em 2022.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2023, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.068 milhões (R\$26 milhões em 2022) em relação ao lucro de R\$6.806 milhões (R\$4.121 milhões em 2022) antes dos efeitos fiscais, representando 15,69% de alíquota efetiva (0,64% em 2022).

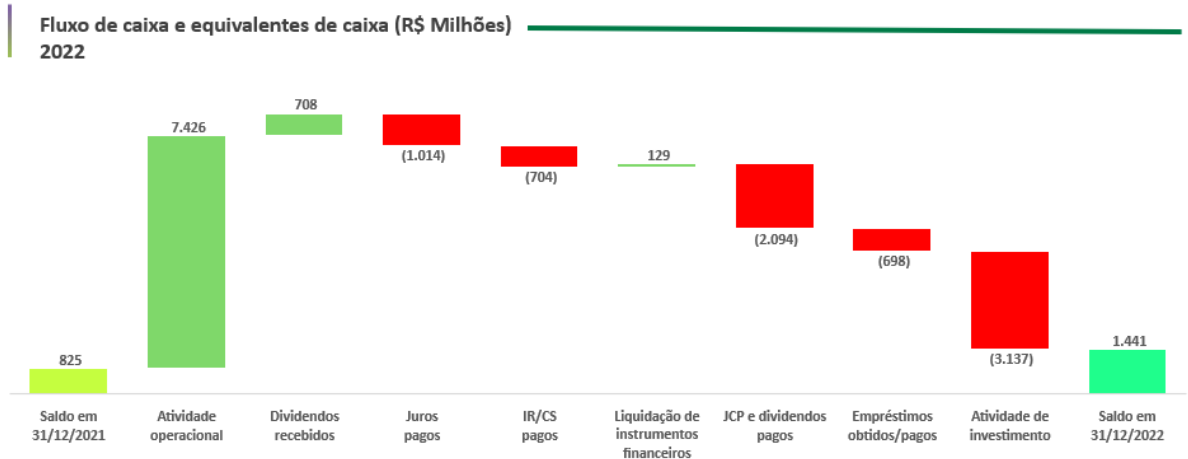
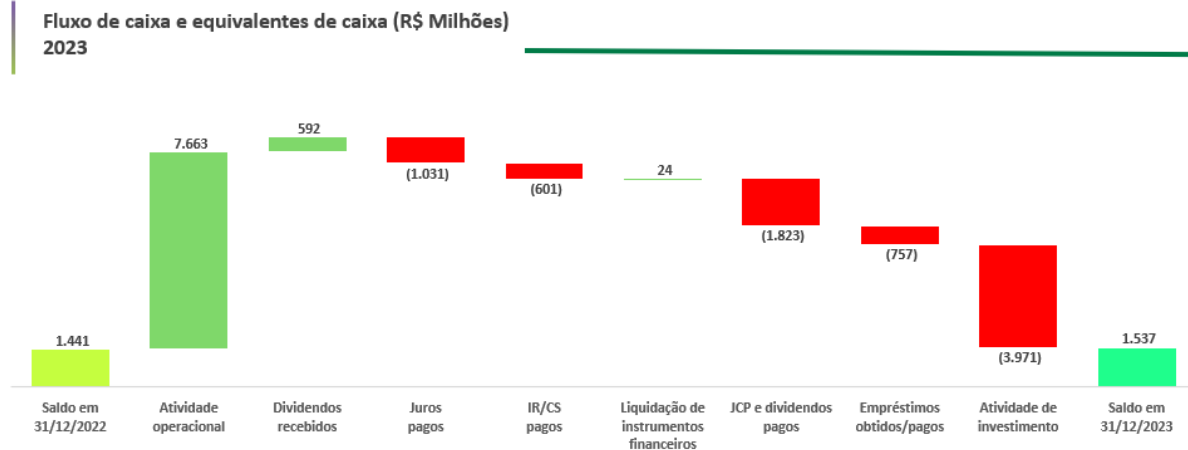
As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa



Desempenho por segmento

Os resultados apresentados separadamente por segmentos não consideram as eliminações do consolidado de operações entre os segmentos.

Desempenho do segmento de Distribuição

A Cemig D apresentou, no exercício de 2023, lucro de R\$1.611 milhões em comparação a R\$443 milhões no exercício de 2022.

Receita líquida

A receita líquida do segmento de distribuição cresceu 11,61% no exercício de 2023 quando comparado ao exercício de 2022, sendo R\$23.348 milhões em 2023 e R\$20.919 milhões em 2022. As principais variações da receita líquida estão apresentadas a seguir:

- receita com **fornecimento bruto de energia elétrica** foi de R\$21.551 milhões em 2023, em comparação a R\$20.209 milhões em 2022, representando um crescimento de 6,64%;

- **receita de uso da rede – consumidores livres** referente à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2023, essa receita correspondeu ao montante de R\$4.448 milhões, comparada a R\$3.715 milhões em 2022, representando um aumento de 19,73%;
- **CVA e outros componentes financeiros**, sendo que em 2023, foi reconhecida uma despesa no montante de R\$213 milhões, em comparação a R\$1.147 milhões reconhecidos em 2022; e,
- os **tributos e encargos incidentes sobre a receita** foram de R\$10.053 milhões em 2023 comparados a R\$9.442 milhões em 2022, representando um aumento de 6,47%. A Lei Complementar 194/2022 retirou da base de cálculo do ICMS os encargos de transmissão e distribuição, porém, em fevereiro de 2023, o Decreto 45.572/2023 voltou com estes encargos para a base de cálculo do tributo. Isso gerou um aumento na base de cálculo do ICMS e conseqüentemente um aumento nos tributos e encargos incidentes sobre a receita. O aumento nos tributos e encargos incidentes sobre a receita também está relacionado com o aumento da receita do segmento de Distribuição.

Custos com energia elétrica

No exercício de 2023, o custo com energia elétrica foi de R\$12.656 milhões em comparação a R\$11.938 milhões no exercício de 2022, representando um aumento de 6,01%, devido principalmente a:

- aumento de 4,56% do custo com **energia elétrica comprada para revenda**, sendo R\$9.589 milhões em 2023, comparado a R\$9.171 milhões em 2022; e,
- aumento de 10,83% dos **encargos de uso do sistema elétrico**, sendo R\$3.067 milhões em 2023, comparados a R\$2.767 milhões em 2022.

Custos e despesas

O total de custos e despesas foi de R\$21.079 milhões em 2023, comparado a R\$19.427 milhões em 2022, representando um aumento de 8,50%, devido, principalmente, a:

- os **custos de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica** foram de R\$3.600 milhões em 2023, comparados a R\$3.193 milhões em 2022, demonstrando um aumento de 12,75%. Tal aumento deve-se, basicamente, ao aumento dos investimentos da Cemig D em relação ao exercício anterior;

- as **provisões operacionais** foram de R\$455 milhões em 2023 comparadas a R\$398 milhões em 2022, representando um aumento de 14,32%. As principais variações que explicam essa redução são: (i) variação nas provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$97 milhões no exercício de 2023, em comparação a uma reversão líquida de R\$68 milhões no exercício de 2022; e (ii) aumento nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$80 milhões no exercício de 2023, em comparação a R\$48 milhão no exercício de 2022.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig D.

Desempenho do segmento de Transmissão

O segmento de transmissão apresentou um crescimento de 32,69% em seu lucro líquido, sendo R\$465 milhões em 2023 e R\$350 milhões em 2022.

Receita de concessão da transmissão

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- As **receitas de construção, reforço e melhoria** da infraestrutura foram de R\$241 milhões em 2023, comparados a R\$407 milhões em 2022, uma redução de 40,79%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.
- Redução de 8,71% na receita de **remuneração financeira** do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$524 milhões e R\$574 milhões em 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi positiva em 4,62% em 2023 comparada à uma variação positiva de 5,79% em 2022, base para a remuneração do contrato.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$172 milhões em 2023, em comparação a R\$291 milhões em 2022, uma redução de 40,89%. A variação reflete o previsto para os projetos que estão em fase final de execução, resultando na diminuição nos valores investidos em 2023 em comparação a 2022. Além disso, os novos projetos estão na fase inicial, com desembolsos associados a etapas de projeto e definição, as quais apresentam menores custos.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Geração

O segmento de geração apresentou, em 2023, um lucro líquido de R\$1.387 milhões, em comparação a R\$888 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 56,19%.

A variação decorre, principalmente, do ajuste a valor justo do ativo financeiro referente à indenização a receber dos ativos ainda não amortizados de diversas usinas da Cemig GT. Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171 milhões, em junho de 2022, corresponde à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

As informações detalhadas sobre as variações e impactos apresentadas neste segmento, estão disponíveis nas demonstrações financeiras da Cemig GT.

Desempenho do segmento de Comercialização

O segmento de comercialização apresentou, em 2023, um lucro líquido de R\$959 milhões, em comparação a R\$684 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 40,20%, associado aos seguintes fatores:

Receita líquida

A receita líquida deste segmento foi de R\$7.686 milhões em 2023, em comparação a R\$7.918 milhões em 2022, representando uma redução de 2,93%, decorrente, principalmente, da redução no montante contratado em 2023 e da variação do portfólio, com o início do fornecimento de novos contratos, impactando no preço médio de venda.

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica foi de R\$6.318 milhões em 2023, comparado a R\$6.880 milhões em 2022, representando uma redução de 8,17%. Essa variação decorre, principalmente, da redução no montante contratado em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Contratos relevantes se encerraram em 2022 e também muitos contratos de curto prazo foram efetivados para recomposição do lastro de energia de 2022. Com a perspectiva de preços mais baixos em 2023, o portfólio de compras não foi recomposto no mesmo nível dos contratos de 2022.

Desempenho do segmento de Gás

Fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita líquida no montante de R\$4.139 milhões em 2023, comparada a R\$4.529 em 2022. A redução deve-se, principalmente, ao menor volume de gás fornecido.

Gás comprado para revenda

Devido a uma menor demanda de compra de gás para revenda e de menor custo do gás adquirido no exercício, houve uma redução no custo com gás comprado para revenda, sendo R\$2.237 milhões em 2023 e R\$2.735 em 2022.

Desempenho do segmento de Participações e Holding

O segmento de participações e holding apresentou, em 2023, um lucro líquido de R\$749 milhões, em comparação a R\$1.251 milhões no exercício anterior. As variações nos resultados das investidas que justificam os melhores resultados obtidos em 2023 estão apresentadas com mais detalhes na nota explicativa nº 15.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A Companhia apresentou, por meio de sua subsidiária Cemig D, relevante geração de caixa de suas atividades operacionais em 2023, fruto de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais (OPEX) enquadrados nos limites regulatórios.

Nos demais negócios, destaque para aumento no volume de energia vendida pela Cemig GT e pela Cemig Holding, tendo como consequência o aumento do Ebitda nas duas companhias, mesmo com a transferência de contratos de comercialização de energia da Cemig GT para a Cemig H, demonstrando a robustez de sua operação e geração de caixa.

Além disso, a alienação e redução de participações em ativos não estratégicos, com destaque para a finalização das vendas das operações de Baguari e Retiro Baixo, que resultaram em entradas de caixa e maior foco em sua estratégia de crescimento do *core business*, além de sua bem-sucedida estratégia de recompra de sua dívida em dólar (Eurobonds), o que gerou uma importante redução em seu endividamento bruto. Tal equilíbrio possibilitou a execução de um volume expressivo de investimentos sem afetar negativamente a alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações e para a continuidade do seu programa de investimentos.

Em junho de 2023, a Cemig D realizou captação por meio da 9ª emissão de debêntures no volume de R\$ 2 bilhões em série única, à taxa de remuneração de CDI + 2,05% a.a. e vencimento em 3 anos, com amortizações no 2º e 3º anos.

Em dezembro de 2023, a Cemig GT concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra (*call*), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, Eurobonds, cujo vencimento original é dezembro de 2024. Tal operação teve o objetivo de reduzir a concentração de sua dívida, bem como o endividamento bruto da Companhia. Como estratégia, foi contratado um *hedge* para mitigar a variação cambial ao longo da execução da *call*, concomitantemente ao desfazimento dos derivativos originais que cobriam o montante dos Eurobonds até o vencimento original, auferindo com essa operação, ajuste positivo de R\$ 283 milhões. Como resultado, foram recomprados US\$ 375 milhões de principal, remanescendo um saldo devedor de US\$ 381 milhões.

As agências internacionais de classificação de risco Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's mantiveram os *ratings* da Cemig H, Cemig D e Cemig GT, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da qualidade de crédito da Companhia, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do LAJIDA, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo, corroborada pela recompra dos Eurobonds. É importante salientar que os ratings da Cemig D e Cemig GT acompanham o rating da sua Controladora, a Cemig H.

A tabela a seguir apresenta a posição de *ratings* da Companhia nas três principais agências:

Agências de classificação de risco

FitchRatings		AA+(bra)	Cemig H, Cemig GT and Cemig D	Escala Nacional																																																																																							
		BB	Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Global																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="10">Grau de Investimento</th> <th colspan="10">Grau Especulativo</th> </tr> <tr> <th>AAA</th><th>AA+</th><th>AA</th><th>AA-</th><th>A+</th><th>A</th><th>A-</th><th>BBB+</th><th>BBB</th><th>BBB-</th><th>BB-</th><th>BB</th><th>BB-</th><th>B+</th><th>B</th><th>B-</th><th>CCC</th><th>CC</th><th>C</th><th>RD/D</th> </tr> </thead> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table>					Grau de Investimento										Grau Especulativo										AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB-	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D																																									Upgrade em 22/10/2021						
Grau de Investimento										Grau Especulativo																																																																																	
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB-	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D																																																																								
STANDARD & POOR'S		brAA+	Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Nacional																																																																																							
		BB-	Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Global																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="10">Grau de Investimento</th> <th colspan="10">Grau Especulativo</th> </tr> <tr> <th>AAA</th><th>AA+</th><th>AA</th><th>AA-</th><th>A+</th><th>A</th><th>A-</th><th>BBB+</th><th>BBB</th><th>BBB-</th><th>BB-</th><th>BB</th><th>BB-</th><th>B+</th><th>B</th><th>B-</th><th>CCC+</th><th>CCC</th><th>CCC-</th><th>CC</th><th>C</th><th>D</th> </tr> </thead> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table>					Grau de Investimento										Grau Especulativo										AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB-	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D																																													Upgrade em 28/01/2021
Grau de Investimento										Grau Especulativo																																																																																	
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB-	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D																																																																						
MOODY'S		AA.br	Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Nacional																																																																																							
		Ba2	Cemig H, Cemig GT e Cemig D	Escala Global																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="10">Grau de Investimento</th> <th colspan="10">Grau Especulativo</th> </tr> <tr> <th>Aaa</th><th>Aa1</th><th>Aa2</th><th>Aa3</th><th>A1</th><th>A2</th><th>A3</th><th>Baa1</th><th>Baa2</th><th>Baa3</th><th>Ba1</th><th>Ba2</th><th>Ba3</th><th>B1</th><th>B2</th><th>B3</th><th>Caas1</th><th>Caas2</th><th>Caas3</th><th>Ca</th><th>C</th> </tr> </thead> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> <tr> <td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td> </tr> </table>					Grau de Investimento										Grau Especulativo										Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caas1	Caas2	Caas3	Ca	C																																													Upgrade Nacional em 13/04/2022 Upgrade Global em 18/05/2022 Classificação: Uso Interno	
Grau de Investimento										Grau Especulativo																																																																																	
Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caas1	Caas2	Caas3	Ca	C																																																																							

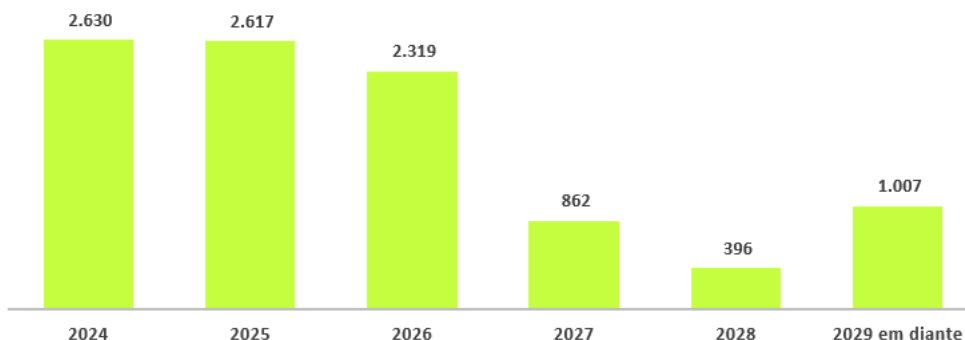
Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras.

Tanto os *Eurobonds* quanto as debêntures contam com *covenants* financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que são atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 9.831 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 2,8 anos.

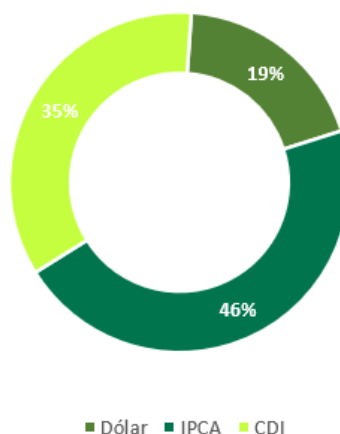
O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de amortização da dívida
Posicionamento em dezembro de 2023 (R\$ milhões)



Os indexadores da dívida da Companhia estão apresentados no gráfico abaixo:

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2023



Para a dívida cuja referência é o IPCA, a Companhia possui um *hedge* natural, dado que a receita da atividade de distribuição e grande parte dos contratos de transmissão e comercialização também são corrigidos por esse índice. Com relação aos *Eurobonds*, emitidos em dólares, há uma estrutura de *hedge* que faz com que a exposição final seja atrelada ao CDI, sendo o seu custo de 132,35% do CDI. O custo real da dívida da Companhia é de 7,66% a.a. e de 12,64% a.a. em custo nominal.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R\$5.764 milhões, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$6 milhões, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$835 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$288 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;

- R\$3.124 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024, conforme segue:
 - R\$2.591 milhões declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2023;
 - R\$533 milhões declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$2.295 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2024, conforme orçamento de capital;
- R\$63 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$835 milhões, considerando a reversão da reserva constituída em 2022 e a nova constituição de reserva em 2023 de mesmo valor.

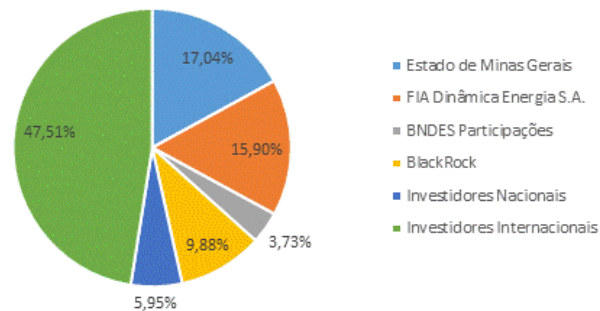
O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

MERCADO DE CAPITAIS

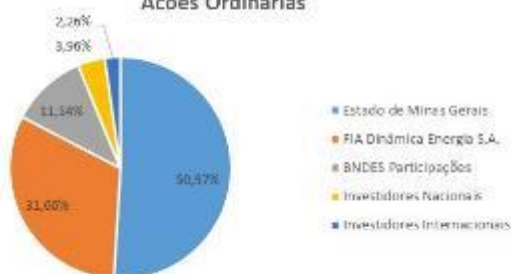
A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição acionária

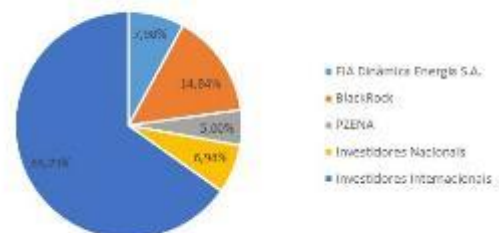
Total do Capital



Acções Ordinárias



Acções Preferenciais



Cotações das ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2022 e 2023, das ações em São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Códigos	Moeda	Fechamento 2022	Fechamento 2023
Cemig PN	CMIG4	R\$	9,97	11,48
Cemig ON	CMIG3	R\$	14,95	15,13
ADR PN	CIG	US\$	1,80	2,31
ADR ON	CIG.C	US\$	3,12	3,12
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	1,81	2,10

Fonte - Econômica – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2023, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$32,57 bilhões, com uma média diária de R\$131,35 milhões. Esse volume negociado faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da B3, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2023 foi de US\$8,98 milhões e movimentou US\$2,24 bilhões, o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento.

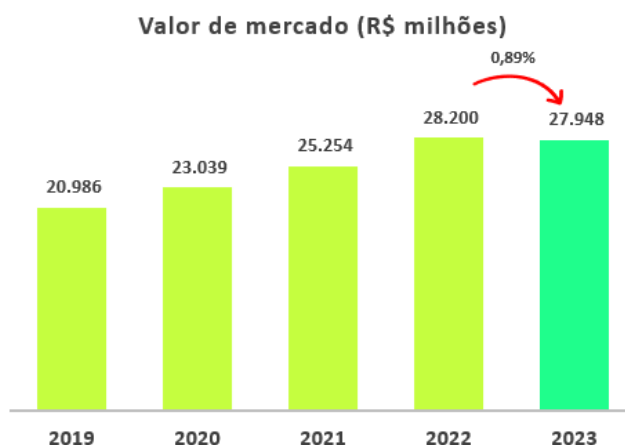
Evolução das nossas ações

Em termos de desempenho, as ações da Companhia estiveram entre aquelas que apresentaram as melhores rentabilidades do setor elétrico na B3, sendo a quarta companhia mais negociada. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig foi a empresa com maior volume negociado em 2023.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	DJIA
2023/2022	15,10%	1,23%	28,09%	0,00%	22,28%	20,69%	13,70%

Valor de mercado

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, permanecendo estável em relação ao ano anterior, com redução de 0,89%.



INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Investimentos em distribuição de energia elétrica

Dentro da nossa estratégia de investir em Minas Gerais, investimos R\$3,17 bilhões em nosso negócio de distribuição, em 2023, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Companhia na concessão de Distribuição, o que representa mais oferta de energia, que impulsiona o crescimento do Estado e um atendimento de mais qualidade aos nossos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R\$23,5 bilhões de 2023 a 2028, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela Distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na área de concessão da Cemig D.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2023, foram realizados, aproximadamente, R\$241 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 63 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 294.982 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 12.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.982 km de rede de média e baixa tensão, em 2023, perfazendo um total de R\$ 334,2 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R\$650 milhões, pela Cemig, e R\$499 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2023. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 14.642 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2023, ocorreram intervenções em 599 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$303 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 638 instalações, com um investimento de R\$10,4 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do Estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2023, foram realizados cerca de R\$92 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte/religa remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R\$570 milhões em 2023.

No primeiro ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R\$3,17 bilhões, para uma meta de R\$2,9 bilhões, resultando em um desempenho de 109%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R\$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	799
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	176
Operação e manutenção em alta tensão	49
Operação e manutenção em média e baixa tensão	239
Reforço de redes de média e baixa tensão	199
Reforma de redes em média e baixa tensão	105
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	240
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	334
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	651
Troca de medição/medição de fronteira	172
BT Zero - Program de regularização de comunidades	92
Telecomunicações	62
Plano diretor de automação da média tensão	46
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	10
Meio ambiente	2
Total	3.176

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Companhia, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 de quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas, até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2023, foi de aproximadamente R\$441 milhões, com extensão de 2.032 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. O Programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem a cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R\$5 bilhões, no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do Estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no “Programa Mais Energia” em 2023 foi de R\$798,6 milhões, com a energização de 27 subestações e construção de 672km de linhas de distribuição.

Investimentos em geração de energia elétrica e geração distribuída

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A (“Aliança Geração”). A Aliança Geração possui um projeto de investimento em curso, conforme abaixo:

- Parque Eólico Acauã (“Acauã”): composto de 3 parques, a saber: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”), localizados nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o primeiro semestre de 2024. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Os investimentos têm como fonte de recursos o próprio caixa da Aliança Geração, bem como financiamento por meio de emissão de debêntures e/ou outros instrumentos financeiros.

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

A implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante encontra-se em andamento com cerca de 90% das obras concluídas e previsão de entrada em operação no final do primeiro semestre de 2024.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais.

Com investimentos estimados em R\$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

Cemig Sim

Empresa do Grupo Cemig com foco em inovação e soluções em energia, investiu, em 2023, aproximadamente R\$212 milhões em usinas de geração de energia solar fotovoltaica.

A empresa atingiu a marca de 14.000 unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2023, distribuídos entre clientes comerciais, residenciais e industriais. A geração de energia solar da base Cemig SIM evitou a emissão de 7,9 mil toneladas de CO₂ (dióxido de carbono) em 2023. Desde a implantação, mais de 29,9 mil toneladas de CO₂ deixaram de ser emitidas na atmosfera.

A empresa está buscando expandir sua capacidade instalada alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig, prospectando o desenvolvimento de novos projetos e planeja investir, no período entre 2024 e 2025, o equivalente a R\$800 milhões no segmento de Geração Distribuída.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Investimentos em gás natural

A Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV).

Em 2023, a Gasmig aplicou valores da ordem de R\$302 milhões (R\$56 milhões em 2022), principalmente, na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais. A Gasmig está focando seus investimentos na expansão da rede de distribuição de gás alinhada ao Planejamento Estratégico da Cemig e planeja investir, no período entre 2024 e 2033, o equivalente a R\$4,8 bilhões.

Projeto Centro-oeste

O projeto prevê a ampliação do sistema de distribuição de gás natural da Gasmig em cerca de 300 km, e sua implantação se dará em etapas, com as obras iniciando no 1º semestre de 2024 e duração estimada de 24 meses.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes Cemig são:

- Consumidores cativos, vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- Consumidores livres, sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros Estados em que a Cemig atua.
- Distribuidoras que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, poderão optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. É composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Prêmio Respeito

A Cemig recebeu o Prêmio Respeito, da Revista Consumidor Moderno, na categoria Energia Elétrica. Em sua 21ª edição, o Prêmio reconhece empresas que se destacam pelo profundo respeito ao público consumidor, bem como investimentos em estratégias, talento, recursos e metodologias que visam a satisfação do cliente.

A Companhia, ciente das transformações no setor de energia elétrica, anteviu as mudanças, concentrando esforços em inovação. O compromisso de encantar o cliente tornou-se o direcionador estratégico, permeando todas as decisões da empresa. Isso explica como a empresa vem expandindo seus negócios e, ao mesmo tempo, mantendo qualidade do serviço prestado.

No âmbito do atendimento ao cliente, a implementação do Projeto Cliente + demonstra o compromisso com a evolução da experiência do consumidor. Novas tecnologias, autonomia nos canais digitais, atendimento humano diferenciado e omnicalidade compõem a abordagem da Cemig.

O Prêmio Respeito destaca a ênfase da Cemig na percepção de preço justo, onde o valor percebido em cada produto ou serviço supera a mera questão do preço. A Companhia busca transmitir o valor agregado de seus produtos, alinhando-se à expectativa do cliente.

Smart Transformation Pioneer

A Cemig recebeu o prêmio de *Smart Transformation Pioneer* na categoria *Business Experience* durante o WE3 Summit 2023 (conferência anual de tecnologia e inovação).

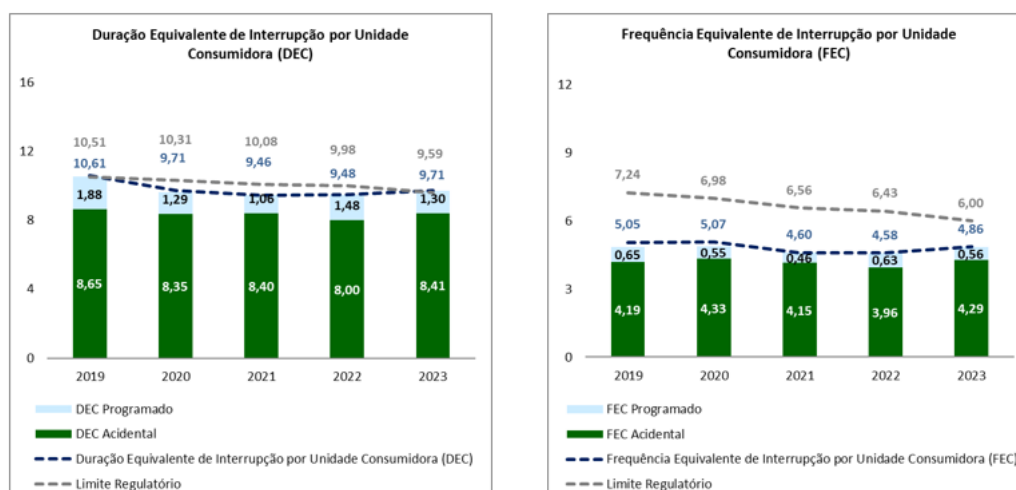
O evento global, promovido de 14 a 16 de novembro, na Califórnia, reuniu líderes globais dos setores de água e energia, com o objetivo de discutir a transformação, desafios e soluções do setor, buscando envolver, educar e capacitar os profissionais.

A premiação reconheceu as inovações e os resultados alcançados pela empresa no controle de perdas e inadimplência e consolidou o protagonismo das práticas adotadas pela Cemig na América Latina.

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2023 o percentual de 1,24% acima da meta regulatória. A Cemig D realizou 9,71 (horas) frente ao limite de 9,59 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) também apresentou elevação em comparação ao ano anterior, contudo obteve resultado abaixo do limite regulatório. Em 2023, o valor apurado foi de 4,86 (horas) frente ao limite regulatório de 6,00 (horas).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Gestão da inadimplência e arrecadação

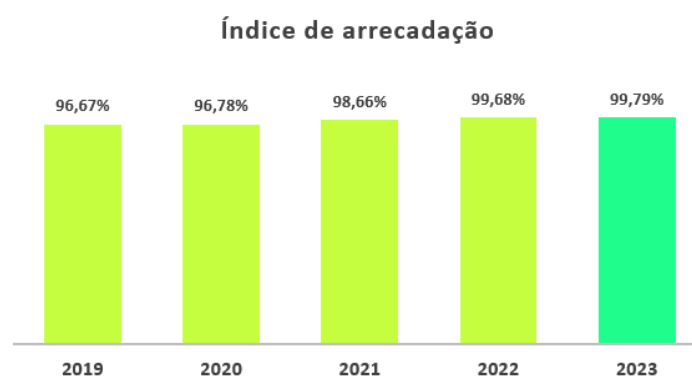
Os resultados obtidos pelo segmento de distribuição foram positivos, em função das iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, conforme abaixo:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 30% de ações comparado a 2022. Ocorreram mais de 60 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 5 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês correntes, 5,6 milhões de negativas, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 287 mil protestos de títulos junto a cartórios;

- Utilização de técnicas de otimização e *Machine Learning* para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;
- Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo mais difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;
- Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2023, a Cemig D realizou a campanha promocional “2 anos sem Conta” e implementou o QRCode PIX, nas contas retidas, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 22% das faturas mensais arrecadadas;
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon’s; em públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;
- Participação no programa do Governo Federal “Desenrola Brasil”, com oportunidade de negociação para dívidas de difícil recebimento e atrelada a clientes de baixa solvência ou poder aquisitivo;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

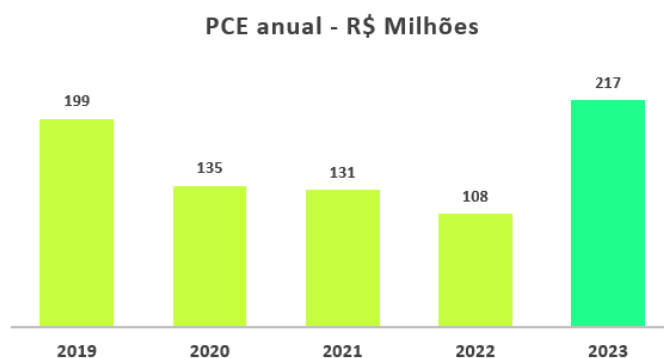
Índice de Arrecadação - ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, superou resultados históricos, encerrando o ciclo de 2023 em 99,79%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2023 foi de R\$217 milhões. A comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios para classificação de créditos que são qualificados como “*default*” para melhor representação de perda de crédito da Companhia, considerando a implementação nos últimos anos por diversas iniciativas de cobrança.



Proteção contra perdas

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

O resultado do IPTD em 2023 foi de 10,71% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 0,40% em relação ao resultado de 2022, que foi de 11,11%. O IPTD de 2023 é composto de 8,31% de perdas técnicas e 2,40% de perdas não técnicas. Esse resultado do IPTD em 2023 ficou abaixo do limite estabelecido pela Aneel para a Cemig D para o ano de 2023, que foi de 10,84%. Destaca-se que, pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).

Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2023, destacam-se: a realização de 379 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 661 mil medidores obsoletos; regularização de fornecimento de energia de 10 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 315 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R\$99 milhões).

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2024, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda (Programa Energia Legal).

Principais canais de relacionamento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

Cemig D possui área de concessão no Estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste Estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Vídeo atendimento e Chat.

O número de contatos registrados em 2023 foi de 142 milhões.

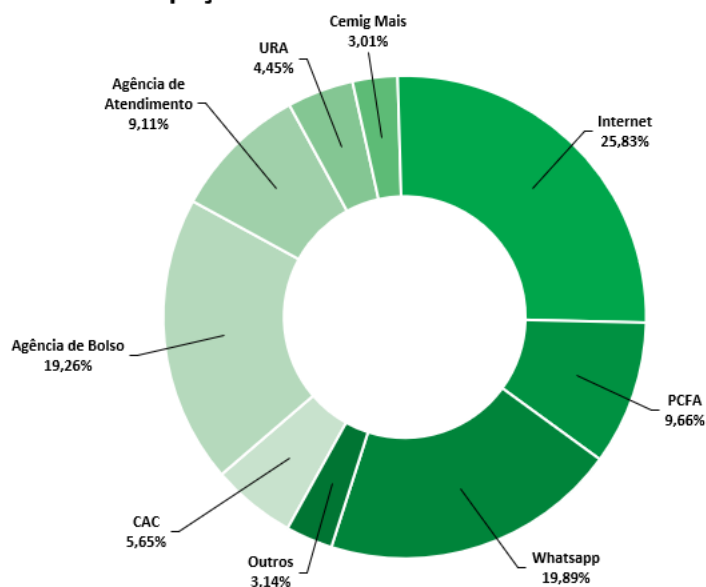
Além do seu site, com mais de 38 milhões de contatos em 2023, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 32 milhões de contatos registrados.

Também destacamos o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, iOS, que registrou 29 milhões de contatos.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizados no interior das agências e, também, em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 2 milhões de contatos.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais no realizado de 2023:

Participação dos canais de atendimento de 2023



Satisfação do cliente

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado ao final do mês de julho de 2023 e atingimos 76,2 pontos no de índice de satisfação, superior em 12,55% ao valor apurado no ano anterior. Essa pontuação foi maior que o resultado geral da Abradee que ficou em 72,5 pontos. Fato esse indica o resultado dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, implantamos pesquisas mensais do NPS - *Net Promoter Score* para aprimorar o nosso entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC, realizada pela ANEEL, 2023 foi aplicado em todo o Brasil a no período de agosto a outubro de 2023, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão.

O resultado será conhecido somente em 2024. O resultado de 2023 foi de 57,8, representando um crescimento de 9,73% com relação ao ano anterior.

Transformação do atendimento

A parceira estratégica entre Cemig e IBM, iniciada em fevereiro de 2021, teve em seu primeiro ano, uma fase inicial de *assessment* das operações.

A redefinição da estratégia do atendimento foi o passo seguinte, englobando uma nova segmentação de clientes, nova identidade visual para os canais, tom de voz em sintonia com os direcionadores da nova experiência proposta pelo projeto, mapa de posicionamento de serviços entre os canais, dentre outros aspectos.

O processo de transformação usou a metodologia de CX - *Customer Experience* da IBM e se iniciou com a identificação dos diferentes tipos e necessidades de clientes (personas e segmentos), detalhadas em suas jornadas *versus* a experiência que a Cemig almejava prover, ser Simples, Acessível, Confiável e Encantadora. Com isso foi definida a estratégia de canais: cognitivos, digitais e humanos.

Para os dois anos seguintes, 2022 e 2023, executamos a implementação das estratégias e posicionamentos definidos por meio da transformação dos canais, implementação de tecnologias avançadas com inteligência artificial, cognitividade e integração dos canais de atendimento para a construção da omnicanalidade.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1, 315 milhão de clientes em dez/2023, o que representa um aumento de 31,5% em relação ao ano de 2022 (1 milhão clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2023 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2022, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a KPMG Auditores Independentes Ltda. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia são apresentados abaixo, em milhares de reais:

Serviços	2023	2022
Auditoria de Demonstrações Financeiras e outros serviços (1)	6.849	4.864

(*) Revisão tributária (tax compliance).

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resolução CVM nº 162/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 há 19 anos. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho da Cemig em 2022, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos:

Desempenho Ambiental

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e Estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Hidrogênio verde

A Cemig e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) firmaram, em 2023, dois importantes acordos de cooperação. A Cemig assinou protocolo de intenções para fins de colaboração científica e tecnológica entre as duas instituições, assim como foi formalizada a transferência da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Luiz Dias. A usina, que era de propriedade da Cemig, foi cedida de forma não onerosa à UNIFEI, para ser utilizada na compensação da energia que será empregada no laboratório do Centro de Hidrogênio Verde (CH2V), projeto realizado pela instituição e que contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o vetor energético. Produzido a partir de recursos renováveis, o Hidrogênio Verde (H2V) é considerado por muitos especialistas como uma chave promissora para a transição energética, a descarbonização e a sustentabilidade.

Trata-se de mais um passo para o fomento da produção científica e tecnológica no setor elétrico nacional. O acordo prevê a colaboração abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos; além de formação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento técnico e científico e prototipação e desenvolvimento de sistemas em hardware e software.

Centro de Hidrogênio Verde

A UNIFEI - dentro do âmbito do Centro de Excelência de Conservação de Energia, também construído em parceria com a Cemig - vem desenvolvendo o CH2V, cujo objetivo é ajudar as indústrias mineira e brasileira a atravessarem a transição energética, reduzindo a pegada de carbono de seus produtos e tornando-os cada vez mais desejáveis em âmbitos nacional e internacional.

O Hidrogênio Verde conta com grande importância em razão de sua versatilidade, já que há a possibilidade de ser transformado em combustível ou em eletricidade. Isso reduz o índice de emissão de gás carbônico na atmosfera, uma vez que ele é extraído de fontes limpas e renováveis.

Inovação

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG. Como exemplo, a Companhia está instalando, na sua rede aérea de distribuição, um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera.

A Cemig fez a instalação de cerca de 300 metros do material em um circuito localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), substituindo a rede nua pela rede isolada com o novo material. A ideia é testar a nova tecnologia e, a partir dessa fase piloto, observar o desempenho do novo cabo.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.

Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu cerca de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água, sendo a gestão e a conservação da água, assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

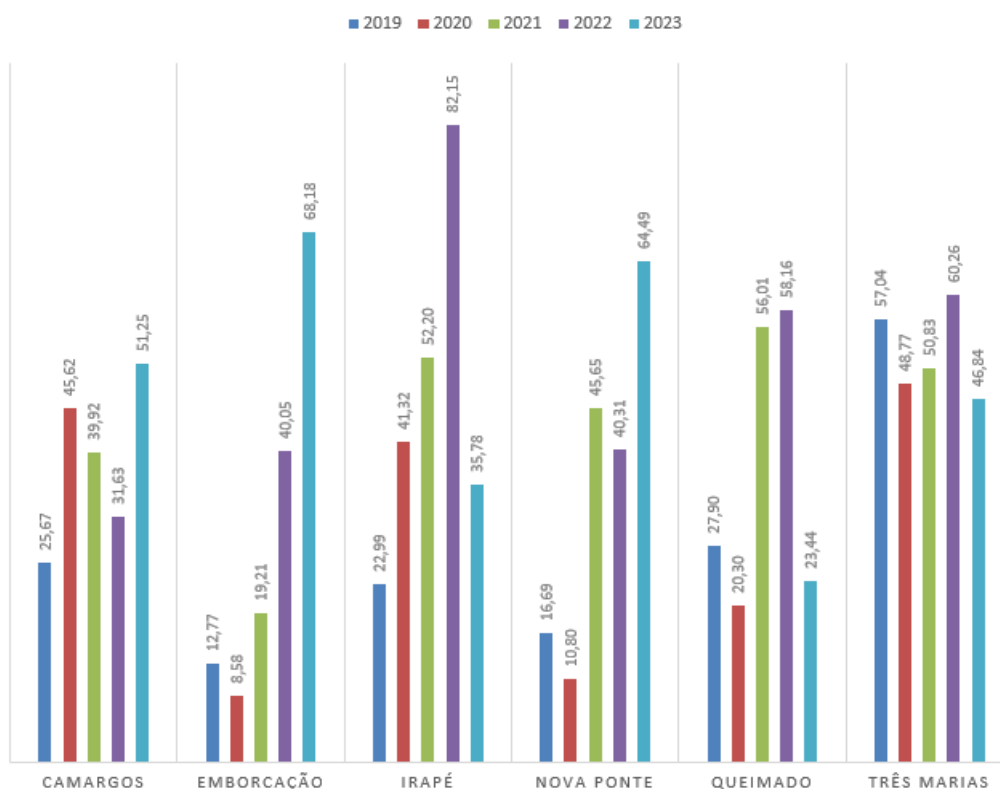
Desde 2016, a Cemig possui uma [Política de Recursos Hídricos](#), cujos princípios buscam a adoção de práticas racionais e sustentáveis do uso dos recursos hídricos, com a conservação de água e preservação de mananciais e relacionamento próximo junto às partes interessadas.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida no período chuvoso 2021/2022 e 2022/2023), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu [website](#) dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2023, comparado com a mesma época de anos anteriores.

EVOLUÇÃO DOS ARMAZENAMENTOS (% DO VOLUME ÚTIL)



Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig GT e D no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Suprimentos de Material e Serviço fica responsável pela destinação final do resíduo.

No exercício de 2023, foram encaminhadas para destinação final 61 mil toneladas de resíduos industriais, sendo que 60 mil toneladas desses resíduos foram alienados ou reciclados. Além disso, 137 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados, enviados para tratamento, ou dispostos em aterro industrial. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Companhia obteve uma receita bruta de R\$43.648 mil.

A reforma de transformadores também contribui para a redução na geração de sucatas, retornando os equipamentos ao sistema elétrico da Companhia. Adicionalmente, foram reformados um total de 542 transformadores, gerando uma economia de aproximadamente R\$1.252 mil.

No ano de 2023, 483 mil litros de óleo mineral isolante foram alienados para serem utilizados novamente com outras finalidades, como por exemplo, com a função de óleo lubrificante. Além disso, 459 mil litros de óleo mineral isolante foram regenerados e reutilizados pela Companhia.

Essas atividades de economia circular, como a de reforma de transformadores, e a regeneração de óleo (reaproveitamento de materiais no sistema elétrico) é de grande valor para a causa ambiental, pois com isso é reduzido o volume de resíduos e sucatas geradas pela Companhia.

Vale destacar que em 2023, no segundo ano em que a Companhia implementou um novo operador logístico, para executar a logística reversa da empresa, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementado com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido aos colaboradores e clientes mais agilidade, eficiência e tecnologia.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, de forma a garantir que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Programas para a ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R\$4 milhões em 2023, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2023 foram executados 02 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, sendo publicados 12 trabalhos (02 teses, 04 dissertações, 01 monografia e 05 artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 29 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2023, além de realização de seminários e exposições relacionadas a conservação de peixes.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, a Cemig assinou, em 2022, termo de adesão à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa adesão reforça o compromisso firme da Cemig com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig foi agraciada pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de Minas Gerais – ABRH-MG, com o 1º Lugar do Prêmio Ser Humano, na categoria Gestão de Pessoas – ESG. O reconhecimento se deu em virtude da contribuição social relevante prestada pela Companhia, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial.

Com a recente aprovação da política de valorização da diversidade e inclusão, o programa de aprendizagem foi reconfigurado. No ciclo 2023, o Curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica direcionou vagas específicas para parentes diretos de pessoas que estiveram em situação de rua, com 50% do total de vagas destinado a pessoas do gênero feminino.

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Companhia com o desenvolvimento profissional e social.

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade terão a oportunidade de participar do curso neste semestre.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução em seu quadro de pessoal, passando de 5.596 empregados em 2019 para 4.918 em 2023, conforme apresentado no gráfico a seguir:



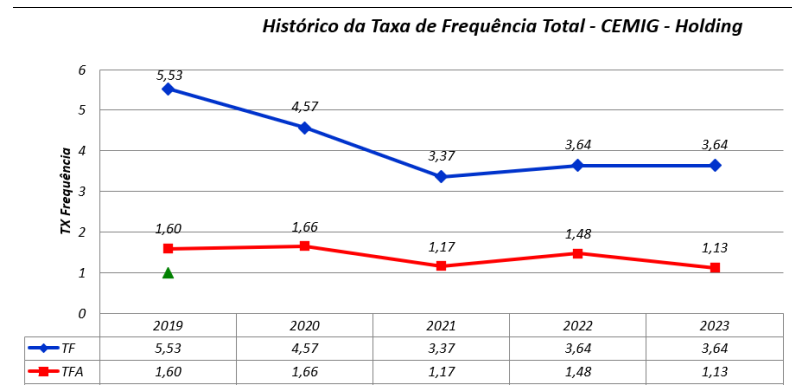
Em 2023, a Cemig realizou 225 admissões no total. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia nas áreas deficitárias.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

Durante todo o ano de 2023 continuaram a ser adotados pela nossa força de trabalho da CEMIG ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2023 da CEMIG D, CEMIG GT e CEMIG Holding, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Comparando com o ano de 2022, tivemos uma redução na TFA, além de uma estabilidade na TF, mostrando uma tendência de declínio, comparando com os últimos 5 anos. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Clima e cultura organizacional

Após três anos de um projeto de transformação cultural, a Cemig vem fortalecendo os pilares da cultura desejada, consolidando importantes mudanças em 2023:

- o senso de urgência para servir ao cliente é foco das ações na linha de frente, suportado por um projeto de transformação digital e implantação de novos canais de contato e solução, assim como investimentos consideráveis e tempestivos em novas subestações e fontes energéticas, linhas de transmissão e de distribuição e melhorias das estruturas;
- a gestão de riscos com ética e conformidade já tem feito parte da rotina e é medida anualmente por meio da validação do aprendizado e do conhecimento dos empregados sobre as regras de conduta, do tratamento das manifestações realizadas no canal de denúncias e da revisão constante das normas e políticas internas, a exemplo da recente elaboração de Política de Combate ao Assédio e outras violências no trabalho;
- a integração com corresponsabilidade é estimulada tanto pelos rituais e canais de comunicação internos como também pela transversalidade de algumas atividades e processos;
- o protagonismo com alta performance e a valorização da pessoa e do desempenho são algumas das bases para a tomada de decisões em relação às oportunidades de carreira e reconhecimentos.

Um destaque para a continuidade da mudança cultural, nesse ano de 2023, passa pela implantação do Programa de Diversidade e Inclusão - composto pela realização de censo, de sessões de capacitação e de mentoria para a liderança e de letramento e rodas de conversa para os times, além de muita comunicação e da discussão de uma estratégia para que esse tema possa avançar dentro da organização.

Todos esses investimentos – em nossas pessoas, líderes e empregados –, em processos, em tecnologias e em estrutura organizacional têm colaborado para a transformação da realidade da empresa, expressa na melhora significativa de nossos resultados e no jeito de ser e de fazer as coisas.

Em um ambiente com tantas mudanças simultâneas, onde há de se respeitar o tempo necessário para o amadurecimento e a estabilização, a Cemig realiza de forma bienal Pesquisa de Engajamento e Clima. A próxima está agendada para 2024 e tem o objetivo de acompanhar os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento.

Cemig nas comunidades

A Cemig fornece, continuamente, informações e esclarecimentos com relação ao uso seguro da energia e promove a conscientização da população em relação aos cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas.

A Cemig investe em comunicação para o uso seguro da energia, realizando campanhas informativas, fornecendo instruções técnicas em seus canais de relacionamento, disponibilizando equipes para verificação e orientações sobre situações de risco, para informar sobre o uso seguro da eletricidade, entre outras.

Em toda a sua área de concessão, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes, orientando a população de forma direta, por meio de matérias (rádio, jornal, mídias digitais e TV) e de postagens nas redes sociais; e de forma indireta, com diferentes tipos de material educativo publicados em meio eletrônico e em formato de cartilhas, folders e cartazes, além de eventuais campanhas nas comunidades.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos colaboradores para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque em 2023 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2023 do AI6% envolveu a participação de 1.427 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$ 1,3 milhão, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos pelas 137 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

No total, foram destinados R\$2,8 milhões para entidades distribuídas em 69 municípios da área de influência da Companhia.

Programa de Voluntariado Empresarial - O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

Grandes transformações sociais podem ser promovidas a partir do trabalho voluntário. Oferecer ajuda sem receber nenhuma contrapartida financeira para isto, muda a forma de olhar para o mundo, serve de exemplo para as novas gerações e traz benefícios como aumento da empatia, desenvolvimento pessoal e reforço dos laços com os que estão à sua volta.

O Programa Você - Voluntariado Cemig, engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nos quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino, e (iii) ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Dia V – Dia do Voluntariado - O evento aconteceu na Vila Zilah Sposito, em Belo Horizonte, na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga. A ação propiciou aos moradores do entorno uma série de benefícios gratuitos como atendimento oftalmológico, aferição de pressão, orientações sobre saúde bucal, bazar solidário, oficina de educação ambiental e doação de mudas, orientação para fazer um currículo, orientações de segurança com a rede elétrica, troca de lâmpadas antigas por lâmpadas de LED e informações sobre o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Segurança de barragens

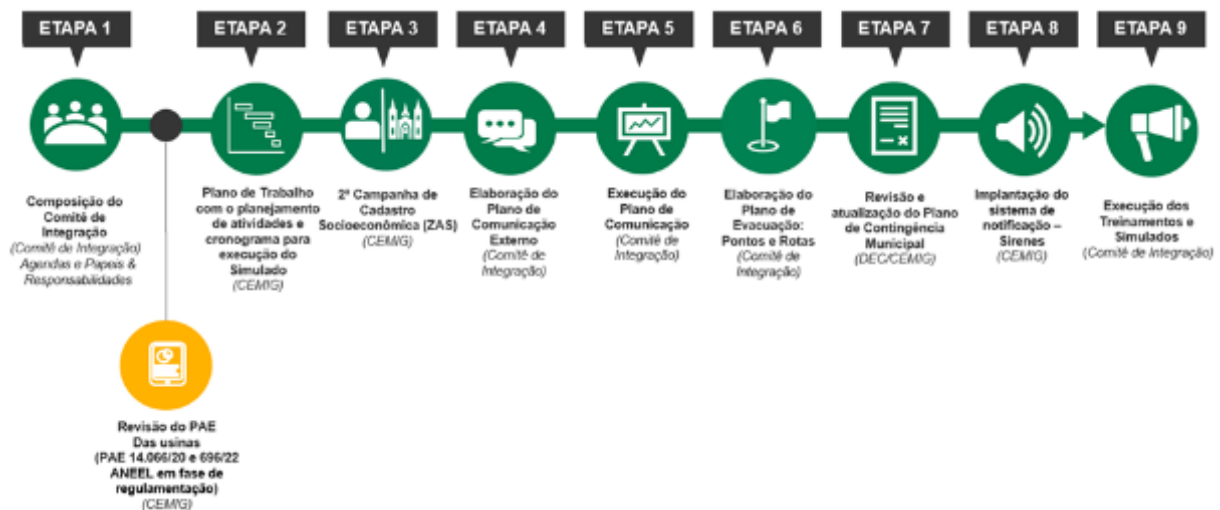
O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragens, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, específico para a população afeta ao PAE das barragens da empresa, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da Cemig em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- **6 Simulados de evacuação com a população mapeada na ZAS** para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado.
- **7 Diagnósticos da ZAS** realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau.
- **7 Planos de trabalhos** entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau.
- **5 Ações de cadastro da população da ZAS realizados**, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- **8 Planos de comunicação em elaboração**, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti.
- **6 Planos de evacuação em andamento**, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau.

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, com a participação em reuniões de representantes dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros, foram abordados os temas: Meteorologia, operação dos reservatórios, segurança de barragens e informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas recursos hídricos e segurança de barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2023, cerca de 1,2 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários mensalmente relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R\$405 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à uma energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos. Atualmente, cerca de 17 milhões de famílias no Brasil recebem a tarifa social.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2023, foram investidos R\$69,8 milhões em 146 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

No ano de 2023, a Cemig investiu R\$44,4 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 370 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig publicou editais para seleção de projetos sociais que passarão a integrar o conjunto de iniciativas incentivadas pela companhia em Minas Gerais. As chamadas públicas buscam ações que trabalham as práticas esportivas.

Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte. Além disso, quase 12% dos recursos destinados ao esporte foram direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado.

A empresa continua comprometida em fazer a diferença na vida das pessoas e em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Em 2023, foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais.

Gestão tecnológica e inovação

O tema da Segurança da Informação é preocupação permanente da Cemig, que investe cada vez mais em sua estrutura de Tecnologia da Informação (TI), buscando robustez na governança e gestão dos serviços de TI, bem como na gestão da segurança da informação para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual a Companhia está sujeita por ter suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, seu sistema de controles de segurança em TI é baseado no Cobit 5 e verificado anualmente por auditorias interna e externa.

Os mecanismos de segurança da informação da Companhia são assegurados por um sistema de gestão baseado na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO / IEC 27001: 2013. Essa norma apresenta um modelo para estabelecer, implementar, operar, monitorar, analisar criticamente, manter e melhorar um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às melhores práticas de mercado. O sistema de gerenciamento de segurança da informação da Cemig inclui processos para gerenciamento e controle de políticas, riscos, comunicação, classificação de informações e segurança da informação. Além disso, ações recorrentes para melhoria nos processos, comunicação, conscientização e treinamento fortalecem a segurança da informação da Companhia.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de seus mais de 9 milhões de clientes que utilizam os seus serviços e respeita a privacidade de seus colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. Também entende que os dados pessoais de suas partes interessadas devem ser utilizados de maneira responsável e aderente às legislações brasileiras, principalmente à Resolução Normativa Aneel nº 414/2010, que regulamenta o fornecimento de energia elétrica, e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para trazer robustez ao sistema de gestão já existente, e para se adequar à LGPD, Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Durante o seu desenvolvimento, o EnergyGPT será testado em várias áreas estratégicas, onde se espera que a IA forneça insights valiosos, aumente a eficiência operacional e ajude na tomada de decisões críticas.

O lançamento do EnergyGPT representa um marco significativo na aplicação de tecnologias de ponta, visando aprimorar a eficiência e promover a inovação no setor elétrico.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig atua fortemente em seu objetivo de combater o desperdício de energia elétrica, por meio de inúmeras iniciativas transformadoras.

O PEE da Cemig se baseia no incentivo à mudança de hábitos, resultando na redução e eliminação do desperdício como forma do bom uso e da preservação dos recursos naturais. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

O PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, sendo estes executados diretamente pela Cemig.

Além disso, a companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes enviem projetos de que confirmam maior eficiência a suas unidades consumidoras.

Dessa forma, a empresa atua na substituição de equipamentos ineficientes por outros mais eficientes e na instalação de usinas fotovoltaicas, além de levar orientações sobre o uso correto e sustentável da energia elétrica.

Em 2023, a Cemig atingiu a marca de R\$1 bilhão de investimentos no Programa de Eficiência Energética desde sua criação em 1998. Os investimentos da Cemig representam mais de 10% do investimento nacional no Programa de Eficiência Energética, que é regulado pela Aneel. Arelado a este marco histórico de investimentos, conseguimos levar nossas ações de eficiência energética a 100% dos municípios da nossa área de concessão.

Chegar à marca de R\$ 1 bilhão em investimentos demonstra o compromisso de disseminar os conceitos de uso racional e eficiente de energia elétrica. Além de proporcionar economia na fatura de energia elétrica, esse tipo de ação é fundamental para o meio ambiente.

Em 2023, o programa investiu aproximadamente R\$140 milhões em projetos de eficiência energética em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização mais R\$50 milhões em novo processo de Chamadas Públicas a fim de selecionar propostas para a composição do portfólio de projetos. Neste chamamento de 2023, foram aprovados 17 projetos, todos com contratos assinados e que serão financiados e executados ao longo de 2024.

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada à responsabilidade social e inovação, alinhadas a objetivos estratégicos do negócio da Cemig, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade.

As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas. A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos (i) inovadores e práticos - aptos a solucionar reais problemas do setor elétrico; (ii) estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia; (iii) concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Em 2023, a Companhia investiu em 16 projetos de PDI em diversos temas, sendo a Cemig Distribuição R\$27,3 milhões, a Cemig Geração e Transmissão R\$5,9 milhões e as controladas investiram cerca de R\$0,25 milhão, destacando-se os seguintes projetos:

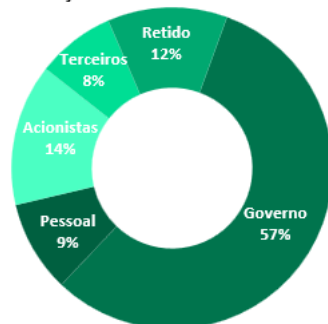
- a. Sistema Integrado de Visão Computacional para Proteção à Receita e Segurança do Trabalho, propõe ganhos em produtividade e otimização de operação. A tecnologia utilizada é a da inteligência artificial (IA). Ela promove, além da captura e da interpretação das imagens, replicando funções condicionadas à visão humana, também é capaz de classificá-las, agrupá-las e até distingui-las conforme padrão previamente estipulado.
- b. Desenvolvimento de módulos fotovoltaicos utilizando Perovskita. O objetivo desta iniciativa é a formulação e a montagem de módulos fotovoltaicos a partir da exploração do potencial do mineral Perovskita que apresenta algumas vantagens na comparação com o silício cristalino, principal material usado atualmente nas células fotovoltaicas.
- c. Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais. Através dos dados e imagens coletados por nanossatélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.
- d. Sistema de priorização de investimentos no segmento de distribuição sob a ótica dos conceitos regulatórios de Revisão Tarifária e retorno sobre o capital. Sistema computacional norteado por método de otimização, que deverá avaliar diversas obras e priorizar as que obtiverem melhor rentabilidade para empresa visando o aprimoramento da confiabilidade do fornecimento, minimização dos custos e maximização dos resultados com base em critérios regulatórios.
- e. Método de Ranqueamento de Investimento. Sistema integrado que opera em uma perspectiva de antecipação de riscos e possíveis falhas na rede de distribuição da Cemig.
- f. Análise de Arranjo Técnico e Comercial Baseado em uma Planta Piloto de Sistema Distribuído de Armazenamento de Energia em Alimentador Crítico da Rede de Distribuição. Os Sistemas de Armazenamento de Energia com Baterias (SAEBs) se destacam pela versatilidade, pois mostram-se capazes de prover diferentes serviços, como back-up, arbitragem e compensação da variabilidade de geração eólica e solar, por exemplo.

- g. Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico. A proposta vai unir a agricultura, um dos pontos mais fortes da economia de Minas, e a geração de energia solar, forma de geração limpa que tem ganhado importância nos últimos anos.

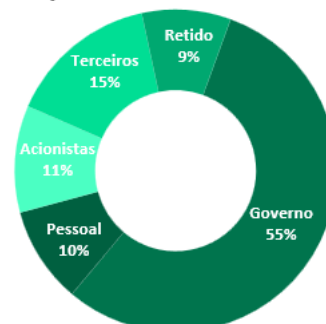
Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$21.882 milhões de valor adicionado em 2023, em comparação a R\$20.796 milhões em 2022.

Distribuição do Valor Adicionado em 2023



Distribuição do Valor Adicionado em 2022



Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidente e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, sendo 10 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos onze membros do seu Conselho de Administração, dez membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), enquanto nove membros têm essas características segundo os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2023, reuniu-se 65 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais vice-presidentes e presidente expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2023, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2023, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2023/2024.

Tais riscos, associados à execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

No intuito de fortalecer ainda mais a governança e as discussões de gestão de riscos, em junho de 2022, foi criado o Comitê de Riscos, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e monitoramento de tratamento, identificação e mensuração de planos de ação de mitigação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes e atualizados. Esforços e investimentos na antecipação de calendários de avaliação, automatização de processos, capacitação e contratação de profissionais de mercado fomentaram o aumento da maturidade do Ambiente de Controles Internos nos últimos anos, corroborando com diversos avanços, em destaque a retirada da Fraqueza Material nas Demonstrações Financeiras no ano de 2023 (ano base 2022), fraqueza esta que estava presente de 2016 a 2021. Os resultados obtidos que refletem o alto grau de efetividade do ambiente de controles internos demonstram confiança na gestão de riscos da companhia bem como a contribuição para endereçamento dos riscos relacionados aos pilares estratégicos, com foco especial aos Pilares Financeiro e Controles e Integridade.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Certificação de qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna - IIA

Em 2023, a Auditoria Interna da Cemig recebeu a Certificação de Qualidade emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria. Esta é uma conquista importante, que coloca a Auditoria Interna da Cemig no seleto grupo de empresas brasileiras que possuem essa certificação internacional do IIA.

Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Para garantir a conformidade, a equipe de Gestão de Processos da Cemig realizou um diagnóstico prévio para avaliar a aderência aos requisitos da NBR ISO 31000:2018. A partir desse diagnóstico, foram implementadas melhorias no processo e na documentação, visando atender às práticas recomendadas pela norma.

O reconhecimento da conformidade com a NBR ISO 31000:2018 não apenas valida o compromisso da Cemig com práticas de gestão de riscos de classe mundial, mas também fortalece sua reputação no mercado e perante as partes interessadas. A norma auxilia no planejamento estratégico e na tomada de decisões, resultando em menor índice de perdas e melhoria dos processos operacionais.

Política de Compliance e Antifraude

A Companhia preza pela prevenção e combate à fraude, corrupção e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às normas internas e externas estabelecidas, e conta com a dedicação e diligência de toda a força de trabalho para que atos ilícitos ou antiéticos não sejam cometidos em seu nome.

Como forma de prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um efetivo sistema de controles internos e de *Compliance* composto, dentre outros, por: Comissão de Ética, Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades, e prevenção à fraude e corrupção, sobre as quais dá pleno conhecimento a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Cemig, sejam eles acionistas, administradores, empregados ou contratados.

O Canal de Denúncia garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante, sendo que a Comissão de Ética é responsável por assegurar a devida apuração e investigação de todas as denúncias recebidas e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

Compliance e Antissuborno

Em fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Cemig aprovou a atualização da Política de Compliance da Cemig, inserindo o tratamento do tema Antissuborno.

A Cemig preza pela prevenção e combate ao suborno, fraudes, conflitos de interesse e a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às legislações, normas internas e externas estabelecidas.

A Política estabelece diretrizes e responsabilidades que devem ser adotadas na prática diária dos negócios, atividades e relacionamentos da Companhia, tendo como objetivos:

- i. promover uma cultura que incentive a conduta ética e o compromisso com as melhores práticas de compliance e o cumprimento das leis e normas de compliance e antissuborno;
- ii. prevenir, detectar e responder a falhas no cumprimento de leis e normas e desvios de conduta;
- iii. concentrar-se na mitigação de Riscos de Compliance e Suborno priorizados pela Companhia;
- iv. contribuir para a motivação e produtividade dos empregados, a preservação e valorização da marca Cemig e a minimização de não conformidades, penalidades e multas por descumprimentos de normas;
- v. garantir o cumprimento e a melhoria contínua do Programa de Compliance e Antissuborno da Cemig.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

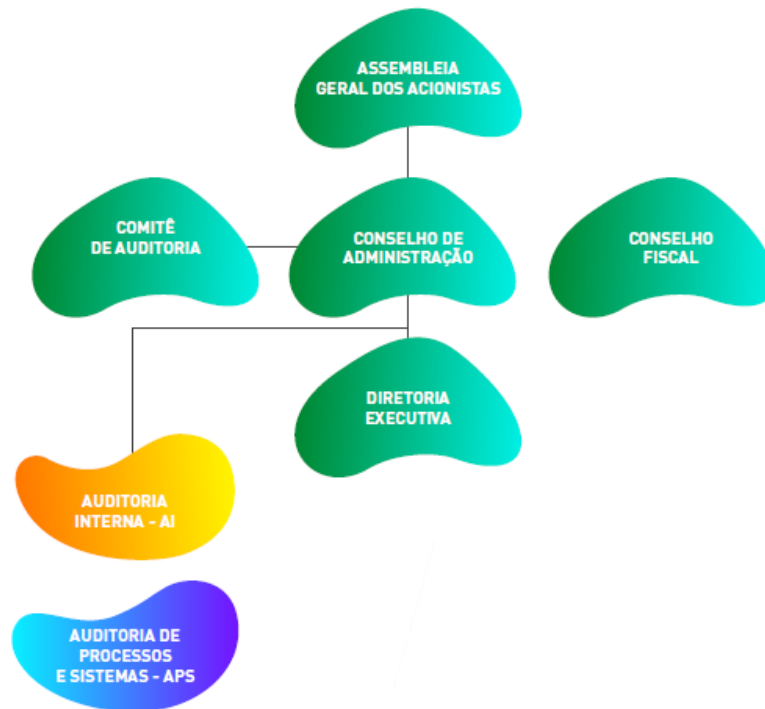
Em 2023, a Cemig tornou-se signatária do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU. A iniciativa visa avançar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS16), de combater todas as formas de corrupção. Este documento estabelece metas e ações para engajar as empresas a se comprometerem com o tema.

Ao ingressar ao Movimento Transparência 100%, a Companhia se compromete a avançar em direção às seguintes metas:

- 100% de transparência das interações com a Administração Pública;
- Remuneração 100% íntegra da Alta Administração;
- 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade;
- 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança;
- 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

O prazo estabelecido pelo Movimento para o atingimento total das metas é 2030. A Cemig vem avançando no cumprimento dos requisitos e com isso pretende entregar os resultados de maneira mais célere. Com esta iniciativa, a Cemig expressa publicamente a decisão da Companhia de fortalecer a integridade e a transparência em toda a cadeia de valor.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CEMIG



RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2023, vários segmentos da Companhia reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Pelo 24º ano consecutivo, a Cemig foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2023/2024. Com base na análise de desempenho dos pilares de sustentabilidade, o DJSI lista as empresas que se destacam por suas práticas de gestão social, ambiental e econômica. A nova composição do DJSI World reúne 257 empresas, selecionadas a partir de um conjunto de 3.300 empresas.



Permanecer no Índice Dow Jones de Sustentabilidade por 24 anos consecutivos reitera a determinação da Cemig em prosseguir com práticas sustentáveis no seu relacionamento com colaboradores e fornecedores, criando valor para os seus acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 – ISE

ISEB3

A Cemig garantiu a manutenção da integração na nova composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) pelo 19º consecutivo, demonstrando o compromisso contínuo da companhia em adotar as melhores práticas de ESG, sigla em inglês para definir padrões ambientais, sociais e de governança. O ISE B3, um dos principais índices de sustentabilidade do mundo, reconhece os intensos esforços da Companhia em desenvolver soluções sustentáveis e alinhadas com a preservação do meio ambiente.

A Cemig obteve pontuação máxima em requisitos como qualidade de vida e benefícios, estratégia de inovação, gestão da ética na empresa e gestão de riscos corporativos.

A integração no ISE demonstra o compromisso contínuo da Companhia em adotar as melhores práticas de ESG, seguindo padrões ambientais, sociais e de governança, fatores determinantes para o crescimento sustentável, com o objetivo de criar valor para seus acionistas, empregados, fornecedores e para a sociedade.

Prêmio Ser Humano



A Cemig foi agraciada com o prêmio Ser Humano, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Minas Gerais (ABRH-MG), na modalidade ESG, pela implementação do Programa de Aprendizagem CEMIG: Curso de Eletricista de Redes de Distribuição Aérea para Pessoas do Gênero Feminino e Filhos de Pessoas em Situação de Rua. A modalidade ESG pretende que os responsáveis por gestão de pessoas sintam-se estimulados para empreender em ações referentes ao meio ambiente, ao social e a governança, visando um crescimento sustentável da sua empresa na sociedade. Realizado desde 1993, o reconhecimento da ABRH tem sido um importante instrumento de valorização das melhores iniciativas em gestão de pessoas dentro e fora das organizações.

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2023

A Companhia foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2023.

Esse reconhecimento é reflexo do empenho da Companhia na adoção de medidas com foco na melhoria do nosso desempenho econômico, ambiental, social e de governança.

Sustainability Yearbook
Member 2023

S&P Global

Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2024

A Companhia também foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2024.

A manutenção da Companhia no anuário demonstra o compromisso contínuo da Cemig em adotar as melhores práticas de ESG, em ambientais, sociais e de governança, fatores determinantes para o crescimento sustentável, com o objetivo de criar valor para seus acionistas, empregados, fornecedores e para a sociedade.

Índice Carbon Clean200™



A Cemig foi a companhia brasileira com melhor classificação no Carbon Clean200™, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa.

Prêmio Respeito



A Revista Consumidor Moderno reconhece as empresas que se destacam pela qualidade no relacionamento com seus públicos consumidores, bem como investimentos em estratégias, talentos, recursos e metodologias que visam a satisfação do cliente. A Cemig foi agraciada com essa premiação na categoria Energia Elétrica, destacando a evolução da Cemig na percepção da experiência do cliente e na melhoria do atendimento com a implementação do Projeto Cliente+, com novas tecnologias embarcadas, autonomia nos canais digitais, omnicalidade e atendimento humano diferenciado.

Prêmio Aberje



O Prêmio Aberje Nacional, o mais importante concurso de comunicação empresarial do Brasil, premiou a Cemig na categoria publicação especial com o case “Livros Quilombolas” na etapa regional e nacional e com o case “Milton Nascimento a última sessão de música” na etapa regional. A competição reúne empresas de todo o país, destacando casos de sucesso que demonstram excelência em diversas categorias. A participação da Cemig foi marcada por cases que evidenciam o compromisso da companhia com a eficiência, cidadania, história e cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de cálculo	2023			2022		
	Valor (Mil R\$)			Valor (Mil R\$)		
Receita líquida (RL)	36.849.769			34.462.808		
Resultado Operacional (RO)	7.230.126			5.687.177		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.307.900			1.351.999		
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	94.573	7,23	0,26	88.835	6,57	0,26
Encargos sociais compulsórios	317.378	24,27	0,86	282.637	20,91	0,82
Previdência privada	83.853	6,41	0,23	81.220	6,01	0,24
Saúde	68.924	5,27	0,19	65.458	4,84	0,19
Segurança e medicina no trabalho	4.378	0,33	0,01	21.299	1,58	0,06
Educação	100	0,01	-	712	0,05	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.696	0,51	0,02	33.052	2,44	0,10
Creches ou auxílio-creche	2.444	0,19	0,01	2.342	0,17	0,01
Participação nos lucros ou resultados	157.121	12,01	0,43	79.634	5,89	0,23
Outros	8.846	0,68	0,02	12.960	0,96	0,04
Total - Indicadores sociais internos	744.313	56,91	2,02	668.149	49,42	1,94
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	1.240	0,02	-	9.929	0,17	0,03
Cultura	77.328	1,07	0,21	69.839	1,23	0,20
Esporte	29.657	0,41	0,08	4.886	0,09	0,01
Outros - Doações/Subvenções/FIA/Al6%	146.225	2,02	0,40	96.407	1,70	0,28
Total das contribuições para a sociedade	254.450	3,52	0,69	181.061	3,18	0,53
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.371.337	171,11	33,57	10.505.547	184,72	30,48
Total - Indicadores sociais externos	12.625.787	174,63	34,26	10.686.608	187,91	31,01
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da Companhia	44.607	0,62	0,12	32.344	0,57	0,09
Total dos investimentos em meio ambiente	44.607	0,62	0,12	32.344	0,57	0,09
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75%			
	() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5) Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de colaboradores ao final do exercício	4.918			4.969		
Nº de admissões durante o exercício	225			378		
Nº de colaboradores temporários	102			33		
Nº de estagiários (as) contratados (as)	97			99		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1.271			1.338		
- 2º Grau	3.612			3.582		
- 1º Grau	34			49		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.240			2.232		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	696			724		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,40			14,06		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	279			281		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1,99			1,04		
Nº de pessoas com deficiência	152			160		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia	27,88					
Número total de acidentes de trabalho, considerando empregados próprios	21					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA			
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Companhia:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)			
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos			
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não apoia	() apoia	(X) organiza e incentiva			
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia: 238.172	no Procon: 5.209	na Justiça: 14.404			
7) Outras informações	2023			2022		
Investimentos em questões ambientais	R\$45 milhões					
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 221 estações de coleta					
Resíduos e materiais inservíveis	61 mil toneladas					
Óleo mineral regenerado pela Companhia	459 mil litros					
Receita com as vendas dos resíduos	R\$44 milhões					

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Vice-Presidente Geração e Transmissão
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações
Dimas Costa	Vice-Presidente de Comercialização
Cristina Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (minoritários)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
João José Abdalla Filho (preferencialistas)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente) (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	vago (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Roberto Cesar Guindalini	Não há
Vago	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira (Cemig)	Alexandre Ribeiro de Almeida

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.537.482	1.440.661	187.691	190.483
Títulos e valores mobiliários	7	773.982	1.744.546	193.032	100.292
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	5.434.358	4.769.431	418.803	305.464
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	814.378	1.055.378	-	-
Ativos de contrato	14	850.071	728.404	-	-
Tributos compensáveis	9	634.864	1.916.701	2.584	1.087
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	411.376	775.492	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	368.051	-	-	-
Dividendos a receber	30	49.914	145.908	3.118.320	1.975.639
Contribuição de iluminação pública		260.722	207.280	-	-
Outros ativos		676.003	681.402	49.636	27.342
		11.811.201	13.465.203	3.970.066	2.600.307
Ativos classificados como mantidos para venda	32	57.867	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		11.869.068	13.465.203	3.970.066	2.600.307
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	133.631	-	376
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	42.804	43.449	1.730	-
Tributos compensáveis	9	1.318.547	1.357.846	545.838	523.371
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	445.339	172.718	228.682	95.750
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	3.044.738	3.119.522	1.139.415	995.149
Dividendos a receber	29	-	-	-	679.794
Depósitos vinculados a litígios	11	1.243.012	1.206.595	325.113	310.325
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	31b	-	702.734	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	5.726.352	4.937.187	-	-
Ativos de contrato	14	7.675.592	5.976.420	-	-
Outros ativos		86.467	76.161	77.609	78.718
Investimentos	15	4.631.720	5.105.724	22.810.565	19.637.444
Imobilizado	16	3.256.226	2.409.351	754	1.240
Intangível	17	15.248.980	14.621.853	150	547
Direito de uso	18a	397.869	329.077	2.092	2.151
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		43.131.012	40.205.634	25.145.314	22.338.231
TOTAL DO ATIVO		55.000.080	53.670.837	29.115.380	24.938.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	3.016.696	2.832.049	317.723	152.356
Encargos regulatórios	22	487.241	510.247	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		164.761	105.207	19.717	13.590
Impostos, taxas e contribuições	20	643.623	544.146	190.487	139.603
Imposto de renda e contribuição social	10b	111.232	239.674	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	26d	2.924.430	1.862.798	2.922.593	1.860.681
Empréstimos e debêntures	21	2.629.708	955.497	-	-
Salários e contribuições sociais		238.749	260.015	12.529	13.823
Contribuição de iluminação pública		424.713	312.475	-	-
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores	23	704.653	455.273	-	-
Obrigações Pós-emprego	24	328.621	388.447	26.204	29.166
Valores a restituir a consumidores	20	854.025	1.495.598	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	31b	-	90.526	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	31b	-	672.416	-	-
Passivo de arrendamento	18b	78.532	57.438	303	301
Outros passivos		485.832	423.372	23.480	22.332
TOTAL DO CIRCULANTE		13.092.816	11.205.178	3.513.036	2.231.852
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	90.360	65.360	4.624	4.624
Empréstimos e debêntures	21	7.201.431	9.624.001	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	361.973	370.168	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	1.112.162	932.235	-	-
Provisões	25	2.199.913	2.029.021	286.952	279.141
Obrigações Pós-emprego	24	5.087.975	5.303.538	657.438	641.375
Valores a restituir a consumidores	20	664.275	1.808.074	-	-
Passivo de arrendamento	18b	354.404	297.195	2.126	2.125
Outros passivos		179.578	252.801	1.969	2.065
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		17.252.071	20.682.393	953.109	929.330
TOTAL DO PASSIVO		30.344.887	31.887.571	4.466.145	3.161.182
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	26				
Capital social		11.006.853	11.006.853	11.006.853	11.006.853
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		13.040.736	10.394.823	13.040.736	10.394.823
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.648.075)	(1.874.041)	(1.648.075)	(1.874.041)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		24.649.235	21.777.356	24.649.235	21.777.356
Participação de acionista não-controlador		5.958	5.910	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.655.193	21.783.266	24.649.235	21.777.356
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.000.080	53.670.837	29.115.380	24.938.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	27	36.849.769	34.462.808	3.602.080	2.118.932
CUSTOS					
Custos com energia elétrica e gás	28a	(19.821.893)	(20.020.182)	(2.682.875)	(1.381.821)
Custos de construção de infraestrutura	28b	(4.071.712)	(3.536.442)	-	-
Custos de operação	28c	(4.572.324)	(4.095.391)	(12.932)	(7.939)
		(28.465.929)	(27.652.015)	(2.695.807)	(1.389.760)
LUCRO BRUTO		8.383.840	6.810.793	906.273	729.172
DESPESAS	28c				
Perdas de créditos esperadas		(174.663)	(108.731)	(13.455)	-
Despesas gerais e administrativas		(707.415)	(789.389)	(35.173)	(45.727)
Outras despesas, líquidas		(712.767)	(1.073.379)	(114.234)	(170.659)
		(1.594.845)	(1.971.499)	(162.862)	(216.386)
Ganho por compra vantajosa		-	5.340	-	-
Ajuste a valor justo de investimentos		8.638	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	432.493	842.543	4.886.642	3.318.015
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		7.230.126	5.687.177	5.630.053	3.830.801
Receitas financeiras	29	1.272.079	1.499.794	(18.794)	40.759
Despesas financeiras	29	(1.651.045)	(3.066.415)	(3.134)	(7.885)
		(378.966)	(1.566.621)	(21.928)	32.874
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.851.160	4.120.556	5.608.125	3.863.675
Imposto de renda e contribuição social	10d	(943.007)	(950.490)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	(141.318)	924.301	156.148	228.638
		(1.084.325)	(26.189)	156.148	228.638
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.766.835	4.094.367	5.764.273	4.092.313
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		5.764.273	4.092.313	5.764.273	4.092.313
Participação de acionistas não controladores		2.562	2.054	-	-
		5.766.835	4.094.367	5.764.273	4.092.313
Lucro básico e diluído por ação preferencial	26	2,62	1,86		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	26	2,62	1,86		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.766.835	4.094.367	5.764.273	4.092.313
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	351.235	696.506	34.944	105.173
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 10c)	(119.419)	(236.813)	(11.880)	(35.759)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controladas	-	-	208.752	390.279
Outros resultados abrangentes	367	1.402	367	1.402
	232.183	461.095	232.183	461.095
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	5.999.018	4.555.462	5.996.456	4.553.408
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	5.996.456	4.553.408	5.996.456	4.553.408
Participação de acionista não-controlador	2.562	2.054	-	-
	5.999.018	4.555.462	5.996.456	4.553.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	1.181.837	124.081	8.807.573	834.603	554.409	(2.762.623)	-	19.456.411	5.354	19.461.765
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.092.313	4.092.313	2.054	4.094.367
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	459.693	-	459.693	-	459.693
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.402	-	1.402	(1.498)	(96)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	461.095	4.092.313	4.553.408	556	4.553.964
Aumento de capital	2.540.043	-	-	-	(2.540.043)	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(126.922)	-	126.922	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	26.193	-	-	-	-	(26.193)	-	-	-
Reserva legal	-	-	204.616	-	-	-	-	-	(204.616)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	1.755.963	-	-	-	(1.755.963)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,9014 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.983.650)	(1.983.650)	-	(1.983.650)
Dividendos obrigatórios (R\$0,1131 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(248.813)	(248.813)	-	(248.813)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.006.853	2.249.721	1.386.453	150.274	8.023.493	834.603	427.487	(2.301.528)	-	21.777.356	5.910	21.783.266
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.764.273	5.764.273	2.562	5.766.835
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de passivo atuarial - Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	-	-	231.816	-	231.816	-	231.816
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	367	-	367	-	367
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	232.183	5.764.273	5.996.456	2.562	5.999.018
Destinação do lucro líquido do exercício												
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(6.217)	-	6.217	-	-	-
Reservas de incentivos fiscais	-	-	-	62.594	-	-	-	-	(62.594)	-	-	-
Reserva legal	-	-	288.214	-	-	-	-	-	(288.214)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	2.295.105	-	-	-	(2.295.105)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(834.603)	-	-	834.603	-	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	834.603	-	-	(834.603)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$1,1777 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.591.459)	(2.591.459)	-	(2.591.459)
Dividendos obrigatórios (R\$0,2423 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	(533.118)	(533.118)	-	(533.118)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.514)	(2.514)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11.006.853	2.249.721	1.674.667	212.868	10.318.598	834.603	421.270	(2.069.345)	-	24.649.235	5.958	24.655.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		5.766.835	4.094.367	5.764.273	4.092.313
AJUSTES:					
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10d	1.084.325	26.189	(156.148)	(228.638)
Depreciação e amortização	28c	1.274.074	1.182.084	543	1.115
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		97.459	73.626	460	-
Ajuste de valor justo de ativo financeiro		-	171.770	-	-
Ajuste de ativos em curso	14	(7.500)	595	-	-
Ganho por compra vantajosa		-	(5.340)	-	-
Ágio na recompra de Eurobonds		-	46.763	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	(432.493)	(842.543)	(4.886.642)	(3.318.015)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(1.246.341)	(1.245.142)	-	-
Juros e variações monetárias		675.605	493.096	(91.030)	(87.451)
Variação cambial de empréstimos	29	(276.687)	(338.265)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	27	(1.908.658)	(2.360.056)	-	-
Ganho na alienação de investimento	15	(318.795)	(51.512)	-	(44.868)
Amortização de custos de transação de empréstimos	21	13.908	7.422	-	-
Perdas de créditos esperadas	28	174.663	108.731	13.455	-
Provisões para contingências	25	360.024	341.877	26.594	64.202
Outras provisões		59.330	(17.736)	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	31	177.326	437.887	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	213.038	1.146.560	-	-
Obrigações pós-emprego	24	610.871	665.781	77.032	76.955
Outros		(46.727)	130.038	(12)	-
		6.270.257	4.066.192	748.525	555.613
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	8	(838.945)	(440.188)	(128.524)	(148.096)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	-	190.658	-	-
Tributos compensáveis	9	174.638	2.490.079	7.468	2
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	6.377	148.672	162.813	227.617
Depósitos vinculados a litígios	11	45.285	30.884	3.104	13.148
Dividendos e JCP recebidos	15	592.368	707.695	2.363.697	1.415.356
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13 e 14	904.806	620.439	-	-
Outros		152.420	87.080	(21.183)	(71.510)
		1.036.949	3.835.319	2.387.375	1.436.517
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	19	184.647	148.706	165.367	87.674
Impostos, taxas e contribuições	20	778.245	408.073	(191.526)	(109.530)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	-	49.672	-	-
Salários e contribuições sociais		(21.266)	34.826	(1.294)	1.227
Encargos regulatórios	22	1.994	(239.711)	-	-
Contribuições pagas de pós-emprego	24	(535.025)	(481.964)	(28.987)	(25.307)
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		249.380	219.273	-	-
Outros		(41.315)	(198.025)	(11.604)	(3.011)
		616.660	(59.150)	(68.044)	(48.947)
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		7.923.866	7.842.361	3.067.856	1.943.183
Juros recebidos		328.217	290.860	37.872	54.396
Juros sobre empréstimos e debêntures pagos	21	(1.026.146)	(1.010.077)	-	(20.341)
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(5.207)	(3.695)	(21)	(19)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(600.840)	(704.169)	(75.541)	(7.608)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos - proteção da dívida	31	24.388	129.122	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.644.278	6.544.402	3.030.166	1.969.611
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(11.237.620)	(14.152.001)	(2.517.162)	(2.244.402)
Resgates de títulos e valores mobiliários		12.360.112	14.420.323	2.428.910	2.665.068
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(36.533)	(52.301)	(1.124.148)	(79.880)
Alienação de investimentos		669.220	51.512	-	57.581
Liquidação opção de venda		(780.348)	-	-	-
Em imobilizado	16	(1.075.890)	(173.410)	(3)	-
Em intangível	17	(187.649)	(119.115)	(31)	(30)
Em ativos de contrato – Infraestrutura de distribuição e gás	14	(3.678.536)	(3.112.423)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.967.244)	(3.137.415)	(1.212.434)	398.337

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos	21	1.987.943	1.981.390	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	26d	(1.823.019)	(2.093.907)	(1.820.225)	(2.166.635)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	21	(2.678.503)	(2.613.340)	-	(37.240)
Arrendamentos pagos	18	(66.634)	(65.677)	(299)	(282)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.580.213)	(2.791.534)	(1.820.524)	(2.204.157)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		96.821	615.453	(2.792)	163.791
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.440.661	825.208	190.483	26.692
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	1.537.482	1.440.661	187.691	190.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	44.615.215	43.197.728	4.181.376	1.623.944
Receita de construção de distribuição	3.899.245	3.245.688	-	-
Receita de construção de transmissão	241.482	407.193	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	523.772	575.449	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	149.238	39.369	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	896.141	74.411	-	-
Perdas de créditos esperadas	(216.700)	(103.154)	(13.455)	211
	50.108.393	47.436.684	4.167.921	1.624.155
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(15.870.921)	(15.860.825)	(2.956.337)	(1.040.748)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.274.169)	(2.974.834)	-	-
Serviços de terceiros	(3.531.829)	(2.783.159)	(13.517)	(13.243)
Gás comprado para revenda	(2.840.651)	(3.473.628)	-	-
Materiais	(2.888.257)	(2.439.915)	(89)	(38)
Outros custos	(960.648)	(904.386)	(33.788)	(38.577)
	(29.366.475)	(28.436.747)	(3.003.731)	(1.092.606)
VALOR ADICIONADO BRUTO	20.741.918	18.999.937	1.164.190	531.549
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(1.274.074)	(1.182.084)	(543)	(931)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	19.467.844	17.817.853	1.163.647	530.618
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	432.493	842.543	4.886.642	2.237.847
Resultado da combinação de negócios	8.638	5.340	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	411.722	466.857	-	-
Receita de indenização da geração	92.595	47.028	-	-
Receitas financeiras	1.468.989	1.616.715	122.580	36.682
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	21.882.281	20.796.336	6.172.869	2.805.147
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	2.016.683	2.013.515	106.251	72.550
Remuneração direta	1.189.212	1.075.144	21.881	11.476
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	761.285	796.513	81.786	59.515
FGTS	66.135	64.014	2.584	1.559
Programa de desligamento voluntário programado	51	77.844	-	-
Impostos, taxas e contribuições	12.371.337	11.555.997	299.180	38.641
Federais	7.652.785	7.067.402	76.368	(46.602)
Estaduais	4.707.294	4.478.296	222.603	84.970
Municipais	11.258	10.299	209	273
Remuneração de capitais de terceiros	1.727.426	3.132.457	3.165	7.379
Juros	1.713.526	3.107.541	3.134	7.346
Aluguéis	13.900	24.916	31	33
Remuneração de capitais próprios	5.766.835	4.094.367	5.764.273	2.686.577
Juros sobre capital próprio	2.591.459	1.983.650	2.591.459	1.069.529
Dividendos	533.118	248.813	-	-
Lucros retidos	2.639.696	1.859.850	3.172.814	1.617.048
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	2.562	2.054	-	-
	21.882.281	20.796.336	6.172.869	2.805.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”), e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) e Madri (“LATIBEX”).

A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas ou controladas em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, prestação de serviços de geração distribuída e soluções de eficiência energética, com vistas à respectiva exploração econômica.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.224 milhões (positivo de R\$2.260 milhões em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. Adicionalmente, a Companhia apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos existentes nas instituições financeiras em que opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Participações societárias

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS		
Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão")	100,00	A Cemig GT tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.

Investimentos	% de participação	Descrição
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").
Cemig PCH S.A. ("Cemig PCH")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguaí, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	100,00	Exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	100,00	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
Cemig Sim	100,00	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste")	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	100,00	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.
Usinas fotovoltaicas (1)	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara")	49,00	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.

Investimentos	% de participação	Descrição
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	45,00	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Companhia e pela Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. A Vale S.A. e a Companhia, detêm 55,00% e 45,00% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	21,68	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em todas as regiões do País, de forma direta e por meio de participação em investidas.
Usinas fotovoltaicas (1)	49,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

(1) A Cemig possui participação societária, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, em usinas fotovoltaicas. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1) (5) (7)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1) (7)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia (1)	CGH	Centralina/MG	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1) (8)	UHE	Antônio Dia/MG	Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	01/2004	08/2026
Rosal (1)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal Energia S.A. ("Rosal")	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (10)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Salto Voltão (1) (6)	PCH	Xanrerê/MG	Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia)	Resolução 331/2002	06/2033
Salto Paraopeba (1) (6)	PCH	Jeceaba/MG	Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia)	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1) (6)	PCH	Bom Jesus/SC	Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia)	Resolução 331/2002	03/2031
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH S.A. ("Cemig PCH")	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unai/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (1) (6)	PCH	Itabirito/MG	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Cemig Geração Poço Fundo")	01/2021	05/2052
São Bernardo (1) (6)	PCH	Piranguçu/MG	Cemig GT	02/2013	06/2027
Três Marias (2) (9)	UHE	Três Marias/MG	Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (2) (9)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	10/2016	01/2053
Camargos (2)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (2)	PCH	Muriaé/MG	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (2)	PCH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	04/2047
Marmelos (2)	CGH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	01/2053
Paciência (2)	CGH	Matias Barbosa/MG	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	01/2053
Piau (2)	PCH	Piau/MG	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	01/2053

	Tipo	Localidade/Estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
Dona Rita (2)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG	Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália (2)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Nebolina (2)	PCH	Ipanema/MG			01/2053
Peti (2)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			03/2047
Sinceridade (2)	PCH	Manhuaçu/MG			12/2046
Tronqueiras (2)	PCH	Coroaci/MG			
Cajuru (2)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e	Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	16/2016	01/2053
Gafanhoto (2)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (2)	PCH	Divinópolis/MG Uberabinha/MG			
Usinas eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	-	Beberibe/CE	Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	-	Acaraú/CE	Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Mineirão	-	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
TRANSMISSÃO DE ENERGIA					
Rede Básica (4)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	-	-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (4)	-	-	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	004/2005	03/2035
Subestação Sete Lagoas 4 (4)	-	-	Sete Lagoas	006/2011	06/2041
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA			Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS			Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 17 de março de 2023, foi publicado Despacho Aneel nº 738 registrando a alteração da denominação da UHE Emborcação para UHE Theodomiro Carneiro Santiago.
- Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único de 15 PCHs/CGHs, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes. Em 10 de janeiro de 2024, a Aneel procedeu a transferência da titularidade das outorgas de autorização para exploração das PCHs Salto Voltão, Salto do Passo Velho e Salto do Paraopeba, da Horizontes para a Mang, por meio do Despacho nº 62. Em 06 de fevereiro de 2024, a Aneel autorizou a transferência das concessões das PCHs Rio de Pedras e São Bernardo da Cemig GT para a Mang Participações, por meio da REA nº 15.094. Em 29 de fevereiro de 2024, a alienação foi concluída, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 32.
- Em julho de 2023, a Companhia reafirmou seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte, e em novembro de 2023, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas.
- Em fevereiro de 2023, a Companhia, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão, protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho, e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física.
- Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. Em 31 de maio de 2023, a incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção das investidas a partir desta data e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do Art. 277 da Lei 6.404/1976.
- Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia S.A. (Horizontes Energia) para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.

Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir seu direito de pleitear nova outorga da concessão para suas usinas que irão vencer em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018 e, em julho de 2023, pelo regime de Cotas de Garantia Física conforme Lei 12.783/2013.

Nas correspondências encaminhadas ao MME e à Aneel em julho de 2023, a Companhia reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte (Contrato de Concessão nº 07/1997). Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.

A Cemig GT reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Essa manifestação possui caráter não vinculante, tendo como objetivo assegurar seu direito em eventual prorrogação dos referidos contratos de concessão. Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT.

Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões vincendas.

Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Cemig GT foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, ambiental, elaboração do projeto executivo e validação do projeto básico pelo ONS. A data prevista para início da construção é janeiro de 2025.

Concessão de distribuição de energia elétrica

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Cemig D são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Cemig D, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- o reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;

- exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Revisão Tarifária Periódica

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Cemig D, conforme Resolução Homologatória (ReH) nº 3.202, de 23 de maio de 2023. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 13,27% para os consumidores, sendo 8,94%, em média, para o Grupo A (alta e média tensão) e 15,55%, em média, para o Grupo B (baixa tensão).

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	8,94%
Baixa tensão – Grupo B	15,55%
Reajuste médio	13,27%

O percentual de reajuste correspondente aos custos gerenciáveis pela Companhia (Parcela B) foi de 0,66%, e o percentual remanescente, de 12,61% , tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 5,09% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados a compra de energia, transmissão, encargos setoriais e receitas irre recuperáveis, e; (ii) 7,52% referentes aos itens financeiros componentes da tarifa. Esse reajuste vigorará de 28 de maio de 2023 até 27 de maio de 2024.

Em função da homologação do resultado do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP da Cemig D, conforme ReH nº 3.202/2023, a atualização do ativo financeiro teve um acréscimo de R\$39.516, considerando a data base de 30 de novembro de 2022. O acréscimo decorre da diferença entre a estimativa de atualização dos ativos utilizada pela Companhia e o Valor Novo de Reposição – VNR destes ativos homologados no processo de RTP.

Concessão de distribuição de gás

A Gasmig obteve a concessão para exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021 de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão e o prazo da concessão foi prorrogado até 10 de janeiro de 2053.

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes.

As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Gasmig.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas que deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Quarto termo aditivo ao contrato de concessão

Em novembro de 2022, foi celebrado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão com o objetivo de: (i) alterar o prazo para cumprimento das metas de expansão para o ciclo tarifário 2022-26; e (ii) alterar o índice inflacionário de reajuste das margens de distribuição de gás natural, da base de ativos e da parcela não depreciada de ativos ao final da concessão de IGP-M para IPCA a partir de fevereiro de 2022, permanecendo o IGP-M como índice de correção antes de fevereiro de 2022.

Reajuste tarifário da distribuição de gás

Em 25 de janeiro de 2023, foi publicada a resolução SEDE nº 4, vigente a partir de 01 de fevereiro de 2023, contendo os reajustes das tarifas que representam redução dos valores médios entre 9,19% e 10,71%, conforme faixas de consumo e categorias tarifárias. A maior redução foi na categoria GNV, como resultado de atuação da Gasmig na flexibilização das margens médias para garantir a competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos.

Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor nominal em 2023	Valor presente em 2023	Período de vigência da concessão + extensão (1)	Índice de atualização
Irapé	44.595	22.013	03/2006 a 09/2037	IGPM
Queimado (Consórcio)	11.763	5.574	01/2004 a 06/2034	IGPM

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas nos termos da ReH nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A Cemig GT produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao poder concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2023, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2023	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	3.375	3.249	3.050
Queimado (Consórcio)	82,50	960	930	873

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS, essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Companhia, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2024.

3.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 31 e 32, respectivamente.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas)
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro)
- Nota 13 – Ativos financeiros e setoriais da concessão (mensuração do valor justo)
- Nota 14 – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato)
- Nota 15 – Investimentos (avaliação do valor recuperável)
- Nota 16 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos)
- Nota 17 – Intangíveis (previsão de vida útil dos ativos)
- Nota 18 – Arrendamentos (mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento)
- Nota 24 – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego)
- Nota 25 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações)
- Nota 27 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção)
- Nota 31 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos)
- Nota 32 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração dos valores justos)

3.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.8, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 / IAS 1 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3.7 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações
IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro	<p>O IFRS 17/CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de Seguro. A norma tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros.</p> <p>A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.</p>
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	<p>A Companhia adotou as alterações à IAS 08 / CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de “mudança nas estimativas contábeis” pela definição de “estimativas contábeis”. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.</p>
IAS 01/CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements	<p>A Companhia adotou as alterações à IAS 1 / CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.</p>

Norma	Principais alterações
IAS 12/CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12 / CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

3.8 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com covenants e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	Ainda não definido

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p>	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

3.9 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia e suas controladas efetuaram ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas segregaram esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia e suas controladas passaram a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Companhia, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	2023 e 2022	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Consolidação	100,00

As participações diretas e indiretas estão apresentadas na nota explicativa nº 1.

Política contábil

Controladas

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Companhia.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações *intercompany* são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Companhia possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Companhia não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da nota explicativa nº 15.

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Participação de acionistas não controladores

A participação de acionista não controlador é reconhecida pela participação proporcional dos acionistas não controladores nos ativos líquidos da investida, quando aplicável. Ela é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Companhia e suas controladas realizam a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados.

Em 2023, em função da mudança da forma como o principal gestor do Grupo Cemig avalia os segmentos de negócio, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar o segmento de Gás de forma segregada. De forma a manter a comparabilidade, as informações relativas ao exercício de 2022 estão sendo reapresentadas utilizando o mesmo critério.

As informações por segmentos são elaboradas considerando 6 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração**: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares.
- **Transmissão**: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- **Comercialização**: compreende a comercialização de energia elétrica para clientes livres e a prestação de serviços correlatos.

- **Distribuição:** compreende a distribuição e comercialização de energia elétrica para clientes cativos, e a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.
- **Gás:** compreende a exploração industrial, institucional e residencial dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado no Estado de Minas Gerais.
- **Participações/Holding:** compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados da controlada Cemig Sim.

As transações intersegmentos ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização, as quais consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2023

Descrição	Energia Elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	Total
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição						
RECEITA LÍQUIDA	2.874.757	1.090.764	7.686.329	23.348.437	3.618.592	17.847	38.636.726	(1.208.200)	(578.757)	36.849.769
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(346.849)	(328)	(6.317.853)	(12.656.236)	(2.237.013)	(4.096)	(21.562.375)	1.208.200	532.282	(19.821.893)
CUSTOS E DESPESAS (3)										
Pessoal	(147.945)	(136.796)	(26.678)	(874.523)	(73.454)	(48.504)	(1.307.900)	-	-	(1.307.900)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(16.111)	(16.144)	(3.152)	(101.502)	-	(20.212)	(157.121)	-	-	(157.121)
Obrigações pós-emprego	(58.875)	(36.382)	(8.338)	(400.163)	-	(87.254)	(591.012)	-	-	(591.012)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(222.821)	(88.321)	(17.895)	(2.157.131)	(62.470)	274.965	(2.273.673)	-	46.475	(2.227.198)
Depreciação e amortização	(327.265)	(1.216)	(16)	(833.856)	(94.383)	(17.338)	(1.274.074)	-	-	(1.274.074)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(29.248)	(13.577)	(6.729)	(454.915)	855	(106.250)	(609.864)	-	-	(609.864)
Custos de construção da infraestrutura	-	(172.468)	-	(3.600.374)	(298.870)	-	(4.071.712)	-	-	(4.071.712)
Total do custo de operação	(802.265)	(464.904)	(62.808)	(8.422.464)	(528.322)	(4.593)	(10.285.356)	-	46.475	(10.238.881)
CUSTOS E DESPESAS	(1.149.114)	(465.232)	(6.380.661)	(21.078.700)	(2.765.335)	(8.689)	(31.847.731)	1.208.200	578.757	(30.060.774)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.175)	-	-	-	-	434.668	432.493	-	-	432.493
Ajuste a valor justo de investimentos	-	-	-	-	-	8.638	8.638	-	-	8.638
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.723.468	625.532	1.305.668	2.269.737	853.257	452.464	7.230.126	-	-	7.230.126
Resultado financeiro	(11.275)	(47.145)	81.536	(253.126)	(9.127)	(139.829)	(378.966)	-	-	(378.966)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.712.193	578.387	1.387.204	2.016.611	844.130	312.635	6.851.160	-	-	6.851.160
Imposto de renda e contribuição social	(325.561)	(113.592)	(428.484)	(405.149)	(248.339)	436.800	(1.084.325)	-	-	(1.084.325)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.386.632	464.795	958.720	1.611.462	595.791	749.435	5.766.835	-	-	5.766.835
Participação dos acionistas controladores	1.386.632	464.795	958.720	1.611.462	593.229	749.435	5.764.273	-	-	5.764.273
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.562	-	2.562	-	-	2.562

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2022 (REAPRESENTADO)										
Descrição	Energia Elétrica				Gás	Participações / Holding	Total	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	Total
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição						
RECEITA LÍQUIDA	2.660.859	1.194.826	7.918.378	20.918.717	3.689.498	7.139	36.389.417	(1.423.190)	(503.419)	34.462.808
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(330.551)	(310)	(6.879.603)	(11.938.473)	(2.735.482)	(507)	(21.884.926)	1.423.190	441.554	(20.020.182)
CUSTOS E DESPESAS (3)										
Pessoal	(161.715)	(134.511)	(11.564)	(913.105)	(66.403)	(64.701)	(1.351.999)	-	-	(1.351.999)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(14.628)	(10.838)	(5.692)	(39.834)	-	(12.051)	(83.043)	-	-	(83.043)
Obrigações pós-emprego	(65.965)	(41.786)	(9.575)	(420.896)	-	(87.806)	(626.028)	-	-	(626.028)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(394.769)	(95.766)	(13.688)	(1.785.163)	(57.002)	(83.486)	(2.429.874)	-	61.865	(2.368.009)
Depreciação e amortização	(328.372)	240	(13)	(738.025)	(91.297)	(24.617)	(1.182.084)	-	-	(1.182.084)
Provisões e ajustes para perdas (4)	(18.353)	(3.012)	(34.122)	(397.972)	(274)	(1.994)	(455.727)	-	-	(455.727)
Custos de construção da infraestrutura	-	(290.754)	-	(3.193.092)	(52.596)	-	(3.536.442)	-	-	(3.536.442)
Total do custo de operação	(983.802)	(576.427)	(74.654)	(7.488.087)	(267.572)	(274.655)	(9.665.197)	-	61.865	(9.603.332)
CUSTOS E DESPESAS	(1.314.353)	(576.737)	(6.954.257)	(19.426.560)	(3.003.054)	(275.162)	(31.550.123)	1.423.190	503.419	(29.623.514)
Resultado de equivalência patrimonial (4)	(2.250)	2.629	15	-	-	842.149	842.543	-	-	842.543
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	5.340	5.340	-	-	5.340
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.344.256	620.718	964.136	1.492.157	686.444	579.466	5.687.177	-	-	5.687.177
Resultado financeiro	(149.581)	(96.427)	33.562	(1.115.245)	(9.316)	(229.614)	(1.566.621)	-	-	(1.566.621)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.194.675	524.291	997.698	376.912	677.128	349.852	4.120.556	-	-	4.120.556
Imposto de renda e contribuição social	(306.705)	(174.015)	(313.752)	66.564	(199.387)	901.106	(26.189)	-	-	(26.189)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	887.970	350.276	683.946	443.476	477.741	1.250.958	4.094.367	-	-	4.094.367
Participação dos acionistas controladores	887.970	350.276	683.946	443.476	475.687	1.250.958	4.092.313	-	-	4.092.313
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	2.054	-	2.054	-	-	2.054

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

(4) O segmento de participações inclui perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$7.412 no investimento detido pela Companhia na controlada em conjunto Itaocara e reversão da provisão no montante de R\$161.648 referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida Madeira Energia e outros acionais. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações.

Política contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo principal gestor do Grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados ao principal gestor do Grupo incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas bancárias	195.337	95.486	3.614	3.495
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	990.797	1.049.244	96.423	170.185
Aplicações automáticas - Overnight	351.348	293.688	87.654	16.803
Outros	-	2.243	-	-
	1.342.145	1.345.175	184.077	186.988
Total	1.537.482	1.440.661	187.691	190.483

Os **Certificados de Depósito Bancário – (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip que variam entre 80% e 112% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80,05% a 112% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 30 (i) a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 30.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	73.635	191.338	18.370	10.947
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	475.388	1.139.525	118.599	65.197
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	214.357	401.659	53.477	22.981
Outros	10.602	12.024	2.586	1.167
	773.982	1.744.546	193.032	100.292
Não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	127.052	-	-
Outros	-	6.579	-	376
	-	133.631	-	376
Total	773.982	1.878.177	193.032	100.668

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022), conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% e 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 31. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 30.

A Companhia e suas controladas classificam de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia e gás faturado	2.040.839	428.395	560.823	821.217	3.851.274	3.240.333
Fornecimento de energia e gás não faturado	1.373.349	-	-	-	1.373.349	1.243.735
Suprimento a outras concessionárias	25.466	46.814	-	47	72.327	67.445
Suprimento a outras concessionárias não faturado	369.264	-	-	-	369.264	368.970
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	83.522	22.420	6.129	2.134	114.205	162.104
Concessionários – transporte de energia faturado	53.217	62.275	10.035	47.801	173.328	180.356
Concessionários – transporte de energia não faturado	391.414	-	-	-	391.414	370.261
(-) Perdas de créditos esperadas (a)	(165.064)	(22.572)	(79.971)	(600.392)	(867.999)	(820.324)
	4.172.007	537.332	497.016	270.807	5.477.162	4.812.880
Ativo circulante					5.434.358	4.769.431
Ativo não circulante					42.804	43.449

	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento de energia faturado	19.163	9.850	11.255	23.858	64.126	43.877
Fornecimento de energia não faturado	353.097	-	-	-	353.097	271.709
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	11.973	27.789	-	-	39.762	12.881
(-) Perdas de créditos esperadas	-	(2.846)	(9.753)	(23.853)	(36.452)	(23.003)
	384.233	34.793	1.502	5	420.533	305.464
Ativo circulante					418.803	305.464
Ativo não circulante					1.730	-

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

a) Composição e movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Residencial	322.275	272.406	3.214	3.214
Industrial	172.517	168.215	22.361	9.194
Comércio, serviços e outras	236.849	202.739	7.105	6.823
Rural	39.975	32.741	1.671	1.671
Poder público	27.421	27.567	946	946
Iluminação pública	2.326	833	921	921
Serviço público	27.372	32.580	234	234
Encargos de uso de rede - TUSD	39.264	83.243	-	-
Total	867.999	820.324	36.452	23.003

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	833.150	22.284
Constituições líquidas (nota 28)	239.300	719
Alteração em critério utilizado na estimativa	(130.569)	-
Baixas	(121.557)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820.324	23.003
Constituições líquidas (nota 28)	216.699	13.455
Baixas	(169.024)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	867.999	36.452

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida ou pelo valor do gás fornecido e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

A Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Estimativas e julgamentos

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração e aderentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS 9 / CPC 48).

Para os clientes cativos, a Cemig D adota em sua análise uma abordagem simplificada. Considera que os saldos do seu Contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda levando em conta o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 24 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas de créditos esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A análise no caso dos valores de faturamento de débito irregular, dada a sua natureza diferenciada de cobrança, é individualizada sendo ponderado, na mensuração do risco de perdas, o nível de solvência calculado internamente para o cliente.

No caso de estimativa de PEC e o reconhecimento como baixa ("*default*") de grandes consumidores o estudo é julgamental (análise individualizada) considerando: histórico da dívida, garantias existentes, iniciativas em andamento para recebimento dos créditos e, em alguns casos, conceito em *bureaux* de crédito.

Para a Cemig GT o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	476.189	449.054	1.509	12
PIS/Pasep (a)	24.348	257.680	24	24
Cofins (a)	114.178	1.189.190	121	121
Outros	20.149	20.777	930	930
	634.864	1.916.701	2.584	1.087
Não Circulante				
ICMS a recuperar	725.266	547.156	-	-
PIS/Pasep (a)	128.334	166.193	119.873	114.944
Cofins (a)	464.947	644.497	425.965	408.427
	1.318.547	1.357.846	545.838	523.371
Total	1.953.411	3.274.547	548.422	524.458

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia e suas controladas registraram os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em agosto de 2023, a Controladora formalizou pedido à Receita Federal do Brasil para recebimento dos créditos por meio de precatórios.

A Gasmig, tendo em vista a decisão do Superior Tribunal Federal (“STF”) sobre a modulação dos efeitos da decisão, reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753.

A partir do trânsito em julgado, a Gasmig iniciou os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal. Em fevereiro e abril de 2023, a Receita Federal deferiu os pedidos de habilitação referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, respectivamente. A Gasmig os utilizou para compensar tributos federais.

A Gasmig constituiu um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a serem devolvidos aos consumidores, de janeiro de 2014 a janeiro de 2020, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Mais informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e pela Gasmig estão dispostas na nota explicativa nº 20.

Em 2023, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.335.071 (R\$1.452.514 em 2022). A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	594.461	707.263	197.626	97.568
Contribuição social	262.254	240.947	31.056	(1.818)
	856.715	948.210	228.682	95.750
Circulante	411.376	775.492	-	-
Não circulante	445.339	172.718	228.682	95.750

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda	71.201	197.619
Contribuição social	40.031	42.055
	111.232	239.674

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	986.659	232.430	-	-	1.219.089
Provisões	602.084	121.026	-	-	723.110
Provisão para perda em investimentos	56.398	532	-	-	56.930
Provisão PUT SAAG	228.621	(228.621)	-	-	-
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins (1)	598.380	(510.451)	-	-	87.929
Provisões PLR	29.824	18.036	-	-	47.860
Obrigações pós-emprego	1.852.232	79.651	(119.419)	-	1.812.464
Perdas de créditos esperadas	318.982	6.968	-	-	325.950
Concessão onerosa	11.579	264	-	-	11.843
Direito de uso (2)	116.544	9.778	-	-	126.322
Outros	16.229	(10.110)	-	6.026	12.145
Total	4.817.532	(280.497)	(119.419)	6.026	4.423.642
Passivos fiscais diferidos					
Custo atribuído	(155.882)	1.010	-	-	(154.872)
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(456.418)	17.086	-	-	(439.332)
Encargos financeiros capitalizados	(169.801)	(12.191)	-	-	(181.992)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(263.041)	(70.785)	-	-	(333.826)
Atualização ativo de contrato	(940.026)	9.421	-	-	(930.605)
Ajuste a valor justo instrumentos financeiros derivativos	(209.599)	83.792	-	-	(125.807)
Ressarcimento custos GSF	(274.036)	45.157	-	-	(228.879)
Passivo de arrendamentos (2)	(107.845)	(19.472)	-	-	(127.317)
Outros	(53.597)	85.161	-	-	31.564
Total	(2.630.245)	139.179	-	-	(2.491.066)
Total Líquido	2.187.287	(141.318)	(119.419)	6.026	1.932.576
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	3.119.522	-	-	-	3.044.738
Total do Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(932.235)	-	-	-	(1.112.162)

- (1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.
- (2) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.8.

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022	DRE	DRA	Outros	Saldo em 31/12/2023
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal/base negativa	767.103	124.763	-	-	891.866
Provisões	94.790	2.930	-	-	97.720
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins (1)	588	-	-	-	588
Provisões PLR	2.118	1.450	-	-	3.568
Obrigações pós-emprego	223.779	19.029	(11.880)	-	230.928
Perdas de créditos esperadas	8.405	4.573	-	-	12.978
Direito de uso (2)	825	1	-	-	826
Outros	-	116	-	(2)	114
Total	1.097.608	152.862	(11.880)	(2)	1.238.588
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de ativos adquiridos em combinações de negócios	(101.727)	3.265	-	-	(98.462)
Passivo de arrendamentos (2)	(732)	21	-	-	(711)
Total	(102.459)	3.286	-	-	(99.173)
Total Líquido	995.149	156.148	(11.880)	(2)	1.139.415
Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	995.149	-	-	-	1.139.415

- (1) Em 2022 houve o registro de provisão em decorrência da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O montante refere-se ao período a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação, líquido da parcela inclusa no Reajuste Tarifário Anual de 2022 e 2023.
- (2) A apresentação segregada desses ativos e passivos fiscais diferidos advém da alteração ocorrida no CPC 32/ IAS 12. Não houve impacto no resultado da Companhia, estando o efeito da mudança relacionado apenas à divulgação. Para fins de comparabilidade, a alteração foi refletida no exercício de 2022 com base nos mesmos critérios. Mais detalhes na nota explicativa nº 3.8.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2024	825.612	120.919
2025	672.957	239.679
2026	490.232	98.476
2027	476.634	84.878
2028	571.881	180.126
2029 a 2031	866.423	343.334
2032 a 2033	519.903	171.176
	4.423.642	1.238.588

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.851.160	4.120.556	5.608.125	3.863.675
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(2.329.394)	(1.400.989)	(1.906.763)	(1.313.650)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	93.186	181.758	1.165.592	883.472
Incentivos fiscais	88.957	61.953	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	91.744	96.549	-	-
Multas indedutíveis	(95.285)	(44.586)	(6)	46
JCP declarado	950.245	721.792	881.096	674.441
PCE com partes relacionadas	290	233.931	290	-
Realização de ágio	-	108.416	-	-
Selic sobre indébitos tributários (1)	100.506	-	17.800	-
Outros	15.426	14.987	(1.861)	(15.671)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.084.325)	(26.189)	156.148	228.638
Imposto de renda e contribuição social corrente	(943.007)	(950.490)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(141.318)	924.301	156.148	228.638
	(1.084.325)	(26.189)	156.148	228.638
Alíquota efetiva	15,83%	0,64%	(2,78)%	(5,92)%

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido. No exercício de 2022, o saldo dessa atualização foi tributado, porém, com a decisão favorável do STF, o saldo passou a ser excluído na apuração de 2023.

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 26.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro. As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	225.602	259.294	30.238	30.806
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	32.897	31.297	371	337
PIS/Pasep e Cofins (1)	75.889	70.453	-	-
ITCD	63.822	59.591	62.750	58.574
IPTU	105.565	95.831	73.946	67.011
FINSOCIAL	45.965	43.633	45.965	43.633
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	319.479	305.427	15.336	14.668
IRRF sobre lucro inflacionário	9.346	9.058	9.346	9.058
IRPJ/CSLL (3)	143.351	105.850	561	313
Outros (4)	114.604	122.730	68.386	65.395
	910.918	843.870	276.661	258.989
Outros				
Regulatório	49.927	45.642	10.270	9.311
Responsabilidade civil	12.416	9.156	2.758	3.202
Relações de consumo	5.149	7.890	368	971
Bloqueio judicial	27.119	19.991	3.207	3.310
Outros	11.881	20.752	1.611	3.736
	106.492	103.431	18.214	20.530
Total	1.243.012	1.206.595	325.113	310.325

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do anuênio);
(3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
(4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

A Companhia reconhece como receita de subsídios tarifários os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, que são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE). Também são reembolsados via CDE as subvenções de baixa renda, o subsídio relativo ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída, e o subsídio referente aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

No exercício de 2023, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$1.564.705 (R\$1.689.264 no exercício de 2022) e os demais subsídios, que incluem bandeiras tarifárias e o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, totalizou o montante de R\$77.984 (R\$284.423 no exercício de 2022).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$196.174 (R\$159.426 em 31 de dezembro de 2022), reconhecidos no ativo circulante em “Outros ativos”, sendo R\$187.066 da Cemig D e R\$9.108 da Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Ativos relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia	1.881.509	1.369.652
Concessão de distribuição de gás	38.559	36.945
Indenizações a receber – Geração (nota 13.1)	784.055	691.460
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 13.2)	3.031.036	2.950.418
	5.735.159	5.048.475
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 13.3)	805.571	944.090
Total	6.540.730	5.992.565
Ativo circulante	814.378	1.055.378
Ativo não circulante	5.726.352	4.937.187

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729	3.608.403	34.386	4.326.518
Transferências do ativo de contrato	670.104	-	-	670.104
Transferências do intangível	(22.581)	-	378	(22.203)
Adições	-	-	323	323
Atualização financeira	39.369	513.885	1.858	555.112
Ajustes de valor justo (1)	-	(171.770)	-	(171.770)
Baixas	(969)	-	-	(969)
Recebimentos	-	(308.640)	-	(308.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.369.652	3.641.878	36.945	5.048.475
Adição	-	-	122	122
Transferências de ativo de contrato	363.838	-	-	363.838
Atualização financeira	149.238	504.317	1.492	655.047
Realização	(1.219)	-	-	(1.219)
Recebimentos	-	(331.104)	-	(331.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.881.509	3.815.091	38.559	5.735.159

(1) Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou ajuste do valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia.

13.1 Distribuição - Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

13.2 Geração – Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

Com a conclusão do laudo de avaliação, a Companhia efetuou o ajuste a valor justo do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022, correspondente à diferença dos valores originalmente estimados pela Companhia.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ⁽¹⁾	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	179.083	23.981	203.064
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	91.874	12.303	104.177
UHE Itutinga	jul-15	52,00	10.825	1.450	12.275
UHE Camargos	jul-15	46,00	21.042	2.818	23.860
PCH Piau	jul-15	18,01	4.695	629	5.324
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	5.630	754	6.384
PCH Peti	jul-15	9,40	6.498	870	7.368
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.683	226	1.909
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	9.063	1.089	10.152
PCH Joasal	jul-15	8,40	6.727	900	7.627
PCH Martins	jul-15	7,70	4.776	639	5.415
PCH Cajuru	jul-15	7,20	20.238	2.711	22.949
PCH Paciência	jul-15	4,08	4.449	595	5.044
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.585	346	2.931
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	387	52	439
UHE Miranda	dez-16	408,00	97.493	13.055	110.548
UHE Jaguará	ago-13	424,00	147.788	19.916	167.704
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	76.624	10.261	86.885
		3.601,70	691.460	92.595	784.055

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$784.055 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do período.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

13.3 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Três Marias	1.671.517	221.716	(177.902)	1.715.331
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Salto Grande	524.779	69.920	(56.105)	538.594
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.984	29.632	(23.853)	203.763
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	22.066	(17.757)	152.716
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	30.932	(24.982)	200.644
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	23.303	(18.972)	137.345
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	80.023	14.153	(11.533)	82.643
Total		2.950.418	411.722	(331.104)	3.031.036

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas à Cemig GT.

	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	253.628	(165.831)	1.671.517
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	79.921	(52.296)	524.779
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	33.214	(22.234)	197.984
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	24.759	(16.553)	148.407
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	34.349	(23.290)	194.694
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	25.512	(17.685)	133.014
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	15.474	(10.751)	80.023
Total		2.792.201	466.857	(308.640)	2.950.418

13.4 Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados.

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências (2)	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(344.768)	1.597.476	(2.527.525)	259.544	331.434	(683.839)	(434.529)	(249.310)	(582.250)	(101.589)
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.787.316)	1.212.934	(1.222.604)	160.984	527.782	(1.108.220)	(442.509)	(665.711)	(836.600)	(271.620)
Custo da energia de Itaipu	594.261	(40.412)	(455.193)	43.857	(113.674)	28.839	142.514	(113.675)	75.256	(46.417)
Proinfa	31.112	-	(41.958)	834	(9.726)	(19.738)	(18.760)	(978)	(19.339)	(399)
Transporte rede básica	215.794	388.095	(265.240)	39.212	35.107	412.968	113.569	299.399	290.713	122.255
Transporte de energia Itaipu	17.966	60.670	(20.434)	4.078	4.807	67.087	13.829	53.258	45.340	21.747
ESS	582.526	(23.811)	(379.605)	7.346	(248.465)	(62.009)	(242.331)	180.322	(135.640)	73.631
CDE	889	-	(142.491)	3.233	135.603	(2.766)	(841)	(1.925)	(1.980)	(786)
Demais ativos financeiros setoriais	1.288.858	1.254.556	(1.388.410)	204.857	129.549	1.489.410	523.142	966.268	1.076.184	413.226
Quota parte de energia nuclear	105.120	102.784	(85.832)	16.212	-	138.284	50.905	87.379	102.604	35.680
Neutralidade da parcela A	203.307	168.444	(50.991)	5.017	60.504	386.281	(28.614)	414.895	362.900	23.381
Sobrecontratação de energia (1)	749.583	643.203	(528.852)	57.966	-	921.900	348.740	573.160	687.860	234.040
Devoluções tarifárias	(70.690)	-	-	-	(17.046)	(87.736)	(25.065)	(62.671)	(66.960)	(20.776)
Outros	301.538	340.125	(722.735)	125.662	86.091	130.681	177.176	(46.495)	(10.220)	140.901
Total ativos financeiros setoriais	944.090	2.852.032	(3.915.935)	464.401	460.983	805.571	88.613	716.958	493.934	311.637
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(1.706.410)	2.379.230	(341.386)	(331.434)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(1.178.579)	1.940.513	(234.152)	(527.782)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(109.148)	-	(4.526)	113.674	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(31.319)	25.259	(3.666)	9.726	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	35.107	-	(35.107)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	-	-	4.590	217	(4.807)	-	-	-	-	-
ESS	-	(506.581)	370.804	(112.688)	248.465	-	-	-	-	-
CDE	-	119.217	2.957	13.429	(135.603)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(729.464)	907.509	(46.946)	(131.099)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(58.381)	123.734	(4.849)	(60.504)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	-	(87.869)	73.113	(2.290)	17.046	-	-	-	-	-
Outros	-	(583.214)	710.662	(39.807)	(87.641)	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(2.435.874)	3.286.739	(388.332)	(462.533)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais (líquido)	944.090	416.158	(629.196)	76.069	(1.550)	805.571	88.613	716.958	493.934	311.637

- (1) O ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo nos anos de 2017 e 2018, provisoriamente repassado aos consumidores pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, foi recuperado pela Companhia nos reajustes tarifários de 2021 (parcialmente) e de 2023, ambos relativos à sobrecontratação de 2017. Tal efeito foi possível em razão da publicação do despacho ANEEL nº 2.168, de 2022, reconhecendo a integralidade da sobrecontratação de 2017 como voluntária. Em relação à sobrecontratação de 2018, no valor de R\$30.024, houve a publicação do despacho de involuntariedade nº 4.395 em 10 de novembro de 2023, garantindo a recuperação no próximo reajuste tarifário. No que diz respeito ao valor constituído no período, há um alto volume de sobra de energia, observada no mercado de forma geral, liquidado no Mercado de Curto Prazo por um PLD baixo. Essas sobras de energia devem-se, principalmente, em razão do aumento crescente da energia injetada pelas instalações MMDG.
- (2) Adicionalmente às transferências ocorridas entre ativos e passivos financeiros setoriais, houve uma transferência de R\$1.550 para o grupo "Outros ativos".

Política contábil

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12.

A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa, ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. O direito incondicional de receber caixa decorre do contrato de concessão.

CVA e outros componentes financeiros

Os ativos e passivos financeiros setoriais se originam da diferença temporal entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Esse mecanismo de reposicionamento tarifário garante o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão. Esses ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Atividade de transmissão

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 14.

Atividade de geração

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de dispositivo legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais informações na nota explicativa nº 17.

Estimativas e julgamentos

Atividade de distribuição de energia elétrica

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. Os adicionados após o processo de RTP são estimados, podendo ser alterados, para fins de definição da indenização ao término da concessão.

Os cálculos apurados estão em consonância com a regulamentação vigente, e, havendo extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes desses ativos ou passivos que não tiverem sido repassados na tarifa devem ser incluídos na base de indenização ao final da concessão.

Atividade de distribuição de gás

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de gás, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou alguém por ele determinado. Essa parcela é avaliada tendo como base o seu valor justo correspondente ao seu custo de aquisição atualizado pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme determina o contrato de concessão.

14. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	3.430.870	1.849.853
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	337.842	116.982
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	1.722.829	1.927.040
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	3.034.122	2.810.949
Total	8.525.663	6.704.824
Circulante	850.071	728.404
Não circulante	7.675.592	5.976.420

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.358.219	1.926.652	95.137	6.380.008
Adições	407.193	3.097.578	61.398	3.566.169
Atualização financeira	575.449	-	-	575.449
Recebimentos	(607.528)	-	-	(607.528)
Baixa	-	-	(3.235)	(3.235)
Outras adições	4.656	-	-	4.656
Transferências para o ativo financeiro	-	(761.711)	-	(761.711)
Transferências para o ativo intangível	-	(2.412.071)	(36.318)	(2.448.389)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	(595)	-	(595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.737.989	1.849.853	116.982	6.704.824
Adições	241.482	3.478.216	270.159	3.989.857
Atualização financeira	523.772	-	-	523.772
Recebimentos	(746.536)	-	-	(746.536)
Outras adições	244	-	-	244
Transferências para o ativo financeiro	-	(363.838)	-	(363.838)
Transferências para o ativo intangível	-	(1.540.861)	(49.299)	(1.590.160)
Ajuste de ativos em curso (1)	-	7.500	-	7.500
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.756.951	3.430.870	337.842	8.525.663

(1) Refere-se à reversão de provisões, registradas em exercícios anteriores, para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas). A reversão fez-se necessária uma vez que algumas obras foram retomadas e finalizadas.

Dentre as adições realizadas em 2023, está contemplado o valor de R\$69.839 (R\$46.553 em 2022) a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,75%. A natureza das adições em ativos de contrato e intangível é apresentada na nota nº 28b.

A capitalização dos encargos financeiros é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Atividades de distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de transmissão

Para a atividade de transmissão, os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	27.778	28.879
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	45.220	46.685
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	8.701	8.371
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	466.239	408.395
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	302.134	236.073
	850.072	728.403
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	74.053	81.399
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	117.573	142.513
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	100.200	85.391
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.256.590	1.518.645
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	2.358.462	2.181.638
	3.906.878	4.009.586
	4.756.950	4.737.989

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Cemig GT, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).

As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

O Despacho Aneel nº 402/2023, postergou para 2024 a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Assim, para 2023 ocorreu o processo ordinário de reajuste anual da receita de transmissão, estabelecido pela ReN nº 3.216 de 4 de julho de 2023. Os reflexos financeiros das novas RAPs não ocasionaram impactos na apuração do ativo de contrato, uma vez que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.

Em 5 de dezembro de 2023, a Aneel aprovou o Despacho nº 4.675, reconhecendo recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado da RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025. Os reflexos dos pleitos que foram acatados, na totalidade ou parcialmente, representam um acréscimo de 1,16% nas RAPs homologadas na ReH nº 3.216/2023 (de R\$1.084.670 para R\$1.097.264) e uma redução na Parcela de Ajuste (PA) de 35,5% (de R\$39.303 para R\$25.350). Os efeitos das alterações estão sendo analisados e não são esperados impactos relevantes, considerando que não houve alterações significativas nas premissas utilizadas.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a ReH nº 2.852, que alterou a ReH nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano.

O Despacho Aneel nº 402, de 14 de fevereiro de 2023, postergou para 2024 a RTP da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. A ReN nº 3.216/2023, estabeleceu as receitas anuais, que sofreu modificações posteriores pelo Despacho nº 4.675, de 5 de dezembro de 2023. Esses normativos não impactaram esse componente financeiro.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

c) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

A ReN nº 3.216/2023 estabeleceu as receitas anuais em processo ordinário de reajuste das receitas de transmissão. O Despacho nº 4.675/2023, reconheceu alguns recursos administrativos interpostos à ReN nº 3.216/2023, que ocasionaram alterações no resultado do RAP do ciclo 2023-2024, cujos efeitos serão refletidos no ciclo 2024-2025 da RAP. Os reflexos financeiros das novas RAP não ocasionaram impactos na apuração do Ativo de Contrato, uma vez que não houve alterações significantes nas premissas utilizadas.

Política contábil

Atividade de distribuição de energia

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/ IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados.

Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível. Os ativos amortizados dentro do prazo da concessão são classificados como ativo intangível. A parcela dos ativos não amortizada dentro do prazo da concessão, que será objeto de indenização ao final da concessão, é classificada como ativo financeiro.

Atividade de transmissão

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 14.

Atividade de distribuição de gás

Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A política contábil da Companhia em relação à redução ao valor recuperável para o ativo de contrato de todos os segmentos se encontra na nota explicativa 3.6.

Estimativas e julgamentos

Atividade de transmissão

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela RAP, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	10.118.133	8.966.797
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	221.725	182.579	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	46.816	47.096	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	47.529	46.744	-	-
Madeira Energia ("MESA") (3)	Coligada	-	9.500	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (3)	Coligada	-	7.760	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo") (4)	Controlada em conjunto	-	185.495	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	Controlada em conjunto	536.268	575.745	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (4)	Controlada em conjunto	-	160.324	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.171.595	1.193.841	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	Controlada em conjunto	818.929	885.529	-	-
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	Controlada em conjunto	111.961	134.425	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	8.883.227	7.105.260
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.565.369	1.548.695	1.565.369	1.548.695
Gasmig	Controlada	-	-	1.748.575	1.749.549
Cemig Sim	Controlada	-	-	419.103	198.880
UFVs (1)	Controlada em conjunto	111.528	127.991	-	-
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	76.158	68.263
Total do investimento		4.631.720	5.105.724	22.810.565	19.637.444

- (1) Conjunto de negócios de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
- (2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (3) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da Mesa para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01 /IAS 36. Foi constatado que o valor contábil líquido dos investimentos é recuperável.

Adicionalmente, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Consolidado								
Investidas	31/12/2021	Adição	Amortização	31/12/2022	Adição	Amortização	Outros	31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão								
Retiro Baixo (1)	27.798	-	(1.390)	26.408	-	(463)	(25.945)	-
Aliança Geração	301.605	-	(25.310)	276.295	-	(25.310)	-	250.985
Aliança Norte	46.660	-	(1.972)	44.688	-	(1.972)	-	42.716
Paracambi	76.488	-	(2.501)	73.987	-	(2.501)	-	71.486
Taesa	151.462	-	(9.321)	142.141	-	(9.321)	-	132.820
Cemig Sim								
UFVs	7.037	7.606	(438)	14.205	3.031	(337)	(10.531)	6.368
Total	611.050	7.606	(40.932)	577.724	3.031	(39.904)	(36.476)	504.375

(1) Em abril de 2023, a participação detida pela Cemig GT nessa investida foi classificada como ativo mantido para venda. Mais detalhes na nota explicativa nº 31.

Controladora					
Investidas	31/12/2021	Amortização	31/12/2022	Amortização	31/12/2023
Paracambi	76.488	(2.501)	73.987	(2.501)	71.486
Taesa	151.462	(9.321)	142.141	(9.321)	132.820
Gasmig	396.246	(15.257)	380.989	(12.874)	368.115
Sete Lagoas	(4.506)	244	(4.262)	244	(4.018)
Total	619.690	(26.835)	592.855	(24.452)	568.403

O direito de exploração é reconhecido na combinação de negócios ou na aquisição de controlada em conjunto e é amortizado considerando o período de concessão de cada controlada ou controlada em conjunto.

Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Investidas	Consolidado					31/12/2023
	31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Outros	
Hidrelétrica Cachoeirão	47.096	11.322	(11.602)	-	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Hidrelétrica Pipoca	46.744	15.975	(15.190)	-	-	47.529
MESA (3)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (3)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Paracambi	134.425	14.260	(25.912)	-	(10.812)	111.961
Baguari Energia (4)	160.324	11.133	(11.579)	-	(159.878)	-
Amazônia Energia (1)	885.529	(66.808)	-	208	-	818.929
Aliança Norte (1)	575.745	(39.810)	-	333	-	536.268
Taesa	1.548.695	278.082	(261.408)	-	-	1.565.369
Aliança Geração	1.193.841	135.757	(158.003)	-	-	1.171.595
Retiro Baixo (4)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	3.422	1.597	(577)	-	-	4.442
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto")	8.441	1.385	(975)	-	-	8.851
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga")	10.799	1.644	(1.213)	-	-	11.230
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II")	6.406	401	(504)	-	-	6.303
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande")	14.140	2.110	(1.756)	-	-	14.494
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra")	17.526	2.280	(2.120)	-	-	17.686
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde")	6.123	1.070	(1.024)	-	-	6.169
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela")	4.199	544	(605)	-	-	4.138
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I")	4.739	1.022	(703)	-	-	5.058
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II")	6.604	928	(814)	-	-	6.718
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia")	14.176	1.991	(1.666)	-	-	14.501
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	6.689	350	(69)	-	(1.199)	5.771
Apolo II SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo II")	-	408	-	5.759	-	6.167
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I") (2)	8.161	(61)	(130)	10.235	(18.205)	-
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II") (2)	8.458	(59)	(295)	10.024	(18.128)	-
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I") (2)	8.108	(52)	(229)	9.974	(17.801)	-
Total do Investimento	5.105.724	432.493	(496.374)	36.533	(446.656)	4.631.720

- (1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (2) Em 20 de julho de 2023, houve a aquisição do controle dessas investidas, passando elas a serem consolidadas pela Companhia. Dessa forma, a participação societária da Companhia nessas investidas está refletida nos ativos e passivos consolidados da Companhia.
- (3) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (4) A alienação de Baguari Energia foi concluída em 06 de outubro de 2023 e a alienação de Retiro Baixo foi concluída em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Consolidado						
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes / Aquisições	Outros	31/12/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	15.469	(27.386)	-	-	47.096
Guanhães Energia	125.172	57.407	-	-	-	182.579
Hidrelétrica Pipoca	46.722	16.361	(16.339)	-	-	46.744
MESA (3)	-	9.500	-	-	-	9.500
FIP Melbourne (3) (5)	-	168.403	-	-	(160.643)	7.760
Paracambi (antiga Lightger)	124.275	16.790	(6.640)	-	-	134.425
Baguari Energia	168.430	21.413	(29.519)	-	-	160.324
Amazônia Energia (4)	932.600	(47.178)	-	107	-	885.529
Aliança Norte (4)	609.154	(33.793)	-	384	-	575.745
Ativas	15.750	(595)	-	-	(15.155)	-
Taesá	1.580.379	304.591	(336.275)	-	-	1.548.695
Aliança Geração	1.140.930	104.054	(47.875)	-	(3.268)	1.193.841
Retiro Baixo	200.385	23.313	(38.203)	-	-	185.495
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	2.699	1.521	(798)	-	-	3.422
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto") (2)	9.258	1.937	(1.726)	-	(1.028)	8.441
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga") (2)	11.294	2.538	(2.085)	-	(948)	10.799
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II") (2)	6.432	1.254	(595)	-	(685)	6.406
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande") (2)	14.890	2.672	(2.211)	-	(1.211)	14.140
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra") (2)	17.823	3.577	(2.644)	-	(1.230)	17.526
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde") (2)	6.130	1.272	(872)	-	(407)	6.123
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela") (2)	4.058	1.069	(575)	-	(353)	4.199
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I") (2)	5.318	1.161	(932)	-	(808)	4.739
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II") (2)	6.384	1.238	(870)	-	(148)	6.604
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia") (2)	14.553	2.751	(2.207)	-	(921)	14.176
Apolo I SPE Empreendimentos e Energia S.A. ("UFV Apolo I")	-	867	(103)	5.925	-	6.689
G2 Campo Lindo I Energia S.A. ("UFV Campo Lindo I")	-	1.419	(326)	7.068	-	8.161
G2 Campo Lindo II Energia S.A. ("UFV Campo Lindo II")	-	1.501	(90)	7.047	-	8.458
G2 Olaria I Energia S.A. ("UFV Olaria I")	-	1.203	(143)	7.048	-	8.108
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Itaocara	-	(3.016)	-	10.428	(7.412)	-
Total do Investimento	5.105.926	674.422	(518.414)	38.007	(194.217)	5.105.724
Itaocara - Passivo a descoberto	(20.767)	6.473	-	14.294	-	-
MESA (3) - Provisões para perdas (1)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	4.923.511	842.543	(518.414)	52.301	(194.217)	5.105.724

- (1) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em 23 de maio de 2022, foi aprovada, por meio de AGE, a redução de capital social dessas UFs.
- (3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (5) Em 12 de setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu o recebível de R\$160.643 em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Controladora							
Investidas	31/12/2022	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão	8.966.797	2.400.164	48.684	(1.297.512)	-	-	10.118.133
Cemig Distribuição	7.105.260	1.611.460	160.068	(905.875)	912.314	-	8.883.227
Gasmig	1.749.549	580.652	-	(581.993)	-	367	1.748.575
Cemig Sim	198.880	8.389	-	-	211.834	-	419.103
Sete Lagoas	68.263	7.895	-	-	-	-	76.158
Taesá	1.548.695	278.082	-	(261.408)	-	-	1.565.369
Total	19.637.444	4.886.642	208.752	(3.046.788)	1.124.148	367	22.810.565

Controladora								
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos / JCP	Aportes	Baixas	Outros	31/12/2022
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	2.082.955	94.628	(1.042.728)	-	-	-	8.966.797
Cemig Distribuição	6.942.666	443.475	295.651	(576.532)	-	-	-	7.105.260
Ativas	15.750	(595)	-	-	-	(15.155)	-	-
Gasmig	1.635.985	461.204	-	(349.042)	-	-	1.402	1.749.549
Cemig Sim	111.433	18.524	-	(3.957)	72.880	-	-	198.880
Axiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-	-	-
Sete Lagoas	60.703	12.137	-	(11.577)	7.000	-	-	68.263
Taesá	1.580.379	304.592	-	(336.284)	-	-	8	1.548.695
Total	18.183.135	3.318.015	390.279	(2.320.120)	79.880	(15.155)	1.410	19.637.444

Movimentação dos dividendos a receber

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	335.189	1.820.578
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	518.414	2.320.120
Recebimentos	(707.695)	(1.415.356)
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(69.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	145.908	2.655.433
Proposta de dividendos feita pelas investidas	496.374	3.046.788
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(220.204)
Recebimentos	(592.368)	(2.363.697)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	49.914	3.118.320
Circulante	49.914	2.438.526
Não circulante	-	679.794

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	31/12/2023			31/12/2022		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	5.473.724	10.702.957	100,00	5.473.724	8.892.810
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	95.542	49,00	35.000	96.114
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	419.496	49,00	548.626	372.610
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	96.998	49,00	41.360	95.395
Parajuru	35.000.000	100,00	35.000	91.854	100,00	85.835	158.482
Volta do Rio	180.000.000	100,00	180.000	207.821	100,00	274.867	248.173
Paracambi	79.078.937	49,00	57.166	82.603	49,00	79.232	123.342
Aliança Norte (3)	41.949.320.044	49,00	1.210.429	1.007.247	49,00	1.209.750	1.083.789
Amazônia Energia (1) (3)	1.322.897.723	74,50	1.323.321	1.099.233	74,50	1.323.042	1.188.630
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.045.797	45,00	1.291.488	2.038.988
Itaocara	156.259.500	49,00	206.712	15.298	49,00	206.712	15.126
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	46	100,00	406	67
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100,00	151.309	227.624	100,00	151.309	231.057
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100,00	113.499	168.245	100,00	113.499	182.960
Cemig Geração Sul	148.146.505	100,00	148.147	254.651	100,00	148.147	251.765
Cemig Geração Leste	100.568.929	100,00	100.569	158.321	100,00	100.569	167.959
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100,00	60.595	144.685	100,00	60.595	125.521
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	112.383	100,00	46.944	123.305
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	91.934	100,00	36.833	138.259
Horizontes Energia	10.000.000	100,00	10.000	32.104	100,00	39.258	60.535
Cemig PCH	6.000.000	100,00	6.000	50.792	100,00	45.952	98.917
Cemig Geração Poço Fundo	139.084.745	100,00	139.085	167.968	100,00	139.085	171.954
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	29.118	100,00	486	11.004
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	8.676	100,00	1.000	5.639
Centroeste	28.000.000	100,00	28.000	113.186	100,00	28.000	120.173
UFV Três Marias S.A.	6.887.499	100,00	6.819	46.464	100,00	-	-
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	6.284.312	9.121.456	100,00	5.371.998	7.105.260
Taesá	1.033.496.721	21,68	3.042.034	6.679.311	21,68	3.042.034	6.570.477
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.385.685	99,57	665.429	1.372.699
Cemig Sim	306.664.742	100,00	306.665	419.103	100,00	175.033	198.880
Sete Lagoas	36.857.080	100,00	36.857	80.177	100,00	36.857	72.526

(1) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessa investida.

Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023

2023	Taesa	Lightger	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Aliança Norte
Ativo					
Circulante	2.745.259	23.738	11.272	10.778	391
Caixa e equivalentes de caixa	1.143.573	17.387	7.223	5.740	381
Não circulante	14.832.616	99.536	86.025	95.345	1.015.013
Total do ativo	17.577.875	123.274	97.297	106.123	1.015.404
Passivo					
Circulante	1.617.221	10.750	6.877	8.328	41
Empréstimos e financiamentos	36	8.680	-	6.616	-
Não circulante	9.281.343	29.922	655	804	8.116
Empréstimos e financiamentos	367.875	29.922	-	549	-
Patrimônio líquido	6.679.311	82.602	89.765	96.991	1.007.247
Total do passivo e patrimônio líquido	17.577.875	123.274	97.297	106.123	1.015.404
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	1.344.719	59.523	37.616	45.624	-
Custos operacionais	(195.607)	(16.403)	(15.107)	(11.205)	-
Depreciação e amortização	(5.554)	(11.787)	(3.734)	(4.096)	-
Lucro bruto	1.149.112	43.120	22.509	34.419	-
Despesas gerais e administrativas	(179.577)	(2.136)	-	(1.318)	(77.257)
Receitas financeiras	369.564	6.508	2.690	3.065	60
Despesas financeiras	(1.622.181)	(3.773)	(5)	(941)	(24)
Resultado operacional	(283.082)	43.719	25.194	35.225	(77.221)
Resultado de equivalência patrimonial	1.180.561	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	470.356	(4.180)	(2.088)	(2.620)	-
Resultado líquido do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)
Resultado abrangente do exercício	1.367.835	39.539	23.106	32.605	(77.221)

2023	Guanhães Energia	Amazônia Energia	Aliança Geração	Itaocara
Ativo				
Circulante	1.533.563	159	583.013	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	112.337	159	347.544	3.107
Não circulante	4.735.005	1.107.657	3.700.253	11.874
Total do ativo	6.268.568	1.107.816	4.283.266	15.117
Passivo				
Circulante	143.055	7.897	828.616	249
Empréstimos e financiamentos	68.694	-	179.920	-
Não circulante	1.150.428	458	1.766.780	-
Empréstimos e financiamentos	940.690	-	992.959	-
Patrimônio líquido	4.975.085	1.099.461	1.687.870	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	6.268.568	1.107.816	4.283.266	15.117
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	59.983	-	1.148.967	-
Custos operacionais	(38.697)	(200)	(472.227)	(647)
Depreciação e amortização	(20.967)	-	(130.761)	-
Lucro (prejuízo) bruto	21.286	(200)	676.740	(647)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(51.091)	-
Receitas financeiras	14.789	-	50.288	389
Despesas financeiras	(9.804)	(7)	(171.026)	-
Resultado operacional	26.271	(207)	504.911	(258)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(82.898)	23.357	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.712)	-	(170.341)	-
Resultado líquido do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)
Resultado abrangente do exercício	19.559	(83.105)	357.927	(258)

Saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022

2022	Taesá	Lightger	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Geração
Ativo						
Circulante	2.261.366	62.992	15.485	19.753	63.163	724.133
Caixa e equivalentes de caixa	759.706	59.516	10.932	14.406	49.213	448.561
Não circulante	13.197.257	109.681	90.105	98.615	337.170	3.467.626
Total do ativo	15.458.623	172.673	105.590	118.368	400.333	4.191.759
Passivo						
Circulante	817.274	11.242	928	7.861	25.200	382.716
Empréstimos e financiamentos	1.957	8.623	-	6.613	13.812	135.870
Não circulante	8.044.824	38.089	655	7.190	44.561	1.488.645
Empréstimos e financiamentos	372.293	38.089	-	7.070	27.601	712.892
Patrimônio líquido	6.596.525	123.342	104.007	103.317	330.572	2.320.398
Total do passivo e patrimônio líquido	15.458.623	172.673	105.590	118.368	400.333	4.191.759
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	1.621.383	62.385	42.556	44.807	77.283	1.109.022
Custos operacionais	(175.807)	(17.258)	(12.134)	(9.424)	(3.512)	(608.497)
Depreciação e amortização	(8.878)	(11.783)	(3.485)	(4.350)	(8.898)	(124.004)
Lucro bruto	1.445.576	45.127	30.422	35.383	73.771	500.525
Despesas gerais e administrativas	(197.166)	(2.096)	-	(1.184)	(3.645)	(42.854)
Receitas financeiras	652.277	5.856	3.901	3.069	9.781	61.101
Despesas financeiras	(1.700.447)	(4.324)	(27)	(1.463)	(4.844)	(109.271)
Resultado operacional	200.240	44.563	34.296	35.805	75.063	409.501
Resultado de equivalência patrimonial	924.707	-	-	-	-	10.986
Imposto de renda e contribuição social	324.268	(3.984)	(2.725)	(2.451)	(25.559)	(139.078)
Resultado líquido do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504	281.409
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504	281.409
Resultado abrangente do exercício	1.449.215	40.579	31.571	33.354	49.504	281.409

2022	Aliança Norte	Guanhães Energia	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.
Ativo						
Circulante	264	132.307	146	1.818.829	83.027	3.695
Caixa e equivalentes de caixa	261	3.118	146	923.599	10.471	3.584
Não circulante	1.091.377	375.482	1.190.554	20.953.217	205.105	11.709
Total do ativo	1.091.641	507.789	1.190.700	22.772.046	288.132	15.404
Passivo						
Circulante	39	38.127	1.581	2.570.839	24.970	278
Empréstimos e financiamentos	-	11.782	-	655.361	-	-
Não circulante	7.813	97.052	489	19.971.866	24.326	-
Empréstimos e financiamentos	-	79.587	-	13.546.024	-	-
Patrimônio líquido	1.083.789	372.610	1.188.630	229.341	238.836	15.126
Total do passivo e patrimônio líquido	1.091.641	507.789	1.190.700	22.772.046	288.132	15.404
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	56.864	-	4.137.130	81.279	-
Custos operacionais	-	(45.247)	(77)	(3.451.054)	(28.504)	(253)
Depreciação e amortização	-	(16.012)	-	-	(10.487)	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	11.617	(77)	686.076	52.775	(253)
Despesas gerais e administrativas	(64.959)	-	-	(149.579)	(122)	-
Receitas financeiras	20	89.794	-	361.215	9.495	431
Despesas financeiras	(3)	(10.633)	(2)	(3.520.551)	(3.640)	(6.676)
Resultado operacional	(64.942)	90.778	(79)	(2.622.839)	58.508	(6.498)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(63.246)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(32.062)	-	(222.408)	(19.869)	-
Resultado líquido do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.845.247)	38.639	(6.498)
Resultado abrangente do exercício						
Resultado líquido do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.819.153)	38.639	(6.498)
Resultado abrangente do exercício	(64.942)	58.716	(63.325)	(2.819.153)	38.639	(6.498)

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2023, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$578.277 (R\$494.493 em 31 de dezembro de 2022). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.859 milhões (R\$2.972 milhões em 31 de dezembro de 2022). O potencial impacto para a Companhia está limitado ao seu investimento na NESA.

Mútuo entre partes relacionadas

Em 10 de fevereiro e 15 de fevereiro de 2023, foram recebidos pela Cemig D os montantes de R\$150.000 e R\$200.000, respectivamente, referentes ao contrato de mútuo aprovado pela Aneel e autorizado pelo Conselho de Administração em 2020 entre Cemig D (mutuário) e Cemig (mutuante), no montante de R\$350.000, com prazo de pagamento até maio de 2024. O mútuo é acrescido de juros à taxa equivalente a 110% da variação do CDI, a serem pagos juntamente com a parcela original. Como garantia, foi emitida pela Cemig D uma nota Promissória em favor da Cemig, compreendendo o principal e os juros estimados para o contrato.

Em março de 2023, o Conselho de Administração autorizou a celebração do primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Cemig D (mutuário) e a Cemig (mutuante), nos mesmos termos citados acima, reconhecidos pela Aneel, no montante de R\$750.000, não tendo ocorrido a transferência do recurso até o presente momento.

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas SPEs detentoras das usinas fotovoltaicas Prudente de Moraes, Montes Claros e Jequitibá.

Em 7 de setembro de 2022, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na UFV Prudente de Moraes, pelo montante de R\$41,3 milhões.

UFV Montes Claros

Em 28 de abril de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição da totalidade da participação societária na Duceu Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos SPE Ltda, detentora da UFV Montes Claros, após cumpridas todas as condições precedentes.

Segue abaixo resumo da mensuração preliminar do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Em milhares de reais	UFV Montes Claros
Valor do patrimônio líquido	19.749
Menos valia dos ativos líquidos da investida	(12)
Valor justo dos ativos líquidos	19.737
Goodwill	390
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na UFV Montes Claros	20.127

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	37	Circulante	352
Outros ativos circulantes	37	Outros passivos circulantes	352
		Não circulante	4.416
Não circulante	24.468	Outros passivos não circulantes	4.416
Ativo imobilizado	18.749		
Direito de uso - arrendamentos	5.696		
Ativo intangível	23		
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	19.737

UFV Jequitibá

Em 8 de março de 2024, a Cemig Sim concluiu a aquisição de 100% de participação societária na Oasis Solar Jequitibá SPE Ltda, após cumpridas todas as condições precedentes, concluindo assim a compra da última das três usinas fotovoltaicas. O valor da aquisição foi de R\$39,7 milhões. A análise preliminar de mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos não está disponível até a emissão dessas demonstrações.

As três usinas fotovoltaicas somam 16,2MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, e estão localizadas nas cidades de Prudente de Moraes, Montes Claros e Jequitibá, todas elas em Minas Gerais.

Essa transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento sustentável no mercado de Geração Distribuída, com participação integral nas usinas sob sua gestão e o compromisso de criação de valor por meio de investimentos em projetos que contribuem para diversificação de seu portfólio focado em fontes de energia renováveis e melhoria da matriz elétrica do Estado de Minas Gerais.

Aquisição de participação societária em Sociedades de Propósito Específico - SPE

Em 20 de julho de 2023, a Cemig Sim concluiu a aquisição dos 51% restantes das participações societárias detidas nas SPEs: (i) G2 Olaria 1 Energia S.A., (ii) G2 Campo Lindo 1 Energia S.A. e (iii) G2 Campo Lindo 2 Energia S.A., passando a ser detentora de 100% das ações das mencionadas Sociedades, bem como a aquisição de 100% das ações na SPE G2 Olaria 2 Energia S.A.. O valor da aquisição é de R\$47,4 milhões.

As 4 SPEs são detentoras de 4 usinas fotovoltaicas, com 13 MWp de potência instalada na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, em plena operação comercial, localizadas na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Essa transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento no mercado de Geração Distribuída com participação integral nas usinas sob sua gestão exclusivamente no Estado de Minas Gerais.

Goodwill, mais-valia e ganho por ajuste a valor justo da participação anterior

	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1	UFV Olaria 2	Total
Contraprestação paga	10.235	10.024	9.974	17.177	47.410
Patrimônio líquido ajustado a valor de mercado	8.874	8.999	8.464	14.762	41.099
Mais-valia	1.873	1.844	1.393	1.005	6.115
Goodwill	1.361	1.025	1.510	2.415	6.311

	UFV Campo Lindo 1	UFV Campo Lindo 2	UFV Olaria 1	Total
Participação anterior mensurada a valor justo (a)	9.775	9.910	9.589	29.274
Investimento na data de aquisição (b)	6.701	6.949	6.986	20.636
Ganho por ajuste a valor justo da participação anterior (a - b) (1)	3.074	2.961	2.603	8.638

1) O ganho por ajuste a valor justo da participação anterior foi reconhecido na rubrica "Ajuste a valor justo de investimentos" na Demonstração do Resultado.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	2.957	Circulante	250
Outros ativos circulantes	2.957	Outros passivos circulantes	250
		Não circulante	2.361
Não circulante	40.753	Outros passivos não circulantes	2.361
Ativo imobilizado	33.744		
Direito de uso - arrendamentos	894		
Direito de exploração	6.115		
	Total dos ativos líquidos ao valor justo		41.099

Incorporação das subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A.

Em 24 de janeiro de 2023, a Aneel deliberou pela aprovação da transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas Três Marias e Salto Grande para a Cemig GT. Em 31 de maio de 2023, a incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção das investidas a partir desta data e sucessão, pela Cemig GT, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do Art. 277 da Lei 6.404/1976.

Por se tratar de incorporação de subsidiárias integrais, não houve aumento de capital ou a necessidade de emissão de novas ações da Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os saldos contábeis das incorporadas:

	31/05/2023
ATIVO CIRCULANTE	405.630
Caixa e equivalentes de caixa	138.723
Ativo financeiro da concessão	226.049
Outros ativos	40.858
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.216.484
Ativo financeiro da concessão	2.026.292
Imobilizado	31.192
Intangível	146.628
Outros ativos	12.372
PASSIVO CIRCULANTE	209.965
Imposto de renda e contribuição social	64.562
Outros passivos	145.403
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	63.197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.178
Outros passivos	19.019
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO	2.348.952

A incorporação gera otimização da estrutura societária da Cemig, tendo como resultado redução de custos e geração de eficiência administrativa e financeira.

Desinvestimentos em participações societárias

MESA

Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação, para Furnas Centrais Elétricas S.A, da totalidade de sua participação societária em MESA, direta e indireta, equivalente a 7,53% do Capital Social desta investida, que é controladora da empresa Santo Antônio Energia S.A. pelo valor de R\$55.390.

Com a conclusão da alienação, Furnas se comprometeu a assumir as garantias apresentadas pela Cemig e Cemig GT junto ao BNDES e demais credores, no âmbito dos instrumentos de financiamento da SAE, bem como manter a Cemig e a Cemig GT indenés de qualquer obrigação referente a tais garantias, até que ocorra a efetiva assunção de tais obrigações por Furnas.

Como resultado da alienação, em março de 2023, foi reconhecido um ganho de capital, apurado da seguinte forma:

Controladora e consolidado	
Participação direta:	4,1422%
Participação indireta:	3,3837%
Preço da alienação:	736.000
Participação direta (1):	30.487
Participação indireta (1):	24.904
	55.391
Custo do investimento (1):	-

- (1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de Participações/Holding na nota explicativa nº 5.
- (2) Considerou-se para cálculo o saldo do investimento em 28 de fevereiro de 2023, que representa o último balancete levantado em investida antes da venda, utilizado para escrituração do método da equivalência patrimonial. O saldo do investimento é zero, de maneira que sua baixa não gerou efeitos no resultado, para fins de apuração do ganho de capital da alienação.

O ganho de capital referente à participação direta foi reconhecido no resultado do período em contrapartida à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. O valor dos tributos incidentes sobre esse montante corresponde a R\$10.365, que representa 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL).

O ganho de capital referente à participação indireta foi reconhecido a crédito da conta de equivalência patrimonial, haja vista sua origem na realização da participação detida pelo Fundo Melbourne na SAAG. Devido à venda da participação societária pelo fundo de investimento, que subsiste apenas por questões operacionais necessárias à sua liquidação, o saldo a receber dos fundos foi reconhecido no balanço patrimonial, como instrumento financeiro no grupo “outros ativos”, considerando a iminência do seu recebimento.

A presente alienação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimento da Cemig para, assim, redirecionar os esforços de gestão e a alocação de capital para o Estado de Minas Gerais.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia possuía um recebível registrado no montante de R\$255.918, no balanço patrimonial no grupo de “Outros ativos”. Em 23 de outubro de 2023, a Cemig GT recebeu o montante atualizado de R\$257.273.

Baguari Energia e Retiro Baixo Energética

Operação 1

Em 14 de abril de 2023, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações (CCVA) para a alienação da totalidade da participação detida pela Cemig GT em suas controladas em conjunto Retiro Baixo e Baguari Energia para Furnas Centrais Elétricas, conforme segue:

- (i) Por R\$200,4 milhões, a participação de 49,9% detida pela Companhia no capital social total de Retiro Baixo, que explora a Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 81,1 MW e 34,8 MW de garantia física;
- (ii) Por R\$393 milhões, a participação indireta de 34% detida pela Companhia no Consórcio UHE Baguari, que explora a Usina Hidrelétrica Baguari, situada em Minas Gerais, com potência instalada de 140 MW e 81,9 MW de garantia física, representando 69,39% do capital social total de Baguari Energia.

Em abril de 2023, os ativos foram classificados como mantidos para venda, pelo valor contábil, nos termos do item 15 do CPC 31/ IFRS 15, e, assim, sem efeitos no resultado.

Ativos classificados como mantidos para venda	Valor contábil em 30/04/2023 - R\$ mil	Valor justo líquido das despesas de venda - R\$ mil
Baguari Energia	159.878	392.475
Retiro Baixo	190.547	199.772
Total	350.425	592.247

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Conclusão da alienação de Baguari Energia

Em 6 de outubro de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação para Furnas Centrais Elétricas da totalidade de sua participação societária de 69,39% do capital social da Baguari Energia, o que representa uma participação indireta de 34% da Cemig GT no Consórcio Baguari.

O valor da operação foi de R\$432,8 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R\$393 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R\$11,6 milhões referente ao dividendo recebido em 3 de outubro de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R\$421,2 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	69,39%
Preço de venda total	421.222
Valor do ativo mantido pra venda em 30/09/2023	(159.878)
Ganho de capital societário (1) (a)	261.344
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	248.457
IRPJ e CSLL (b)	(84.475)
Ganho de capital tributário líquido de tributos (1)	163.982
Impacto líquido na Demonstração dos Resultados (a + b)	176.869

- (1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de Participações/Holding na nota explicativa nº 5.
 (2) As despesas com venda representaram o montante de R\$519 e referem-se a serviços de *due diligence* contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

Conclusão da alienação de Retiro Baixo Energética

Em 22 de novembro de 2023, a alienação foi concluída pelo valor de R\$223,4 milhões, composto pelo montante acordado no CCVA de R\$190 milhões acrescido da atualização de 100% do CDI, desde 31 de dezembro de 2022. Desse total, foi deduzido o montante de R\$5,9 milhões referente ao dividendo recebido em 28 de junho de 2023. Assim, o valor recebido na data de fechamento da transação foi de R\$217,5 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em novembro de 2023:

Participação detida pela Cemig GT	49,9%
Preço de venda total	217.511
Valor do ativo mantido pra venda em 30/11/2023	190.547
Ganho de capital societário (1) (a)	26.964
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda (2)	5.800
IRPJ e CSLL (b)	(1.947)
Ganho de capital tributário líquido de tributos (1)	3.853
Efeito líquido na Demonstração dos Resultados (a + b)	25.017

- (1) Os efeitos da alienação estão apresentados no resultado do segmento operacional de Participações/Holding na nota explicativa nº 5.
 (2) As despesas com venda representaram o montante de R\$432 e referem-se a serviços de *due diligence* contábil, fiscal, legal e assessoria jurídica.

Operação 2

Em 30 de maio de 2023, foi celebrado o CCVA para a aquisição da totalidade das ações da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., empresa controlada pela Neoenergia S.A., pelo montante de R\$453,9 milhões, formalizando o direito de preferência exercido pela Baguari Energia.

A Baguari Energia e Baguari I possuem 49% e 51% de participação no Consórcio UHE Baguari, respectivamente.

Com a conclusão da Operação 1, a Cemig GT não faz mais parte do capital social da Baguari Energia e, conseqüentemente, da participação do consórcio UHE Baguari. Assim, a obrigação pelo pagamento da compra de Baguari I pela Baguari Energia será integralmente de Furnas. A Operação 2, portanto, não trará impactos para a Cemig GT.

Essas alienações estão em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de participações minoritárias do Grupo Cemig.

Axxiom

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças (“CCVA”) para alienação de 49,0% de sua participação societária na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) para a Light S.A. (“Light”), que detinha 51,0% de participação remanescente.

Em 17 de abril de 2023, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária no capital social da Axxiom. O valor da operação foi simbólico, de R\$1,00 (um real), com a liquidação de ativos e passivos da Axxiom.

Essa transação está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de ativos não aderentes às atividades principais do Grupo Cemig.

Redução de capital social na controlada em conjunto Guanhães Energia

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 serão destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 serão restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. Assim, o capital social da controlada em conjunto passou de R\$548.626 para R\$313.317. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, já tendo recebido, em janeiro de 2024, o montante de R\$46.476. Essa transação será refletida das demonstrações intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2024.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações financeiras não houve movimentação no processo.

Política contábil

Investimentos em participação societária

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mais-valia, menos-valia ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição.

A mais-valia e a menos-valia representam a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e o valor contábil das participações societárias adquiridas. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores.

Estimativas e julgamentos

Investimentos em participação societária

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Companhia avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando incorridas, são reconhecidas no resultado, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil. O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

Combinação de negócios

Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia são mensurados pelo custo, deduzidos de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill, a mais-valia e a menos-valia adquiridos em combinação de negócios são, a partir da data de aquisição, alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como goodwill o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item “Investimentos em participação societária”.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	247.435	(32.051)	215.384	247.028	(29.140)	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	3.322.524	(2.470.024)	852.500	3.302.646	(2.432.974)	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.094.552	(867.746)	226.806	1.092.227	(859.006)	233.221
Máquinas e equipamentos	2.825.962	(2.078.117)	747.845	2.764.985	(2.059.246)	705.739
Veículos	19.054	(14.541)	4.513	14.970	(13.050)	1.920
Móveis e utensílios	13.698	(11.754)	1.944	13.739	(11.514)	2.225
	7.523.225	(5.474.233)	2.048.992	7.435.595	(5.404.930)	2.030.665
Em curso	1.207.234	-	1.207.234	378.686	-	378.686
Imobilizado líquido	8.730.459	(5.474.233)	3.256.226	7.814.281	(5.404.930)	2.409.351

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(28)	27	55	(26)	29
Máquinas e equipamentos	4.753	(4.697)	56	5.200	(5.124)	76
Móveis e utensílios	724	(704)	20	727	(700)	27
	5.614	(5.429)	185	6.064	(5.850)	214
Em curso	569	-	569	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	6.183	(5.429)	754	7.090	(5.850)	1.240

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Combinação de negócio	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Em serviço								
Terrenos (1)	217.888	-		(653)	(207)	(3.291)	1.647	215.384
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-		(22.300)	(1)	(78.715)	83.844	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.221	-		(4.663)	-	(17.325)	15.573	226.806
Máquinas e equipamentos	705.739	583	70.175	(28.854)	(713)	(69.467)	70.382	747.845
Veículos	1.920	-		-	-	(1.491)	4.084	4.513
Móveis e utensílios	2.225	2	2	-	-	(300)	15	1.944
	2.030.665	585	70.177	(56.470)	(921)	(170.589)	175.545	2.048.992
Em curso	378.686	1.005.112	16	(285)	(750)	-	(175.545)	1.207.234
Imobilizado líquido	2.409.351	1.005.697	70.193	(56.755)	(1.671)	(170.589)	-	3.256.226

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Inclui investimentos realizados na implementação das UFV Boa Esperança e UFV Jusante, nos montantes de R\$368.975 e R\$339.458, respectivamente.

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Combinação de negócio	Baixa	Reversão de baixa (2)	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Em serviço								
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	-	(3.318)	423	217.888
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	-	(81.200)	7.050	869.672
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	-	(17.352)	2.572	233.221
Máquinas e equipamentos (2)	696.925	-	34.919	(12.047)	-	(70.104)	56.046	705.739
Veículos	1.372	-	-	-	-	(512)	1.060	1.920
Móveis e utensílios	2.517	-	4	-	-	(300)	4	2.225
	2.113.420	-	34.923	(12.047)	-	(172.786)	67.155	2.030.665
Em curso	305.849	138.487	-	-	1.505	-	(67.155)	378.686
Imobilizado líquido	2.419.269	138.487	34.923	(12.047)	1.505	(172.786)	-	2.409.351

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Em baixa, inclui o montante de R\$8.612 referente à baixa de dois geradores da controlada Rosal, e R\$3.345 referentes à remensuração da provisão para desmantelamento das controladas Parajuru e Volta do Rio.
 (3) Reversão de baixas de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço							
Terrenos	82	-	82	-	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	31	(2)	29	-	-	(2)	27
Máquinas e equipamentos	238	(162)	76	-	-	(20)	56
Móveis e utensílios	34	(7)	27	-	-	(7)	20
	385	(171)	214	-	-	(29)	185
Em curso	1.026	-	1.026	3	(460)	-	569
Imobilizado líquido	1.411	(171)	1.240	3	(460)	(29)	754

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,10%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Software	20,00
Edificação – Casa de força	2,00	Veículos	14,29
Edificação – Outras	3,33	Equipamento geral de informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina hidráulica	2,50	Edificação – Outras	3,33
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa média anual de Depreciação (%)	2023	2022
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.252	220.096
Depreciação acumulada			(142.391)	(134.524)
Total em operação			77.861	85.572
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	2.395	1.962
Total em construção			2.395	1.962
Total			80.256	87.534

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

17. INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.689	(6.084)	8.605	14.692	(5.405)	9.287
Concessão onerosa	13.599	(9.739)	3.860	13.599	(9.116)	4.483
Ativos de concessão	25.216.886	(10.934.013)	14.282.873	23.813.446	(10.259.144)	13.554.302
Repactuação do risco hidrológico - GSF	1.031.161	(333.569)	697.592	1.031.810	(199.809)	832.001
Outros	139.192	(79.308)	59.884	92.279	(76.838)	15.441
	26.415.527	(11.362.713)	15.052.814	24.965.826	(10.550.312)	14.415.514
Em curso	196.166	-	196.166	206.339	-	206.339
Intangível líquido	26.611.693	(11.362.713)	15.248.980	25.172.165	(10.550.312)	14.621.853

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.589	(13.557)	32	13.564	(13.136)	428
Outros	17	(17)	-	17	(17)	-
	13.606	(13.574)	32	13.581	(13.153)	428
Em curso	118	-	118	119	-	119
Intangível líquido	13.724	(13.574)	150	13.700	(13.153)	547

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa - Ativo classificado como mantido para venda	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2023
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	9.287	-	(3)	-	(679)	-	8.605
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	(623)	-	3.860
Ativos de concessão	13.554.302	2.945	-	(81.698)	(913.797)	1.721.121	14.282.873
Repactuação do risco hidrológico - GSF	832.001	-	(471)	-	(133.938)	-	697.592
Outros	15.441	26.273	-	(9.781)	(5.685)	33.636	59.884
	14.415.514	29.218	(474)	(91.479)	(1.054.722)	1.754.757	15.052.814
Em curso	206.339	158.431	(583)	(3.424)	-	(164.597)	196.166
Intangível líquido	14.621.853	187.649	(1.057)	(94.903)	(1.054.722)	1.590.160	15.248.980

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 31/12/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(679)	-	9.287
Concessão onerosa	5.106	-	-	(623)	-	4.483
Ativos de concessão	11.806.704	(489)	(57.369)	(817.043)	2.622.499	13.554.302
Repactuação do risco hidrológico - GSF	966.065	-	-	(134.064)	-	832.001
Outros	4.493	13.422	-	(2.994)	520	15.441
	12.792.334	12.933	(57.369)	(955.403)	2.623.019	14.415.514
Em curso	160.983	106.182	(6)	-	(60.820)	206.339
Intangível líquido	12.953.317	119.115	(57.375)	(955.403)	2.562.199	14.621.853

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$1.590.160 em 2023 (R\$2.448.389 em 2022).

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Em serviço					
Direito de uso de softwares	428	-	(428)	32	32
	428	-	(428)	32	32
Em curso	119	31	-	(32)	118
Intangível líquido	547	31	(428)	-	150

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Em serviço				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(863)	428
	1.291	-	(863)	428
Em curso	89	30	-	119
Intangível líquido	1.380	30	(863)	547

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

As principais taxas anuais de amortização encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Processamento de Dados	20,00
		Móveis	10,00

A taxa média de amortização da Companhia é de 4,01%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
7,03%	8,81%	3,33%	3,90%	16,26%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Em 21 de dezembro de 2023, a Companhia encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº 2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Companhia, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia e suas subsidiárias, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.

As instalações UHE Santa Luzia, UHE Jacutinga, UHE Salto Voltão, UHE Salto do Passo Velho, UHE Xicão e UHE Pissarrão também obtiveram a licença de operação, contudo, não foram constituídas provisões para os gastos com as condicionantes ambientais, uma vez que essas usinas estão classificadas como ativo mantido para venda.

Adicionalmente, as instalações UHE Luiz Dias e UHE Salto Moraes também obtiveram as licenças de operação. Os gastos relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos estão sendo levantados e estimados para provisionamento.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Atividade de distribuição de energia elétrica e gás

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12.

Concessão onerosa

As informações sobre as concessões onerosas estão apresentadas na nota explicativa nº 2.

Estimativas e julgamentos

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

18. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos nos termos do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2022 (1)		
Até 5 anos	6,48	0,53
De 6 a 10 anos	6,59	0,54
De 11 a 15 anos	6,64	0,54
De 16 a 30 anos	6,65	0,54
Contratos celebrados em 2023 (1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58

(1) A companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.567	34.026	225.593
Amortização (1)	(14.484)	(40.052)	(54.536)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	5.076	-	5.076
Baixa (contratos encerrados)	(8.831)	(779)	(9.610)
Adição	24.296	116.915	141.211
Remensuração (2)	16.021	5.322	21.343
Saldos em 31 de dezembro de 2022	213.645	115.432	329.077
Amortização (1)	(12.489)	(36.993)	(49.482)
Direito de uso adquirido na combinação de negócios	7.775	-	7.775
Baixa (contratos encerrados)	(7.579)	(4.969)	(12.548)
Adição	31.127	24.043	55.170
Remensuração (2)	12.716	55.161	67.877
Saldos em 31 de dezembro de 2023	245.195	152.674	397.869

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$719 em 2023 (R\$641 em 2022). A taxa anual média ponderada de amortização é 4,16% para Imóveis e 26,41% para Veículos.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.050
Amortização (1)	(88)
Remensuração (2)	189
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.151
Amortização (1)	(93)
Baixa (contratos encerrados)	(73)
Remensuração	107
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.092

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$7 em 2023 (R\$7 em 2022). A taxa anual média ponderada de amortização é 4,56% para Imóveis.
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	244.023	2.252
Adição	141.211	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	4.917	-
Juros incorridos (1)	28.668	286
Arrendamentos pagos	(65.677)	(282)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.695)	(19)
Baixa (contratos encerrados)	(16.157)	-
Remensuração (2)	21.343	189
Saldos em 31 de dezembro de 2022	354.633	2.426
Adição	55.170	-
Passivo de arrendamento recebido na combinação de negócios	3.152	-
Juros incorridos (1)	37.718	301
Arrendamentos pagos	(66.634)	(299)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5.207)	(21)
Baixa (contratos encerrados)	(13.773)	(85)
Remensuração (2)	67.877	107
Saldos em 31 de dezembro de 2023	432.936	2.429
Passivo circulante	78.532	303
Passivo não circulante	354.404	2.126

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.948 e R\$23 em 2023 (R\$1.833 e R\$21 em 2023), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	887.575	432.936	7.136	2.429
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	58.967	21.319	660	225

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2024	79.647	324
2025	89.709	324
2026	78.907	324
2027	66.959	324
2028	34.349	324
2029 a 2048	538.004	5.516
Valores não descontados	887.575	7.136
Juros embutidos	(454.639)	(4.707)
Passivo de arrendamento	432.936	2.429

Política contábil

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	1.249.667	1.162.009	311.792	151.715
Energia de curto prazo - CCEE	134.636	110.075	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	246.386	206.759	95	95
Itaipu binacional	239.780	273.618	-	-
Gás comprado para revenda	204.369	277.750	-	-
Materiais e serviços	941.858	801.838	5.836	546
Total	3.016.696	2.832.049	317.723	152.356

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 31.

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
ICMS	113.312	107.523	18.540	15.318
Cofins (1)	224.843	199.179	37.157	28.128
PIS/Pasep (1)	48.773	43.214	8.200	6.084
INSS	53.633	43.870	2.629	2.011
Outros (2)	203.062	150.360	123.961	88.062
	643.623	544.146	190.487	139.603
Não circulante				
Cofins (1)	297.404	304.057	-	-
PIS/Pasep (1)	64.569	66.111	-	-
	361.973	370.168	-	-
	1.005.596	914.314	190.487	139.603
Valores a restituir a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	513.225	1.154.798	-	-
ICMS (3)	340.800	340.800	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	664.275	1.808.074	-	-
	1.518.300	3.303.672	-	-

- (1) Incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2023 inclui as retenções na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 14 de dezembro de 2023, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2024, em conformidade à legislação tributária.
- (3) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Ainda estão pendentes de definição os montantes a serem devolvidos bem como a forma de devolução, vez que o tema vem sendo discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195 do Distrito Federal, bem como junto à Sefaz/MG pela Cemig. Neste sentido, o valor provisionado pela Companhia não sofreu qualquer alteração no período em função desta indefinição. Ademais, a Companhia registrou um ativo referente ao ICMS a recuperar frente ao Estado de Minas Gerais na mesma proporção, que também não sofreu qualquer alteração.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam os valores de R\$1.014.384 (R\$2.786.998 em 31 de dezembro de 2022) e R\$163.116 (R\$175.874 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. Os critérios para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins da Gasmig aos consumidores ainda serão objeto de discussões junto à Secretaria de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Em decorrência da fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, com o objetivo de auditar o crédito habilitado pela Cemig D, foi constatada uma redução de R\$66.681 no crédito total, dos quais R\$23.223 correspondem ao crédito original. Essa redução foi registrada tanto no ativo quanto no passivo, resultando na diminuição equivalente do valor a ser restituído aos consumidores.

Movimentação dos valores a restituir a consumidores

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.962.872
ICMS a restituir	340.800
Restituição aos consumidores	(2.360.056)
Complemento dos créditos tributários - Lei 14.385/2022	1.479.010
Atualização financeira - Selic	881.046
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.303.672
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira - Selic	189.967
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.518.300

Já foi restituído, pela Cemig D, o montante de R\$5.852.029 até 31 de dezembro de 2023 (R\$3.224.893 até 31 de dezembro de 2022).

21. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				31/12/2023			31/12/2022
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	U\$\$	1.856.920	-	1.856.920	3.974.971
(-) Custos de transação				(1.032)	-	(1.032)	(5.743)
(±) Recursos antecipados (2)				(1.795)	-	(1.795)	(9.423)
Dívida em moeda estrangeira				1.854.093	-	1.854.093	3.959.805
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (3)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	-	-	-	2.380
Dívida em moeda nacional				-	-	-	2.380
Total de empréstimos				1.854.093	-	1.854.093	3.962.185
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	330.746	304.242	634.988	911.878
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R\$	271.109	-	271.109	814.697
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.794	1.945.316	1.948.110	1.864.547
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)	2027	CDI + 1,35%	R\$	2.212	500.000	502.212	503.095
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	1.238	528.830	530.068	507.408
Debêntures - 9ª Emissão - Série Única	2026	CDI + 2,05%	R\$	32.032	2.000.000	2.032.032	-
Debêntures - 7ª emissão - Série única (4)	2023	CDI + 1,50%	R\$	-	-	-	20.023
Debêntures - 8ª emissão - Série única (4)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	134.236	958.465	1.092.701	1.043.943
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série (1)	2027	CDI + 1,33%	R\$	3.092	700.000	703.092	703.185
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série (1)	2029	IPCA + 7,63%	R\$	828	315.122	315.950	302.216
(-) Desconto na emissão de debêntures (5)				-	(8.692)	(8.692)	(12.048)
(-) Custos de Transação				(2.672)	(41.852)	(44.524)	(41.631)
Total de debêntures				775.615	7.201.431	7.977.046	6.617.313
Total geral consolidado				2.629.708	7.201.431	9.831.139	10.579.498

- (1) Cemig Geração e Transmissão;
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (3) Cemig Distribuição;
- (4) Debêntures emitidas pela Gasmig.
- (5) Desconto no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Emissão de debêntures - 2023

Em 6 de junho de 2023, a Cemig D concluiu todos os procedimentos relacionados à liquidação financeira da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública sob o rito de regime automático de distribuição, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram emitidas 2 milhões de debêntures, perfazendo o valor total de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), à taxa de remuneração de CDI + 2,05% com vencimento em 3 anos. O saldo do valor nominal unitário das debêntures será pago em 2 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento (50% do saldo) em 15 de maio de 2025 e o segundo, do saldo remanescente, em 15 de maio de 2026, data do vencimento principal. Os recursos captados serão destinados à recomposição de caixa da Cemig D, compreendendo, mas não se limitando, à operação da Cemig D e aos investimentos realizados.

Financiadores	Data de entrada	Vencimento Principal	Encargos financeiros	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 9ª Emissão Série Única	Junho de 2023	2026	CDI + 2,05%	2.000.000
(-) Custos de transação				(12.057)
Total de captações				1.987.943

A agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à Emissão.

Recompra parcial dos Eurobonds

Em 20 de dezembro de 2023, a Cemig GT concluiu o resgate antecipado parcial sem pagamento de prêmio, por meio do exercício de opção de compra (“call”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em dezembro de 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de US\$375 milhões (R\$1.823.400).

Desta maneira, o saldo devedor dos títulos, com vencimento em dezembro de 2024, passa a ser de US\$381 milhões (R\$1.856.920 em 31 de dezembro de 2023).

Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados à recompra dos bonds:

	%	US\$	R\$
Valor principal	100,00	375.000	1.823.400
Juros provisionados	0,41	1.542	7.496
		376.542	1.830.896
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	272	1.344
		272	1.344
Total de pagamentos		376.814	1.832.240
Desfazimento parcial do hedge		-	(282.950)
Ajuste negativo da NDF (*)		-	117.305
Total		376.814	1.666.595

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$4,9091) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em abril/23 na cotação de R\$5,1110 e diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$4,8663) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar em dezembro/23 na cotação de R\$4,9675.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e debêntures, em 31 de dezembro de 2023, é garantido da seguinte forma:

	31/12/2023
Nota promissória, aval e fiança	2.488.955
Aval e recebíveis	2.207.947
Fiança	4.058.813
Sem garantia	1.075.424
Total	9.831.139

Composição e movimentação consolidada de empréstimos e debêntures

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 2,8 anos. A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano (1)	1.856.920	-	-	-	-	-	1.856.920
Total por moedas	1.856.920	-	-	-	-	-	1.856.920
Indexadores							
IPCA (2)	469.842	1.396.707	1.098.772	132.420	403.140	1.020.936	4.521.817
CDI (4)	308.445	1.233.334	1.233.333	733.333	-	-	3.508.445
Total por indexadores	778.287	2.630.041	2.332.105	865.753	403.140	1.020.936	8.030.262
(-) Custos de transação	(3.704)	(9.241)	(9.282)	(3.976)	(6.510)	(12.843)	(45.556)
(±) Recursos antecipados	(1.795)	-	-	-	-	-	(1.795)
(-) Desconto	-	(4.199)	(4.199)	-	(147)	(147)	(8.692)
Total geral	2.629.708	2.616.601	2.318.624	861.777	396.483	1.007.946	9.831.139

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)	Indexador	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)	Variação acumulada no exercício de 2022 (%)
Dólar Norte-Americano	(6,50)	(6,50)	IPCA	4,62	5,79
			CDI	13,04	12,39
			TJLP	(9,03)	35,34

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.363.963
Empréstimos obtidos	2.000.000
Custos de transação	(18.235)
Deságio na emissão de debêntures	(375)
Empréstimos obtidos líquidos	1.981.390
Variação monetária	166.910
Variação cambial	(338.265)
Encargos financeiros provisionados	974.732
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds)	46.763
Amortização do custo de transação	7.422
Encargos financeiros pagos	(1.010.077)
Amortização de empréstimos	(2.613.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.579.498
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Empréstimos obtidos líquidos	1.987.943
Variação monetária	148.404
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	1.082.722
Amortização do custo de transação	13.908
Encargos financeiros pagos	(1.026.146)
Amortização de empréstimos	(2.678.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.831.139

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos e debêntures.

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2023	2022
Encargos de empréstimos e debêntures	1.082.722	974.732
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato (1)	(69.839)	(46.553)
Efeito líquido no resultado	1.012.883	928.179

(1) A taxa média de capitalização era de 11,75% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (11,36% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / Lajida ajustado para o Covenant (3)	Igual ou inferior a 2,5	Igual ou inferior a 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª e 8ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (2)	Lajida/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/Lajida	Igual ou menor que 3,0	-	Anual
9ª emissão de debêntures 1ª a e 2ª séries Cemig GT (3)	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 de 31/12/2022 em diante Igual ou inferior a 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual
9ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2023 em diante	Semestral e anual

- (1) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (2) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (3) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Cemig GT do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”, opções de moeda e NDF) contratados para proteção do serviço associado à dívida com *Eurobonds* (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Reserva global de reversão	28.156	28.245
Conta de desenvolvimento energético	133.150	127.370
Taxa de fiscalização da Aneel	3.155	2.890
Eficiência energética (1)	187.177	220.802
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	149.932	125.864
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	4.613	4.049
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico - FNDCT (a)	9.241	8.114
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfra	9.488	10.291
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	11.024	10.424
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
CDE sobre P&D	2.914	2.551
CDE sobre PEE	7.785	4.041
Outros	4.625	4.625
Total	577.601	575.607
Passivo circulante	487.241	510.247
Passivo não circulante	90.360	65.360

(1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos é conforme segue:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	Saldo em 31/12/2023
FNDCT	8.114	63.312	(62.185)	-	-	9.241
MME	4.049	31.653	(31.089)	-	-	4.613
P&D (1)	125.864	40.217	-	(32.059)	15.910	149.932
Total	138.027	135.182	(93.274)	(32.059)	15.910	163.786

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Recolhimentos	Investimentos	Atualização financeira	Saldo em 31/12/2022
FNDCT	8.759	49.215	(49.860)	-	-	8.114
MME	4.377	24.600	(24.928)	-	-	4.049
P&D (1)	112.267	33.403	-	(32.147)	12.341	125.864
Total	125.403	107.218	(74.788)	(32.147)	12.341	138.027

(1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$5.761 em 31 de dezembro de 2023 e R\$1.680 em 31 de dezembro de 2022.

23. CONTAS A PAGAR RELACIONADO A ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) consiste em um sistema no qual a energia elétrica injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e, posteriormente, compensada como consumo de energia elétrica.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a compensar mensurado pela tarifa de energia da distribuição, vigente.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado no passivo circulante era de R\$704.653 (R\$455.273 em 31 de dezembro de 2022). Esse aumento decorre, principalmente, do aumento do número de instalações geradoras (249.241 em dezembro de 2023, comparada a 191.153 em dezembro de 2022) e do aumento na quantidade de energia injetada (4.720 GWh no exercício de 2023, comparado a 3.041 GWh no exercício de 2022).

24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um Plano de Saúde Integrado (PSI) e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano de saúde e odontológico

A partir de dezembro de 2022, a Cemig Saúde passou a ofertar um novo plano de saúde, denominado Plano Premium, o qual foi ofertado, de forma facultativa ao PSI, a todos empregados ativos da Cemig e integralmente custeado pela Companhia. Em contrapartida ao custeio integral pela Companhia, os empregados que fizessem a adesão ao novo plano deixariam de ter a contribuição da Cemig para o custeio do plano de saúde no período de aposentadoria. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 31 de janeiro de 2023 e, até a citada data, houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium, reduzindo o número de empregados cobertos pelo PSI.

À luz do IAS 19 / CPC 33 (R1), tal situação é um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos pós-emprego para a data base de 31 de março de 2023. Os efeitos do encurtamento do plano foram reconhecidos no resultado, no primeiro trimestre de 2023, como custo do serviço passado, no montante de R\$55.489 para o plano de saúde e de R\$1.473 para o plano odontológico.

Vale ressaltar que o evento de encurtamento apurado para o primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$60.274 para o plano de saúde e de R\$934 para o plano odontológico.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19, e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2023.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017.

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$343.561, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$ 177.337. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$520.898 (R\$545.196 em 31 de dezembro de 2022, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Mai de 2021	Abril de 2022	Em processo
Montante total solicitado pela Forluz	R\$160.425	R\$251.644	R\$669.711
Montante considerando a paridade contributiva	R\$80.213	R\$125.822	R\$334.856
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R\$ 26.942	R\$ 25.908	R\$ 20.268

Em relação ao equacionamento do déficit de 2019, a Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, no consolidado.

Em 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$90.293 (R\$251.401 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2023
Valor presente das obrigações	12.215.508	3.005.748	54.306	15.275.562
Valor justo dos ativos do plano	(9.882.163)	-	-	(9.882.163)
Passivo líquido inicial	2.333.345	3.005.748	54.306	5.393.399
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	23.197	-	-	23.197
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	2.356.542	3.005.748	54.306	5.416.596

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total em 31/12/2022
Valor presente das obrigações	11.403.598	3.313.138	61.225	14.777.961
Valor justo dos ativos do plano	(9.197.775)	-	-	(9.197.775)
Passivo líquido inicial	2.205.823	3.313.138	61.225	5.580.186
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	111.799	-	-	111.799
Passivo líquido no Balanço Patrimonial	2.317.622	3.313.138	61.225	5.691.985

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	12.025.817	3.468.504	66.017	15.560.338
Custo do serviço corrente	1.882	15.873	375	18.130
Custo do serviço passado (1)	(4.296)	-	-	(4.296)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.224.041	362.118	6.892	1.593.051
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(7.156)	(1.298)	92	(8.362)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(856.672)	(305.209)	(5.515)	(1.167.396)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	105.557	(20.474)	(3.020)	82.063
	(758.271)	(326.981)	(8.443)	(1.093.695)
Benefícios pagos	(1.085.575)	(206.376)	(3.616)	(1.295.567)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	11.403.598	3.313.138	61.225	14.777.961
Custo do serviço corrente	274	11.066	260	11.600
Custo do serviço passado (2)	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	370.053	6.811	1.652.472
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	26.086	503	26.589
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	753.752	231.870	4.351	989.973
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(124.997)	(672.500)	(13.558)	(811.055)
	628.755	(414.544)	(8.704)	205.507
Benefícios pagos	(1.092.727)	(218.476)	(3.813)	(1.315.016)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	12.215.508	3.005.748	54.306	15.275.562

- (1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.
- (2) Referentes às alterações nas condições do Plano B para requerimento da Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial ou por Idade – MAT.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	9.377.896
Retorno real dos investimentos	633.480
Contribuições do empregador	271.974
Benefícios pagos	(1.085.575)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	9.197.775
Retorno real dos investimentos	1.464.379
Contribuições do empregador	312.736
Benefícios pagos	(1.092.727)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	9.882.163

Movimentação do passivo líquido

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	2.670.153	3.468.504	66.017	6.204.674
Despesa reconhecida no resultado	284.818	377.991	7.268	670.077
Custo do serviço passado	(4.296)	-	-	(4.296)
Contribuições pagas	(271.974)	(206.376)	(3.614)	(481.964)
Perdas (ganhos) atuariais	(361.080)	(326.981)	(8.445)	(696.506)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	2.317.621	3.313.138	61.226	5.691.985
Despesa reconhecida no resultado	279.644	381.119	7.071	667.834
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.474)	(56.963)
Contribuições pagas	(312.736)	(218.476)	(3.813)	(535.025)
Perdas (ganhos) atuariais	72.013	(414.544)	(8.704)	(351.235)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	2.356.542	3.005.748	54.306	5.416.596
			31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			328.621	388.447
Passivo não circulante			5.087.975	5.303.538

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	498.434	220.585	5.047	724.066
Despesa reconhecida no resultado	53.247	23.615	546	77.408
Custo do serviço passado	(453)	-	-	(453)
Contribuições pagas	(13.385)	(11.705)	(217)	(25.307)
Perdas (ganhos) atuariais	(78.697)	(25.773)	(703)	(105.173)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	459.146	206.722	4.673	670.541
Despesa reconhecida no resultado	55.435	23.222	524	79.181
Custo do serviço passado	-	(2.075)	(74)	(2.149)
Contribuições pagas	(16.551)	(12.210)	(226)	(28.987)
Perdas (ganhos) atuariais	(8.070)	(26.309)	(565)	(34.944)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	489.960	189.350	4.332	683.642
			31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			26.204	29.166
Passivo não circulante			657.438	641.375

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$591.012 em 2023 (R\$626.028 em 2022), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$19.859 em 2023 (R\$39.753 em 2022).

Valores reconhecidos na demonstração de resultado

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	274	11.066	260	11.600
Custo do serviço passado	-	(55.489)	(1.473)	(56.962)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.275.608	370.053	6.811	1.652.472
Rendimento sobre os ativos do plano	(1.003.765)	-	-	(1.003.765)
Despesa total em 2023	272.117	325.630	5.598	603.345

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.882	15.873	375	18.130
Custo do serviço passado	(4.296)	-	-	(4.296)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.224.041	362.118	6.892	1.593.051
Rendimento sobre os ativos do plano	(941.105)	-	-	(941.105)
Despesa total em 2022	280.522	377.991	7.267	665.780

Estimativas para o exercício seguinte e análise de sensibilidade

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	1.258	6.425	128	7.811
Juros sobre a obrigação atuarial	1.054.715	262.446	4.723	1.321.884
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(842.021)	-	-	(842.021)
Estimativa da despesa total em 2024 conforme laudo atuarial	213.952	268.871	4.851	487.674

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2024 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	1.123.623	219.078	4.340	1.347.041

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2023 no montante de R\$185.720 para amortização de déficit do Plano A e de R\$84.485 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023:

Efeitos na obrigação de benefício definido - Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	340.887	60.732	1.114	402.733
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(310.786)	(61.752)	(1.132)	(373.670)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.139.705	341.982	6.138	1.487.825
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(974.573)	(309.695)	(5.562)	(1.289.830)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,38	10,26	9,92	9,79

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2023	2022
Ações e títulos de renda variável	1.339.210	593.240
Títulos de renda fixa	7.474.687	7.072.136
Imóveis	439.779	449.738
Outros	628.487	1.082.662
Total	9.882.163	9.197.776

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

	2023	2022	2021
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	95.536	136.672	302.451
Ações emitidas pela Companhia	3.776	3.437	386
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	275.000	270.000	277.368
Total	374.312	410.109	580.205

Principais premissas atuariais

	2023		2022	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,03%	9,07%	11,73%	11,83%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,03%	Não aplicável	11,73%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	5,31%	5,31%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	5,31%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Álvaro Vindas Desagravo 30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	1%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado				31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	
Trabalhistas	414.809	146.659	(26.445)	(103.104)	431.919
Cíveis					
Relações de consumo	41.208	65.794	(10.449)	(51.806)	44.747
Outras ações cíveis	36.296	24.151	(1.395)	(19.150)	39.902
	77.504	89.945	(11.844)	(70.956)	84.649
Tributárias	1.474.690	147.190	(2.338)	(1.167)	1.618.375
Regulatórias	47.493	8.552	(387)	(3.775)	51.883
Outras	14.525	18.198	(9.506)	(10.130)	13.087
Total	2.029.021	410.544	(50.520)	(189.132)	2.199.913

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	403.934	123.937	(26.206)	(86.856)	414.809
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	44.270	(14)	(35.283)	41.208
Outras ações cíveis	38.548	13.845	(3.439)	(12.658)	36.296
	70.783	58.115	(3.453)	(47.941)	77.504
Tributárias	1.295.661	332.488	(150.126)	(3.333)	1.474.690
Regulatórias	47.842	11.521	(4.797)	(7.073)	47.493
Outras	70.752	57.251	(56.853)	(56.625)	14.525
Total	1.888.972	583.312	(241.435)	(201.828)	2.029.021

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2023
Trabalhistas	40.743	16.020	(12.182)	(16.020)	28.561
Cíveis					
Relações de consumo	4.527	628	(1.855)	(629)	2.671
Outras ações cíveis	3.609	1.170	(1.395)	(1.170)	2.214
	8.136	1.798	(3.250)	(1.799)	4.885
Tributárias	221.494	22.051	(182)	(278)	243.085
Regulatórias	8.462	1.906	(73)	(78)	10.217
Outras	306	611	(105)	(608)	204
Total	279.141	42.386	(15.792)	(18.783)	286.952

	Controladora				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2022
Trabalhistas	43.075	13.137	(2.332)	(13.137)	40.743
Cíveis					
Relações de consumo	1.220	3.527	(7)	(213)	4.527
Outras ações cíveis	2.421	2.989	-	(1.801)	3.609
	3.641	6.516	(7)	(2.014)	8.136
Tributárias	177.722	91.278	(45.165)	(2.341)	221.494
Regulatórias	11.166	4.166	(2.735)	(4.135)	8.462
Outras	1.391	495	(1.151)	(429)	306
Total	236.995	115.592	(51.390)	(22.056)	279.141

Há ações judiciais cuja expectativa de desembolso de caixa é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, que as avaliaram com chances possíveis de obter êxito, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Perda Possível			
	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	1.363.150	1.198.657	156.373	118.024
Cíveis				
Relações de consumo	345.977	230.919	7.874	8.839
Outras ações cíveis	613.360	537.197	42.344	35.989
	959.337	768.116	50.218	44.828
Tributárias	2.473.747	2.149.475	598.753	470.980
Regulatórias	3.145.037	2.976.485	1.573.473	1.432.717
Outras	1.839.500	1.361.004	16.338	10.441
Total	9.780.771	8.453.737	2.395.155	2.076.990

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja paga em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de R\$367.613 (R\$276.265 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$23.643 (R\$22.664 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$186.319 (R\$94.324 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$2.222 foram provisionados (R\$3.525 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de R\$1.788.565 (R\$1.639.980 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$1.448.875 (R\$1.311.148 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R\$319.341 (R\$305.427 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$142.338 (R\$136.131 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$147.818 (R\$164.014 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$1.297 (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN). A probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de R\$147.597 (R\$124.621 em 31 de dezembro de 2022). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de R\$273.786 (R\$255.792 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$587.338 (R\$517.199 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou seis autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$222.713 (R\$182.058 em 31 de dezembro de 2022). Em julho de 2021, a Gasmig impetrou ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais. Os autos de infração ficam suspensos até julgamento do mérito da ação.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no montante de R\$81.894 (R\$67.852 em 31 de dezembro de 2022). O montante das contingências é de R\$73.983 (R\$66.693 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfra e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$199.762 (R\$179.848 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de R\$1.795.067 (R\$1.613.466 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$431.918 foram provisionados (R\$414.809 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$287.497 (R\$272.127 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$44.747 (R\$41.208 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Interrupções de energia

A promotoria de justiça de Uberlândia ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia, em decorrência de recorrentes interrupções de energia no município. O montante da contingência por danos morais coletivos é de R\$103.227 em 31 de dezembro de 2023. A probabilidade de perda foi classificada como possível, uma vez que o processo está na fase inicial, ainda em elaboração da defesa da Companhia.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$653.262 (R\$573.493 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$39.902 (R\$36.296 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; e (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$589.318 (R\$322.910 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$25.601 (R\$24.996 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Majoração tarifária – Plano Cruzado

A Companhia e suas controladas são rés de ações que questionam a respeito do aumento tarifário autorizado pelas Portarias DNAEE 38/86 e 45/86, ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. Por conseguinte, os autores requerem a restituição dos valores pagos a maior no período em questão, uma vez que a ilegalidade do aumento das tarifas foi pacificada pelo STJ, no tema Repetitivo 319. Atualmente, a maioria dos processos dessa discussão encontram-se em fase de apuração dos valores a serem restituídos. Tendo em vista disso, o montante da contingência é estimado em R\$65.553 (R\$52.721 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$26.282 (R\$22.497 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.581.585 (R\$1.432.813 em 31 de dezembro de 2022), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor de R\$594.151 (R\$506.742 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos clientes da Companhia instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Companhia foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Companhia passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Companhia deverá restituir a diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$234.466. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. Em julho de 2023, após o regular tramite do processo, o pedido do MPF foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado.

Penalidade administrativa

A Companhia e sua controlada ajuizaram ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$131.846 (R\$108.403 em 31 de dezembro de 2022) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$148.656 (R\$136.795 em 31 de dezembro de 2022).

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$511.371 (R\$433.911 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$12.934 foram provisionados (R\$5.912 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Quebra de contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. Em outubro de 2022, o juiz autorizou a parte contrária a levantar o valor depositado de R\$37.792, convertendo-o em pagamento de condenação. Em fevereiro de 2023, foi realizado o pagamento do montante de R\$7.272, referentes às questões residuais do processo, sendo encerrada a discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$515.381 (R\$470.248 em 31 de dezembro de 2022) dos quais R\$154 (R\$141 em 31 de dezembro de 2022) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$245.929 (R\$223.395 em 31 de dezembro de 2022). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$127.048 (R\$102.760 em 31 de dezembro de 2022) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicita que a Companhia remova e reassente os moradores que se encontram dentro do raio da faixa de segurança das linhas de alta tensão existentes na região. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$129.856 em 31 de dezembro de 2023 (R\$25.252 em 31 de dezembro de 2022).

Geração eólica da Central Eólica Volta do Rio

A Companhia e sua controlada Central Eólica Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da Central Eólica Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Central Eólica Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Companhia apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R\$174.347, em 31 de dezembro de 2023, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$11.006.853, representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais, subscritas e integralizadas, ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações em 31/12/2023					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
FIA Dinâmica Energia S/A	233.004.992	31,66	116.951.354	7,98	349.956.346	15,90
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
PZENA	-	-	73.283.989	5,00	73.283.989	3,33
BlackRock	-	-	217.550.174	14,84	217.550.174	9,88
Outros						
No País	29.160.676	3,97	101.717.633	6,95	130.878.309	5,94
No Exterior	16.642.870	2,26	956.002.829	65,23	972.645.699	44,18
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

	Quantidade de ações em 31/12/2022					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	21.880.950	1,49	21.910.971	1,00
FIA Dinâmica Energia S/A	233.625.046	31,75	118.771.654	8,10	352.396.700	16,01
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	218.212.381	14,89	218.212.381	9,91
Outros						
No País	26.546.632	3,61	178.219.966	12,16	204.766.598	9,30
No Exterior	18.606.839	2,53	928.421.028	63,36	947.027.867	43,01
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Resultado por ação

O número de ações utilizado no cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	2023	2022
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias em circulação	735.847.522	735.847.522
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais em circulação	1.464.677.002	1.464.677.002
Total	2.200.524.524	2.200.524.524

Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico e diluído por ação é como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do período	5.764.273	4.092.313
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	2.079.718	1.485.927
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	1.756.982	1.237.916
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	3.836.700	2.723.843
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	1.044.859	746.536
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	882.714	621.934
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	1.927.573	1.368.470
Resultado básico e diluído por ação preferencial (A/número de ações)	2,62	1,86
Resultado básico e diluído por ação ordinária (B/número de ações)	2,62	1,86

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no exercício de 2023 e 2022 foram de R\$2,62 e R\$1,86, respectivamente, calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia.

c) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria Executiva, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2023	2022
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	7.327.615	7.327.615
	7.327.615	7.327.615
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	732.762	732.762
Valor do patrimônio líquido	24.649.235	21.777.356
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	16.406.531	14.495.008
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	492.196	434.850
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	732.762	732.762
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício	5.764.273	4.092.313
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	2.882.137	2.046.157
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	242.440	186.306
	3.124.577	2.232.463
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	2.591.459	1.983.650
Dividendos ordinários	533.118	248.813
	3.124.577	2.232.463
Total dos dividendos para ações preferenciais	2.079.718	1.485.927
Total dos dividendos para ações ordinárias	1.044.859	746.536
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,42	1,01
Dividendos propostos - ON	1,42	1,01
Dividendos propostos – PN	1,42	1,01

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.909.050	1.911.250
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	2.232.463	2.232.463
Dividendos propostos – Participação de não controladores	1.498	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(186.306)	(186.306)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.093.907)	(2.096.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.862.798	1.860.681
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.124.577	3.124.577
Dividendos propostos – Participação de não controladores	2.514	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(242.440)	(242.440)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.823.019)	(1.820.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.924.430	2.922.593

e) Juros sobre o capital próprio (JCP)

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre capital próprio – JCP, conforme a seguir:

Data de declaração	Acionistas que fazem jus (1)	Montante	Retenção de imposto de renda
22/03/2023	27/03/2023	424.226	(40.498)
20/06/2023	23/06/2023	426.698	(39.908)
20/09/2023	25/09/2023	417.974	(38.942)
14/12/2023	21/12/2023	1.322.561	(123.092)
		2.591.459	(242.440)

(1) Fazem jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas nas datas informadas.

O valor de imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCPs ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo, nos termos da legislação em vigor.

f) Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2024, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2023, no montante de R\$5.764.273, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$6.217, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$834.603, seja dada a seguinte destinação:

- R\$288.214 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$3.124.577 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2024 e a segunda até 30 de dezembro de 2024, conforme segue:
 - R\$2.591.459 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 2023;
 - R\$533.118 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
- R\$2.295.105 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2024, conforme orçamento de capital;

- R\$62.594 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2022 e a nova constituição de reserva em 2023 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2024.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(236.558)	(259.621)
Controladas e controladas em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.834.512)	(2.043.265)
Custo atribuído de imobilizado	421.270	427.487
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	1.363	996
	(1.411.517)	(1.614.420)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.648.075)	(1.874.041)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

O evento de encurtamento apurado no primeiro trimestre de 2023 afetou as premissas atuariais, no sentido de alterar as taxas de desconto aplicadas aos planos. Como a nova taxa de desconto foi maior, houve uma redução do passivo e, portanto, um ganho atuarial de R\$60.274 para o plano de saúde e de R\$934 para o plano odontológico.

h) Reservas

Reservas de capital

	31/12/2023	31/12/2022
Doações e subvenções para investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na emissão de ações	394.448	394.448
Correção monetária do capital	7	7
Ações em tesouraria	(1.362)	(1.362)
Total	2.249.721	2.249.721

A reserva de doações e subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As ações em tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR (“Fundo de Investimentos do Nordeste”), de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE (“Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”), em função de incentivo fiscal.

Reservas de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	1.674.667	1.386.453
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	8.841.537	6.546.432
Reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Reserva de incentivos fiscais	212.868	150.274
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos	1.419.846	1.419.846
Total	13.040.736	10.394.823

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de lucros a realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Em 2023, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$4.836.338, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$732.762, conforme descrito em mais detalhes na letra “d” desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

A reserva de lucros a realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2022 e a nova constituição de reserva em 2023 de mesmo valor.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de incentivos fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$62.594 (R\$26.193 em 31 de dezembro de 2022), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos

	2023
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

A Administração da Companhia, face às exigibilidades de caixa previstas para o próximo exercício, onde serão necessários dispêndios relevantes de recursos, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

27. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	31.671.465	30.158.388	4.046.805	2.408.755
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD	4.417.051	3.684.574	-	-
CVA e outros componentes financeiros (1) (4)	(213.038)	(1.146.560)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (2)	1.908.658	2.360.056	-	-
Receita de transmissão				
Receita de operação e manutenção	373.087	413.044	-	-
Receita de construção e melhoria	241.482	407.193	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 14)	523.772	575.449	-	-
Receita de indenização da geração (nota 13.1)	92.595	47.028	-	-
Receita de construção de distribuição	3.899.245	3.245.688	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	149.238	39.369	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (nota 13.2)	411.722	466.857	-	-
Liquidação na CCEE	145.509	182.893	74.385	48.792
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE (c)	(3.766)	453.131	-	-
Fornecimento de gás	4.139.415	4.529.123	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(138.925)	(94.035)	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir a consumidores (3)	-	(829.783)	-	-
Outras receitas (d)	2.315.759	2.657.114	60.186	16.451
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(13.083.500)	(12.686.721)	(579.296)	(355.066)
Receita líquida	36.849.769	34.462.808	3.602.080	2.118.932

- (1) O efeito da bandeira escassez hídrica, vigente até abril de 2022, conforme Resolução nº 3 CREG/MME, resultou na redução significativa de receita no exercício de 2022. Devido a melhores condições hidrológicas, a bandeira tarifária foi verde desde maio de 2022, não produzindo efeito no exercício de 2023.
- (2) Mais informações na nota explicativa nº 20.
- (3) Decorre do reconhecimento dos efeitos da promulgação da Lei nº 14.385/22, que determinou a destinação integral dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS aos usuários das distribuidoras de energia elétrica.
- (4) Esta receita decorre do total de adições e amortizações apresentados na nota explicativa 13.4.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Consolidado				Controladora			
	MWh (1) (2)		R\$		MWh (1)		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Residencial	12.092.422	11.216.803	10.794.345	10.133.141	-	-	-	-
Industrial	18.087.784	18.203.746	5.902.939	5.991.208	4.591.403	2.218.136	1.667.860	524.624
Comércio, serviços e outros	9.469.095	8.956.518	6.314.237	6.154.960	870.333	287.176	303.514	80.796
Rural	3.063.035	3.092.932	2.237.921	2.050.022	22.396	15.074	8.495	4.286
Poder público	955.889	855.672	785.797	660.453	-	-	-	-
Iluminação pública	1.055.562	1.138.039	497.637	534.658	-	-	-	-
Serviço público	1.045.141	1.400.256	743.793	840.675	-	-	-	-
Subtotal	45.768.928	44.863.966	27.276.669	26.365.117	5.484.132	2.520.386	1.979.869	609.706
Consumo próprio	29.703	30.942	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	166.418	(188.662)	-	-	83.683	74.316
	45.798.631	44.894.908	27.443.087	26.176.455	5.484.132	2.520.386	2.063.552	684.022
Suprimento a outras concessionárias (3)	17.328.482	16.776.567	4.183.077	3.893.503	5.170.968	5.720.301	1.985.548	1.633.523
Suprimento não faturado líquido	-	-	45.301	88.430	-	-	(2.295)	91.210
Total	63.127.113	61.671.475	31.671.465	30.158.388	10.655.100	8.240.687	4.046.805	2.408.755

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O volume informado não inclui o mercado de geração distribuída, que correspondeu a 3.910.204 MWh em 2023 (2.672.285 MWh em 2022).

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

Consolidado	2023			2022		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção (1)	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção (1)	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	241.482	373.087	614.569	407.193	413.044	820.237
Custos de concessão de transmissão	(172.468)	(292.436)	(464.904)	(290.754)	(285.673)	(576.427)
Margem	69.014	80.651	149.665	116.439	127.371	243.810
Mark-up (%)	40,02%	27,58%	32,19%	40,05%	44,59%	42,30%

1) A receita de operação e manutenção da transmissão, decorrente de operações *intercompany*, é eliminada da receita consolidada.

c) Transações no mecanismo de venda de excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

d) Outras receitas

	Consolidado	
	2023	2022
Serviço taxado	20.958	19.057
Prestações de serviços	84.756	65.738
Subvenções - Baixa renda	401.337	320.625
Subsídio SCEE (1)	128.651	-
Subsídio Eletrobras (2)	50.947	432.412
Subsídio de bandeiras tarifárias	77.979	289.897
Outras subvenções (3)	1.031.108	961.356
Aluguel e arrendamento (4)	411.541	493.313
Indenizações contratuais	6.152	-
Outras	102.330	74.716
Total	2.315.759	2.657.114

- (1) Sistema de compensação de energia elétrica – SCEE, subsídio de compensação de geração distribuída, liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023.
- (2) Refere-se aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.
- (3) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público, bem como a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica.
- (4) O montante apresentado no exercício de 2022 compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022.

e) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	5.043.099	4.891.878	222.508	139.087
Cofins	3.032.232	2.947.895	293.142	177.453
PIS/Pasep	658.292	643.027	63.646	38.526
Outros	6.384	5.976	-	-
	8.740.007	8.488.776	579.296	355.066
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	12.275	14.476	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	73.520	68.944	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	3.948.748	4.057.142	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	37.455	34.556	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	53.454	49.159	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	26.727	24.579	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	62.874	77.287	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	36.660	32.850	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	52.563	54.395	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	-	(251.821)	-	-
CDE sobre P&D	16.000	14.606	-	-
CDE sobre PEE	23.217	21.772	-	-
	4.343.493	4.197.945	-	-
Total	13.083.500	12.686.721	579.296	355.066

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.195, na qual determinou-se a suspensão dos efeitos do art. 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluía os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica da base de cálculo do ICMS. Com isto, a Cemig ajustou o seu procedimento em função da decisão mencionada.

Política contábil

Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico e de gás, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Seguem abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companhia reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do período.

Fornecimento de gás

As receitas de venda de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado, mensurado de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais. As receitas de distribuição de gás são calculadas com base nos volumes contratados e volumes efetivamente distribuídos, nos termos contratuais e regulação.

Receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente.

Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no exercício corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- **Receitas de construção:** correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 14.
- **Receita de operação e manutenção:** correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- **Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão:** corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Subsídios governamentais

As controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros ativos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento e distribuição de energia elétrica e gás

A Companhia reconhece as receitas correspondente ao fornecimento de energia e de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado e no volume de gás consumido e não faturado no período.

As receitas do serviço de distribuição de gás são reconhecidas mensalmente, mesmo não ocorrendo utilização do sistema, a saber:

- Utilização da capacidade contratada em valores a partir de 85%: a receita reconhecida será correspondente à utilização;
- Utilização da capacidade contratada em valores inferiores a 85%: a receita fica estabelecida no máximo de 85% do valor relativo à plena utilização.

No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

Transmissão

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas da Companhia e suas controladas é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica e gás

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	1.207.091	1.644.066	-	-
Contratos por cotas de garantia física	917.807	924.520	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	363.571	357.192	-	-
Energia de curto prazo	477.974	529.588	(1.849)	23.849
Proinfa	510.606	597.815	-	-
Contratos bilaterais	510.114	492.855	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	3.940.493	3.334.482	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	5.612.245	6.003.112	2.958.186	1.498.819
Geração distribuída	2.331.020	1.977.195	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.222.831)	(1.246.840)	(273.462)	(140.847)
	14.648.090	14.613.985	2.682.875	1.381.821
Encargos de uso da rede básica				
Encargos de transmissão - Rede básica	3.219.977	2.924.769	-	-
Encargos de distribuição	54.192	50.065	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(337.379)	(304.119)	-	-
	2.936.790	2.670.715	-	-
Gás comprado para revenda (2)	2.237.013	2.735.482	-	-
Total	19.821.893	20.020.182	2.682.875	1.381.821

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia.

(2) O preço da molécula de gás adquirida pela Gasmig é corrigido pela variação do petróleo do tipo Brent e pela variação da taxa de câmbio.

b) Custos de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal e administradores	155.429	135.265
Materiais	2.007.334	2.233.101
Serviços de terceiros	1.458.445	1.052.395
Outros	450.504	115.681
Total	4.071.712	3.536.442

c) Outros custos e despesas

	Consolidado								2023	2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	1.000.321	975.759	-	-	307.579	376.240	-	-	1.307.900	1.351.999
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	-	3.554	157.121	79.489	157.121	83.043
Obrigações pós-emprego (nota 21)	-	-	-	-	-	-	591.012	626.028	591.012	626.028
Materiais	100.158	93.383	-	-	39.655	55.187	-	-	139.813	148.570
Serviços de terceiros (C.1)	1.652.437	1.433.430	-	-	249.727	272.736	-	-	1.902.164	1.706.166
Depreciação e amortização	1.247.234	1.110.307	-	-	26.840	71.777	-	-	1.274.074	1.182.084
Provisões e ajustes para perdas	333.428	277.674	-	-	-	-	100.523	123.182	433.951	400.856
Perdas de créditos esperadas	-	-	174.663	108.731	-	-	-	-	174.663	108.731
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova	-	-	-	-	-	-	1.250	(53.860)	1.250	(53.860)
Baixa de ativo financeiro (nota 11) (1)	-	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770
Ganho na alienação de investimento (2)	-	-	-	-	-	-	(318.795)	(51.512)	(318.795)	(51.512)
Outros custos e despesas, líquidos (C.2)	238.746	204.838	-	-	83.614	9.895	181.656	178.282	504.016	393.015
Total	4.572.324	4.095.391	174.663	108.731	707.415	789.389	712.767	1.073.379	6.167.169	6.066.890

- (1) Com a conclusão do laudo de avaliação, a Cemig GT efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, no segundo trimestre de 2022. Mais detalhes na nota explicativa nº 13. Esse valor está apresentado nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".
- (2) Refere-se aos ganhos obtidos nas alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2023, sendo, R\$261.344 referente à alienação de Baguari Energia, R\$26.964 referente à alienação de Retiro Baixo e R\$30.487 referente à alienação da participação direta da MESA. Mais detalhes sobre essas operações estão divulgados na nota explicativa nº 15. Esses valores estão apresentados nas Demonstrações dos Resultados na rubrica de "Outras despesas, líquidas".

	Controladora								2023	2022
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		
Pessoal	12.932	7.939	-	-	19.986	23.066	-	-	32.918	31.005
Participação dos empregados e administradores no resultado	-	-	-	-	-	449	17.996	9.038	17.996	9.487
Obrigações pós-emprego (nota 21)	-	-	-	-	-	-	76.055	74.999	76.055	74.999
Materiais	-	-	-	-	89	63	-	-	89	63
Serviços de terceiros (C.1)	-	-	-	-	13.515	21.034	-	-	13.515	21.034
Depreciação e amortização	-	-	-	-	543	1.115	-	-	543	1.115
Provisões e ajustes para perdas	-	-	-	-	-	-	26.595	63.990	26.595	63.990
Perdas de créditos esperadas	-	-	13.455	-	-	-	-	-	13.455	-
Reversão de perda esperada com parte relacionada	-	-	-	-	-	-	-	(504)	-	(504)
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	(44.868)	-	(44.868)
Outros custos e despesas, líquidos (C.2)	-	-	-	-	1.040	-	(6.412)	68.004	(5.372)	68.004
Total	12.932	7.939	13.455	-	35.173	45.727	114.234	170.659	175.794	224.325

C.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	161.032	145.824	-	-
Comunicação	168.610	153.036	165	234
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	708.394	589.052	22	22
Conservação e limpeza de prédios	85.170	73.315	338	279
Vigilância	20.054	16.611	-	-
Consultoria	21.459	39.187	3.605	3.502
Tecnologia da informação	174.013	145.989	1.862	2.816
Corte e religação	87.008	89.746	-	-
Serviços advocatícios	31.784	39.558	2.352	7.777
Poda de árvores	57.728	49.384	-	-
Limpeza de faixa	117.205	91.135	-	-
Reprografia e publicações legais	16.855	17.692	-	-
Inspeção de unidades consumidoras	44.549	40.513	-	-
Outras despesas	208.303	215.124	5.171	6.404
Total	1.902.164	1.706.166	13.515	21.034

C.2) Outros custos e despesas, líquidos

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamentos e aluguéis	2.727	15.548	1	13
Propaganda e publicidade	13.804	8.687	1.209	44
Consumo próprio de energia elétrica	22.613	24.064	-	-
Subvenções e doações	29.104	26.262	-	-
Concessão onerosa	4.340	4.072	-	-
Seguros	22.380	23.562	2.969	2.872
Anuidade CCEE	7.311	6.285	1.206	357
Forluz – Custeio administrativo	39.614	36.078	1.945	1.802
Agentes arrecadadores	72.169	76.938	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	209.576	126.350	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento	2.930	2.408	-	-
Impostos e taxas	10.127	8.236	305	811
Outras despesas (receitas) (1)	67.321	34.525	(13.008)	62.105
Total	504.016	393.015	(5.373)	68.004

- (1) Em 2023 foi registrada multa regulatória no montante de R\$10.660, cobrada em face de fiscalização da Aneel em 2019 para verificar os procedimentos e critérios adotados pela Cemig D na aplicação das condições referentes às disposições regulamentares estabelecidas para Micro e Minigeração Distribuída; e compensações financeiras por atraso dos serviços comerciais decorrentes de alterações na Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, no montante de R\$84.765.

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	452.222	468.419	45.903	59.336
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	285.853	337.353	5.757	758
Variações cambiais – Itaipu Binacional	6.722	16.722	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e debêntures	276.687	338.265	-	-
Variação monetária	162.566	108.397	3.410	9.343
Variação monetária – CVA	76.069	185.120	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	81.702	82.310	17.892	15.822
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras (1)	(196.910)	(116.921)	(141.374)	(72.725)
Rendas de antecipação de pagamento	4.486	4.729	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	15.194	3.024
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (2)	-	-	31.432	20.920
Outras receitas financeiras (3)	122.682	75.400	2.992	4.281
	1.272.079	1.499.794	(18.794)	40.759
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(1.012.883)	(928.179)	-	(5.151)
Amortização do custo de transação	(13.908)	(7.422)	-	-
Ágio na recompra de títulos de dívida (<i>Eurobonds</i>)	-	(46.763)	-	-
Variação monetária – Empréstimos e debêntures	(148.404)	(166.910)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(19.859)	(39.753)	(977)	(1.956)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(177.326)	(437.887)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(41.096)	(1.293.826)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(35.370)	(26.835)	(278)	(265)
Despesas financeiras P&D e PEE	(37.700)	(38.068)	-	-
Outras despesas financeiras	(164.499)	(80.772)	(1.879)	(513)
	(1.651.045)	(3.066.415)	(3.134)	(7.885)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(378.966)	(1.566.621)	(21.928)	32.874

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (3) Inclui atualização financeira, no montante de R\$14.203, sobre os depósitos judiciais recebidos pela Companhia em decorrência de determinação judicial no âmbito de procedimento arbitral. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões: Discussão sobre faturamento de energia.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, produtos e serviços, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15). Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Operações com energia elétrica								
Aliança Geração	3.446	4.070	21.897	18.567	49.347	56.340	(233.605)	(222.303)
Norte Energia	-	-	30.975	30.263	96	-	(278.213)	(259.901)
Paracambi	-	-	2.211	2.476	-	-	(29.584)	(33.058)
Hidrelétrica Pipoca	-	108	3.286	3.491	1.781	1.425	(46.856)	(45.618)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.788	1.604	-	-
Retiro Baixo	357	1.046	-	702	5.124	6.567	(6.454)	(6.029)
Taesá	-	-	-	-	-	-	-	(476)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Taesá	-	-	104	-	-	-	(6.215)	(3.547)
Encargos de transmissão								
Aliança	-	-	-	-	970	711	-	-
Norte Energia	2.668	2.352	-	-	29.771	26.350	-	-
Taesá	-	-	12.361	12.226	-	-	(138.232)	(135.352)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	45.292	36.558	-	-	193.531	166.331	-	-

O saldo de Consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Prestação de serviços								
Aliança Geração	546	673	-	-	6.938	5.578	-	-
Taesá	435	125	-	-	1.814	1.315	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	13.366	-	-	-	3.024	-	-

Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Outros créditos								
FIP Melbourne	-	160.644	-	-	-	-	-	-

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 15).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Provisões para processos judiciais								
Aliança Geração	-	-	57.835	54.905	-	-	(2.930)	(3.066)

Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$166 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$156 milhões em 31 de dezembro de 2022), cabendo à Cemig o valor de R\$58 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$55 milhões em 31 de dezembro de 2022).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Retiro Baixo	-	5.867	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	-	3.882	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	3.867	-	-	-	-	-	-

A tabela acima indica a posição ativa de saldos de dividendos a receber das investidas apresentados em “Outras” na tabela de “Dividendos a receber”.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	351.348	293.688	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	771.267	1.742.502	-	-	26.447	77.470	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	6.579	-	-	-	-	-	-

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	27.157	25.607	-	-	(33.449)	(31.202)
Não circulante								
Arrendamento operacional	184.895	181.637	187.083	178.661	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado, com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 19 de setembro de 2023, o contrato de aluguel foi reajustado em 4,61%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2022
Benefícios pós-emprego								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	126.447	198.569	-	-	(279.644)	(284.818)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(81.127)	(79.997)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(39.611)	(36.076)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	2.230.095	2.119.052	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	230.336	218.040	-	-	(388.190)	(385.258)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	2.829.717	3.156.322	-	-	-	-

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 15);
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 15).

Os detalhes acerca dos benefícios pós-emprego encontram-se presentes na nota explicativa nº 24.

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cemig GT	-	-	1.565.563	1.406.958
Cemig D	-	-	1.499.524	1.183.846
Gasmig	-	-	-	55.170
Sete Lagoas Transmissora	-	-	3.801	3.801
Aliança Geração	-	126.634	-	-
Taesa	49.421	5.646	49.421	5.646
Cemig SIM	482	-	-	-
Outras	11	13.628	11	12
Total	49.914	145.908	3.118.320	2.655.433

A tabela acima indica a posição ativa da Companhia com suas as investidas em relação aos saldos de dividendos a receber. As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/12/2023	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.574.159	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	82.405	2030
				3.340.178	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis anuais da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	29.438	28.864
Participação nos resultados	6.765	6.239
Previdência privada	2.001	1.968
Planos de saúde e odontológico	212	241
Seguro de vida	28	46
Total	38.444	37.358

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários		10.602	10.602	379.390	379.390
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		5.477.162	5.477.162	4.812.880	4.812.880
Fundos vinculados		30.615	30.615	15.933	15.933
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)		13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		805.571	805.571	944.090	944.090
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.031.036	3.031.036	2.950.418	2.950.418
Contas a receber - FIP Melbourne		-	-	160.643	160.643
		9.368.352	9.368.352	9.276.720	9.276.720
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.342.145	1.342.145	1.345.175	1.345.175
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	73.635	73.635	191.338	191.338
Letras Financeiras – Bancos	2	475.388	475.388	905.790	905.790
Letras Financeiras do Tesouro	1	214.357	214.357	401.659	401.659
		2.105.525	2.105.525	2.843.962	2.843.962
Instrumentos financeiros derivativos	2	368.051	368.051	702.734	702.734
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	1.920.068	1.920.068	1.406.597	1.406.597
Indenizações a receber – Geração	3	784.055	784.055	691.460	691.460
		5.177.699	5.177.699	5.644.753	5.644.753
		14.546.051	14.546.051	14.921.473	14.921.473
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos e debêntures		(9.831.139)	(9.831.139)	(10.579.498)	(10.579.498)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		(90.293)	(90.293)	(251.401)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(520.898)	(520.898)	(545.196)	(545.196)
Concessões a pagar		(27.602)	(27.602)	(27.291)	(27.291)
Fornecedores		(3.016.696)	(3.016.696)	(2.832.049)	(2.832.049)
Passivo de arrendamento		(432.936)	(432.936)	(354.633)	(354.633)
		(13.919.564)	(13.919.564)	(14.590.068)	(14.590.068)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	(90.526)	(90.526)
Opções de venda (SAAG)	3	-	-	(672.416)	(672.416)
		-	-	(762.942)	(762.942)
		(13.919.564)	(13.919.564)	(15.353.010)	(15.353.010)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Técnica de avaliação – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 13.2.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 123,85% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 7,62%, CDI + 1,18% a CDI + 6,96%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Opções de venda SAAG

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida a sentença do procedimento arbitral, condenando a Cemig GT ao pagamento integral relativo ao preço de exercício das opções constantes dos contratos.

Em 8 de maio de 2023, foi assinado o Instrumento de Transação (“Acordo”), entre a Cemig GT e as fundações de previdência complementar (“Fundações”), as quais participaram da estrutura de investimento na Usina de Santo Antônio por meio da SAAG (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”).

O valor total do acordo foi de R\$780 milhões, tendo sido liquidado pela Cemig GT em 12 de maio de 2023. Um efeito adicional de R\$25 milhões, referente à variação do valor justo do passivo até a data de sua liquidação, foi registrado no segundo trimestre de 2023.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	36.124
Saldo em 31 de dezembro de 2022	672.416
Variação do valor justo	57.801
Ativos correlatos (1)	50.131
Liquidação	(780.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

(1) Com a aquisição das cotas então detidas pelas Fundações na Estrutura de Investimento, a Cemig GT passou a ser detentora dos ativos correlatos, que somam aproximadamente R\$50 milhões. Esse montante está reconhecido na rubrica de Outros Créditos no Balanço Patrimonial.

Operações de Swap, opções de moeda e NDF

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”, opções de moeda e NDF) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

O instrumento financeiro derivativo contratado tem o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					2023	2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$120.000	96.820	184.548
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$261.110	87.316	(53.612)
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	16 de dezembro 2022	Balcão	US\$280.000	-	32.014
US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	13 de abril de 2023 05 de dezembro 2023	Balcão	US\$392.344	(79.198)	-
US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	05 de dezembro de 2023 19 de dezembro 2023	Balcão	US\$376.550	(38.107)	-
					66.831	162.950

Em 2023 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado negativo de R\$98.815 e saída de caixa nesse mesmo valor (negativo de R\$94.580 em 2022 e saída de caixa nesse mesmo valor). No mês de junho de 2023, ocorreu o desmonte parcial do hedge no montante de US\$368.890 mil, com resultado positivo de R\$282.951 e entrada líquida de caixa de R\$240.508.

A Cemig GT contratou, em 13 de abril de 2023 e 14 de junho de 2023, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$392 milhões, travando o dólar em R\$5,1110, com vencimento em 5 de dezembro de 2023. Nesta mesma data foi contratada nova operação de curto prazo para um volume de US\$376 milhões com vencimento em 19 de dezembro de 2023. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Cemig GT uma taxa predeterminada no momento do vencimento. O resultado da liquidação das NDFs correspondeu a uma saída de caixa no montante de R\$117.305.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$177.326 (ajuste negativo de R\$437.887 em 31 de dezembro de 2022), registrado no resultado financeiro.

A Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 31/12/2023	Valor justo 31/12/2023	Valor conforme contrato 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$120.000	190.876	161.465	428.134	272.846
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$261.110	254.239	206.586	568.487	339.362
					445.115	368.051	996.621	612.208
Ativo circulante						368.051		-
Ativo não circulante						-		702.734
Passivo circulante						-		(90.526)

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Cemig GT desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Cemig GT está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL. Contudo, não protege a parcela de IRRF incidente sobre o pagamento dos juros.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$368.051 (R\$612.208 em 31 de dezembro de 2022), que seria uma referência caso a Cemig GT efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2023. Porém, os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em dezembro de 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$445.115 em 31 de dezembro de 2023 (R\$996.621 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros.

Com base nas curvas de dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2024, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*call spread*), ao fim do período contábil, em R\$129.033. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$497.084, referente à opção (*call spread*).

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa.

Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Para a Cemig D, esse risco é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2023		31/12/2022	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos (nota 21)	(383.558)	(1.856.920)	(761.824)	(3.974.971)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(49.528)	(239.780)	(52.440)	(273.618)
	(433.086)	(2.096.700)	(814.264)	(4.248.589)
Passivo líquido exposto		(2.096.700)		(4.248.589)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2024 será uma valorização de 2,86% para o dólar norte-americano (R\$4,98).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,98	Cenário adverso Dólar R\$6
Dólar Norte-Americano			
Empréstimos (nota 21)	(1.856.920)	(1.910.120)	(2.301.349)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(239.780)	(246.650)	(297.168)
Passivo exposto	(2.096.700)	(2.156.770)	(2.598.517)
Efeito da variação cambial		(60.070)	(501.817)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2023. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) - CDI	1.342.145	1.345.175
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	773.982	1.878.177
Indenizações a receber – Geração	784.055	691.460
Fundos vinculados - CDI	30.615	15.933
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	805.571	944.090
	3.736.368	4.874.835
Passivos		
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 19)	(3.508.445)	(2.041.000)
	(3.508.445)	(2.041.000)
Ativo líquido exposto	227.923	2.833.835

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 9,25% e a taxa TJLP será de 6,27% em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 9,25% TJLP 6,27%	Cenário adverso Selic 13,25% TJLP 7,27%
Ativos			
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	1.342.145	1.466.293	1.519.979
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	773.982	845.575	876.535
Fundos vinculados	30.615	33.447	34.671
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	805.571	880.086	912.309
	2.952.313	3.225.401	3.343.494
Passivos			
Empréstimos e debêntures – CDI (nota 21)	(3.508.445)	(3.832.976)	(3.973.314)
	(3.508.445)	(3.832.976)	(3.973.314)
Passivo exposto líquido	(556.132)	(607.575)	(629.820)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(51.443)	(73.688)

Risco de elevação da inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2023, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	1.920.068	1.406.597
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	3.031.036	2.950.418
	4.951.104	4.357.015
Passivos		
Empréstimos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.521.817)	(4.629.992)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(90.293)	(251.401)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(520.898)	(545.196)
Passivo de arrendamento	(432.936)	(354.633)
	(5.565.944)	(5.781.222)
Passivo líquido	(614.840)	(1.424.207)

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,23% e a taxa de IGPM será de 3,81% em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2024	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,23% IGPM 3,81%	Cenário adverso IPCA 6,86% IGPM 5,09%
Ativos			
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA	1.881.509	1.961.097	2.010.119
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	38.559	40.028	40.520
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	3.031.036	3.159.249	3.238.222
	4.951.104	5.160.374	5.288.861
Passivos			
Empréstimos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.521.817)	(4.713.090)	(4.830.904)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(90.293)	(94.112)	(96.465)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 24)	(520.898)	(542.932)	(556.504)
Passivo de arrendamento	(432.936)	(451.249)	(462.529)
	(5.565.944)	(5.801.383)	(5.946.402)
Passivo líquido	(614.840)	(641.009)	(657.541)
Efeito líquido da variação da inflação		(26.169)	(42.701)

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos empréstimos e financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:											
- Pós-fixadas*											
Empréstimos e debêntures	45.000	2.346	398.205	62.091	2.151.605	767.751	6.313.928	1.090.901	1.140.097	95.581	12.067.505
Concessões a pagar	355	-	692	-	2.916	-	12.866	-	15.892	-	32.721
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 24)	14.874	441	30.297	669	46.378	451	-	-	-	-	93.110
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz (nota 24)	4.230	2.546	8.591	5.070	40.505	22.206	270.633	92.484	286.964	28.701	761.930
	64.459	5.333	437.785	67.830	2.241.404	790.408	6.597.427	1.183.385	1.442.953	124.282	12.955.266
- Pré-fixadas											
Fornecedores	2.853.441	-	163.255	-	-	-	-	-	-	-	3.016.696
Total	2.917.900	5.333	601.040	67.830	2.241.404	790.408	6.597.427	1.183.385	1.442.953	124.282	15.971.962

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:											
- Pós-fixadas*											
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 24)	732	22	1.491	33	2.282	22	-	-	-	-	4.582
Equacionamento de déficit do fundo de pensão Forluz (nota 24)	208	125	423	249	1.993	1.093	13.315	4.550	14.119	1.412	37.487
	940	147	1.914	282	4.275	1.115	13.315	4.550	14.119	1.412	42.069
- Pré-fixadas											
Fornecedores	317.721	-	2	-	-	-	-	-	-	-	317.723
Total	318.661	147	1.916	282	4.275	1.115	13.315	4.550	14.119	1.412	359.792

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 18.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. O risco de crédito é reduzido para a Cemig D em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2023, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, era de R\$910.035 (R\$820.324 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, sendo ela constantemente atualizada. Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumento derivativo de hedge. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e debêntures	9.831.139	10.579.498
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.537.482)	(1.440.661)
(-) Títulos e valores mobiliários	(773.982)	(1.878.177)
(-) Instrumento derivativo de hedge	(368.051)	(612.208)
Dívida líquida	7.151.624	6.648.452
Lajida ajustado	8.078.467	6.928.227
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,89	0,96

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Total do passivo	30.344.887	31.887.571
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.537.482)	(1.440.661)
(-) Títulos e valores mobiliários	(773.982)	(1.744.546)
Passivo líquido	28.033.423	28.702.364
Total do patrimônio líquido	24.655.193	21.783.266
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,14	1,32

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

- ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamentos e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- subvenção de baixa renda;
- reembolso de subsídios tarifários; e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Também enquadram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

32. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, a Cemig GT publicou o edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da Horizontes Energia S.A., subsidiária integral da Cemig GT.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A Geração: 0,28	Em operação	Minas Gerais
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A Geração: 0,32	Em operação	Minas Gerais
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em março de 2023, os ativos foram transferidos para o ativo circulante mantido para venda, nos termos do CPC 31/ IFRS 5. Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda e não existem passivos associados ao ativo mantido para venda.

Concluiu-se que os ativos classificados como mantidos para venda não se enquadram no conceito de operações descontinuadas, nos termos do item 32 do CPC 31/IFRS 5, uma vez que não representam uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações, tampouco constituem uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único desses ativos. O lance vencedor foi de R\$100,5 milhões, o que representa um ágio de 108,6% em relação ao preço mínimo de R\$48,2 milhões.

O valor contábil das usinas no grupo do ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Usina	Valor ativo mantido para venda em 31/12/2023
Cemig GT (1) (2)	45.663
CGH Bom Jesus do Galho	110
CGH Xicão	8.200
CGH Sumidouro	1.906
PCH São Bernardo	5.959
CGH Santa Marta	249
CGH Santa Luzia	1.050
CGH Salto Morais	810
PCH Rio de Pedras	21.640
CGH Pissarrão	1.474
CGH Lages	948
CGH Jacutinga	1.603
CGH Anil	1.714
Horizontes (2)	12.203
CGH Salto do Paraopeba	-
CGH Salto Passo Velho	2.827
PCH Salto Voltão	9.376
Total	57.866

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão. A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões. Os efeitos contábeis dessa transação serão refletidos no primeiro trimestre de 2024.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Estimativas e julgamentos

São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	1.096.139	20.826.635	26.307.330
Compra de energia - leilão	4.661.462	4.098.697	4.217.557	4.342.094	4.575.134	61.219.606	83.114.550
Compra de energia - bilaterais	490.920	319.059	99.133	20.011	-	-	929.123
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	384.274	383.224	383.224	385.149	386.274	7.224.526	9.146.671
Transporte de energia elétrica de Itaipu	247.581	258.150	265.833	273.897	250.799	4.555.281	5.851.541
Outros contratos de compra de energia	5.431.228	5.008.941	4.285.079	4.071.063	2.814.061	25.998.788	47.609.160
Cotas de garantias físicas	833.525	737.747	659.439	581.132	581.181	10.698.685	14.091.709
Total	13.145.129	11.901.957	11.006.404	10.769.485	9.703.588	130.523.521	187.050.084

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2023.

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas 18 e 31.

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que, por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente à gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o Relatório Final dos trabalhos da CPI e encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados.

Em agosto de 2023, os promotores naturais do Ministério Público de Minas Gerais decidiram pelo arquivamento dos Inquéritos Cíveis Públicos que investigavam fatos narrados na referida CPI. As decisões constataram a regularidade dos atos de gestão da Cemig. Por outro lado, encontram-se pendentes a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais e a conclusão da investigação em relação ao contrato do IBM pela Polícia Civil-MG.

Ressalta-se que quanto aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares, não tendo sido identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação CDE

Em 09 de fevereiro de 2024, a Cemig D celebrou o instrumento particular de contrato de cessão de créditos sem coobrigação com o Banco Safra para antecipação de três parcelas vincendas de recebíveis da CDE entre março e maio de 2024, no valor de R\$101.458 cada, totalizando R\$304.374. O total recebido em 09 de fevereiro de 2024 foi de R\$297.309. Os pagamentos ao Banco Safra ocorrerão à medida do recebimento do recurso original pela CCEE à Cemig D.

Emissão de debêntures

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos – sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$ 400.000.000,00	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$ 1.600.000.000,00	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu *rating* AA+(bra) à Emissão.

Aumento de capital social – Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2023, o capital social era R\$11.006.853 e o saldo das reservas de lucros, excluindo as reservas de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar, alcançou o montante de R\$11.993.265, excedendo o capital social em R\$986.412, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1.976 (Lei 6.404/76).

Será proposto um aumento de capital social através da capitalização do saldo de R\$1.856.628 da reserva de capital e R\$1.445.428 da reserva de retenção de lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão total de 660.411.207 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 220.754.287 ações ordinárias e 439.656.920 ações preferenciais. O capital social passará de R\$11.006.853 para R\$14.308.909.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Em 21 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativos ao exercício de 2024, no montante de R\$386.337, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de março de 2024.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os Juros sobre Capital Próprio aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Leonardo George de Magalhães
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações

Thadeu Carneiro da Silva
Vice-Presidente de Geração e Transmissão

Dimas Costa
Vice-Presidente de Comercialização

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica

Veja as notas explicativas 13, 14 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e a partir da efetiva entrada em operação, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público através do consumo de energia pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. A mensuração e classificação contábil dos bens referentes à infraestrutura de concessão entre ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível, durante o processo de construção e quando da entrada em operação, envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia e pode impactar os saldos destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por estas razões, bem como pelos valores e divulgações envolvidos, consideramos esse assunto relevante em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível; - Recálculo da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível, que foram capitalizados ao longo do exercício; - Inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para o ativo de contrato e avaliação se sua classificação foi apropriada; - Obtenção da base de ativos homologado na última Revisão Tarifária Periódica e comparação com a base de ativos da Companhia; - Recálculo do valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão relacionado à infraestrutura, considerando os índices que afetam a atualização do valor dos ativos que compõem a base de remuneração homologada pelo regulador nas últimas revisões tarifárias e os itens que foram adicionados após a homologação da revisão tarifária; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideramos todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo reconhecido em ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relacionados à infraestrutura da concessão de</p>

	distribuição, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
--	--

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde	
Veja a nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia e suas controladas contratam atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Como base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2023 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21-03-2024. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2023, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da KPMG Auditores Independentes Ltda., emitido em 21-03-2024, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

Gustavo de Oliveira Barbosa – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2023 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Dimas Costa – Vice-presidente de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Thadeu Carneiro da Silva – Vice-presidente Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente Cemigpar

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidente sem denominação específica

Cristina Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que, em 19.03.2024, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024.

Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente

Dimas Costa – Diretor de Comercialização

Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo – Diretor da CemigPar

Marney Thadeu Antunes – Diretor da Cemig Distribuição

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2024

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo coordenador Pedro Carlos de Mello, pelos membros Roberto Tommasetti, e Roberto Cesar Guindalini, este a partir de 06.02.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2023, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024) e Márcio de Lima Leite (até o dia 04.05.2023).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2023

No ano de 2023, o Comitê reuniu-se em 30 (trinta) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2024, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2023 e 1 (uma) em 2024. Foram realizadas 5 (cinco) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2023 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2024. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos.

O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de *Compliance*, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna - AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2023, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas

devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2023.

Belo Horizonte, 21 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

ROBERTO CESAR GUINDALINI - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2024, da proposta de orçamento de capital consolidado para o exercício de 2024, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$2.295.105 da retenção de lucros do exercício de 2023.

Investimentos planejados para 2024	
Distribuição	
Programa de Desenvolvimento da Distribuição – PDD	4.154.006
Infraestrutura e outros	276.694
	4.430.700
Geração	
Expansão	116.220
Sistema elétrico de geração	100.666
Infraestrutura e outros	35.453
Subsidiárias	321.130
	573.469
Transmissão	
Reforços e melhorias	269.068
Infraestrutura e outros	26.608
Subsidiárias	38.240
	333.916
Holding	
	6.640
Total	5.344.725